

Universidade Federal do Pará
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História
Mestrado em História Social da Amazônia

MICHELLE ROSE MENEZES DE BARROS

“GERMES DE GRANDEZA”:
ANTÔNIO LADISLAU MONTEIRO BAENA E A DESCRIÇÃO DE UMA
PROVÍNCIA DO NORTE DURANTE A FORMAÇÃO DO IMPÉRIO
BRASILEIRO (1823-1850)

Belém
2006

MICHELLE ROSE MENEZES DE BARROS

“GERMES DE GRANDEZA”:
ANTÔNIO LADISLAU MONTEIRO BAENA E A DESCRIÇÃO DE UMA
PROVÍNCIA DO NORTE DURANTE A FORMAÇÃO DO IMPÉRIO
BRASILEIRO (1823-1850)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em História Social da Amazônia. Orientadora: Professora Doutora Magda Maria de Oliveira Ricci (DEHIS/UFPA).

Belém
2006

MICHELLE ROSE MENEZES DE BARROS

“GERMES DE GRANDEZA”:
ANTÔNIO LADISLAU MONTEIRO BAENA E A DESCRIÇÃO DE UMA
PROVÍNCIA DO NORTE DURANTE A FORMAÇÃO DO IMPÉRIO
BRASILEIRO (1823-1850)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em História Social da Amazônia. Orientadora: Professora Doutora Magda Maria de Oliveira Ricci (DEHIS/UFPA).

Data de aprovação: ____/____/____

Banca Examinadora:

Professora Doutora Patrícia Melo Sampaio
(DEHIS/ UFAM)

Professor Doutor Aldrin Moura de Figueiredo
(DEHIS/UFPA)

Professora Doutora Leila Mourão
1º Suplente (DEHIS/UFPA)

Professor Doutor Mauro Cezar Coelho
2º Suplente (DEHIS/UFPA)

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca de Pós-Graduação do CFCH-UFPA, Belém-PA-Brasil)

Barros, Michelle Rose Menezes de.

“Germes de grandeza”: Antônio Ladislau Monteiro Baena e a descrição de uma província do norte durante a formação do Império brasileiro (1823-1850) / Michelle Rose Menezes de Barros ; orientadora, Magda Maria de Oliveira Ricci. - 2006

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2006.

1. Baena, Antônio Ladislau Monteiro, 1781-1851. 2. Pará - História - Séc. XIX. 3. Brasil - História - Império, 1822-1889. I. Título.

CDD - 21. ed. 981.15

Para os meus pais Fernando e Jeanne.

AGRADECIMENTOS

Como expressar tamanha gratidão a tantos que me permitiram trilhar esta história? As palavras podem parecer poucas, mas a gratidão é enorme. Foi um tempo precioso em que pude ser agraciada com a inestimável companhia de muitos que contribuíram intensamente ao longo do curso e no resultado final desta dissertação. A todos, gostaria de agradecer.

Aos professores da Pós-graduação em História da UFPA, pela disponibilidade e pelas contribuições valiosas nos rumos desta dissertação. Em especial, aos professores da Linha de Pesquisa em História e Natureza, Aldrin Moura, Leila Mourão e Magda Ricci, pelos desafios lançados e pelas possibilidades sugeridas. Ao Professor Otaviano Vieira, pelas desconstruções narrativas que empreendemos no início do curso. Estendo meu agradecimento ao Professor Mauro Coelho, pelas valiosas e detalhadas contribuições e críticas no exame de qualificação.

Aos colegas da primeira turma de Mestrado em História da UFPA, pelo apoio e interesse sobre a minha pesquisa, as dúvidas suscitadas e os ricos debates que tivemos. Em especial, Magda Costa, Marcelo e Rosa Arraes, sempre presentes.

Aos funcionários de instituições como a Biblioteca Nacional (RJ), Comissão Demarcadora de Limites (PA), Centur - Setor de Obras Raras e Microfilmagem (PA), que possibilitaram o acesso às obras raras de fundamental importância para o desenvolvimento do presente trabalho.

À minha orientadora Magda Ricci, pelos novos caminhos apontados, contando sempre com sua sensível e interessada companhia. Hoje, vejo o quanto é difícil agradecer-lhe. Seu entusiasmo, incentivo, críticas, dúvidas, me acompanham de longa data, desde a graduação, dando-me a liberdade, e também a responsabilidade, de trilhar desconhecidos territórios.

Aos amigos, muito mais que amigos, Ana Paula Cunha, Ana Emília Lobato, Erica Santos, Karla Santos, Isabel Creão, Ney Gomes, que estiveram comigo, onde quer que estivessem, e antes mesmo deste trabalho começar, acreditando que era possível, sempre me ouvindo atentamente, apontando leituras e novas fontes, bem como muitos questionamentos. Em especial, Dayseane Ferraz, que em meio as suas pesquisas, sempre teve tempo para a minha, vivenciando, juntamente comigo, os primeiros passos do curso, e Danielle Moura, por compartilhar, dia após dia, novas descobertas de tão confusos tempos, me ensinando e me deixando ensinar. Que bom que nossas conversas foram sempre interrompidas por tantas histórias...

À minha família, pelo amor incondicional, pela paciência e pelos olhares, palavras e abraços de conforto e aprovação a cada etapa alcançada. Vocês sempre me ajudaram muito...

A Deus, minha eterna gratidão.

Mais uma vez, a todos vocês, presentes nas páginas da minha história, meu sincero “muito obrigada”.

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	06
Resumo.....	08
Abstract.....	09
Introdução.....	10
Capítulo I: Descrevendo para mudar: a corografia do Pará	
(1823- 1839).....	14
1. Antônio Baena no Pará.....	16
2. Corografias do Pará no limiar do século XIX.....	26
2.1. Duas outras corografias: <i>Brasílica e Paraense</i>	29
2.2. Preencher lacunas: um ensaio corográfico paraense.....	33
3. Descrevendo o Pará: o conteúdo do <i>Ensaio</i>	41
3.1. Os paraenses e a natureza: algumas preocupações.....	52
3.2. Admiração, forma e descrição: a escrita de Antônio Baena.....	60
3.3. Baena: diálogos e críticas.....	64
Capítulo II: Antônio Baena e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	
(1839-1850).....	69
1. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)	
nos primeiros anos de sua fundação.....	69
1.1. E Geográfico: considerações acerca da escrita da terra.....	74
1.2. A presença do jovem imperador.....	77
2. A Revista do IHGB e as publicações do sócio correspondente do Pará.....	80
2.1. Biografias.....	82
2.2. Monumento Público.....	93
2.3. Memórias publicadas: questões de limites territoriais	
da Província do Pará.....	98
2.4. <i>Observações</i> : a “verdade” sobre a obra do padre jesuíta João Daniel.....	102
2.5. Estradas: interligando as províncias.....	108
2.6. As últimas notícias sobre o sr. Tenente-Coronel.....	112
Considerações finais.....	114
Referências.....	117
Anexos.....	124

RESUMO

O objetivo desta dissertação é analisar o conjunto da obra do português Antônio Ladislau Monteiro Baena, bem como sua atuação militar na província do Pará nas primeiras décadas do século XIX. Através da descrição física e política da província paraense, Antônio Baena forneceu dados estatísticos de uso político para o Império brasileiro. O escritor e militar Baena, a serviço do Império, viveu e escreveu em um momento ímpar para o Brasil e para o antigo Grão-Pará. Sua obra reúne e traduz uma série de dados que ajudarão a compor a tensa ligação entre as províncias do norte com as do sul do Brasil. É a partir de sua obra intitulada *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*, publicada em 1839, que o presente estudo envereda pela escrita comprometida do autor e dos seus principais apontamentos sobre a riqueza em potencial da província, embasada na variedade e na virtude de seus produtos naturais. Ademais, a análise atenta para outras produções de Antônio Baena, cujo tema principal era a província do Pará, constantes na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e publicadas no cenário imperial. Estas produções acabam por inserir-se nos debates do referido Instituto e no contexto de formação política do Império brasileiro.

Palavras-chave: Antônio Ladislau Monteiro Baena – Amazônia – século XIX – Corografia – Império brasileiro.

ABSTRACT

The aim of this dissertation is to analyse the corpus of the portuguese writer Antônio Ladislau Monteiro Baena as well as his military work in the Province of Pará in the first decades of Nineteenth Century. Through physical and political description of the Pará's Province, Antônio Baena provided statistic data of political use for the Brazilian Empire. The writer and military man Baena, working for the Empire, lived and wrote in a singular moment in Brazil and the old Grão Pará. His writings gather together a great amount of information wich will help to explain the tense connection between the provinces of North and South Brazil. Starting with his book *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*, published in 1839, our study tries to show the author's political agenda as well as the main considerations about the potential wealth of the province, based in the variety and qualities of its natural products. Furthermore, this analyse deals with other works of Baena, whose principal theme was the Province of Pará, inputed in the Review of Brazilian Historical and Geographical Institute and published in the imperial era. The articles in the Review end up being part of the debates of the Institute aforementioned, during the period of political definition of the Brazilian Empire.

Key words: Antônio Ladislau Monteiro Baena – Amazônia — Nineteenth Century Chorography – Brazilian Empire.

Introdução

Neste País a natureza regula de tal sorte o movimento dos sucos vegetais, e de tal sorte fecunda com bafo os germes dados à terra que eles desenvolvem do seu seio aceleradamente novas plantas e árvores frondosas e frutíferas: crescendo nestas de modo semelhante os tenros botões anunciadores dos *minos*, que a abundância inculca.

Antônio Ladislau Monteiro Baena.

Era na terra do imenso “País” chamado Grão-Pará que a natureza exercia constante atividade, promovendo com rapidez nascimentos. Considerando esta uma terra de abundância natural, o militar Antônio Ladislau Monteiro Baena descrevia a província do Pará no limiar do século XIX, como “infectada por germes de grandeza”. Os germes a que Baena se referia eram a capacidade de fazer crescer a riqueza, brotar as grandezas da província, mas que não dependiam apenas da ação da natureza, mas da dominação do homem.

Esta mesma natureza que é pensada e descrita por vários sujeitos, impregnada de conceituações e de projeções, já foi personagem de várias obras ao longo da história, repleta de mitos, pinturas, expedições, projetos.¹ Além disso, tornou-se presente nas narrativas em diversos contextos. Essas narrativas, entretanto, apontaram vários posicionamentos sociais. Muitos olhares, muitos saberes e o enorme desejo de conhecê-la.² E é este o desejo que move um dos principais trabalhos do militar português Antônio Ladislau Monteiro Baena, o *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*, acerca da descrição da província paraense nas primeiras décadas do século XIX.

Entre tantos viajantes que pelo Grão-Pará passaram e descreveram aspectos de seu povo, costumes e natureza, Antônio Baena se diferencia, por não ser alguém de passagem. Era residente no Pará desde o começo do século XIX, quando veio acompanhando D. Marcos de Noronha e Brito, o Conde dos Arcos. Assim como muitos viajantes, estava a serviço do governo, mas, o que diferencia sua obra de outras tantas que do Pará fizeram seu objeto de instigação e investigação é o fato de sua intensa atuação militar e civil na província ao longo

¹ Em referência ao imaginário sobre a Amazônia, ver: Auxiliomar Silva Ugarte. *Margens míticas: a Amazônia no imaginário europeu do século XVI*. Mary Del Priore; Flávio dos Santos (orgs.). *Os senhores dos rios: Amazônia, margens e história*. Rio de Janeiro: Elsevier; Campus, 2003, p. 03-31.

² Entre alguns dos viajantes que estiveram descrevendo a terra e a gente do Pará no século XIX, podemos mencionar os naturalistas e viajantes Spix e Martius, Henry Walter Bates, Alfred Russel Wallace, Daniel Kidder. Sobre a estada no Pará dos referidos viajantes, ver Alfred Russel Wallace. *Viagens pelo rio Amazonas e Negro*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979; Henry Walter Bates. *O Pará. Um naturalista no rio Amazonas*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo. Ed. da Universidade de São Paulo, 1979; Daniel Parish Kidder. *Reminiscências de viagens e permanência nas províncias do norte do Brasil: compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

de sua vida. Especialmente, numa época em que o lugar do militar tinha seu poder contestado pela Revolução liberal e pela Constituinte e Constituição no Brasil, o trabalho de mapeamento do mundo e sua contagem estatística dependia de militares como Baena.³

Ao ser convocado como secretário para uma Comissão, responsável pelo levantamento estatístico da província paraense em 1832, Antônio Baena redigiu o *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*, finalizando-o um ano depois. A partir da análise da obra e da trajetória do autor no Pará, o interesse e o desenvolvimento de sua produção corográfica nos remeteu ao ano de 1823, um dos limites temporais da presente Dissertação, momento no qual Baena já enfatizava a importância de um trabalho estatístico, participando como responsável de uma Comissão com tal interesse.

Apesar do malfadado projeto de 1823, o qual ficou inconcluso, Baena participando de mais uma Comissão, agora em 1832, tratou de elaborar um trabalho paralelo: a execução do *Ensaio Corográfico*. O objetivo explicitado na obra corográfica, publicada apenas em 1839, era o de fornecer dados para o completo cadastro do Império brasileiro. E, esses dados embasavam-se na natureza e no melhor aproveitamento que se poderia fazer dela. “Erguer o véu” para visualizar a potencialidade da província, infectada pelos germes que trariam a grandeza para aqueles que dela soubessem se beneficiar, assim referia-se o militar português e buscava empreender por meio de sua escrita.

Baena, inicialmente para mim, era uma possibilidade de alcançar outros objetivos. Por isso, parti para uma de suas obras mais conhecidas, *Ensaio Corográfico sobre a Província Paraense*, procurando outros personagens. Ao ler a obra corográfica de Baena, especificamente, almejando encontrar escravos africanos na sua relação de trabalho na primeira metade do século XIX, deparei-me com suas ferrenhas críticas acerca desta “mão-de-obra” e das técnicas empregadas pelos agricultores paraenses em suas terras. Diante da preocupação do autor com métodos utilizados e seu posicionamento frente aos aspectos naturais da província paraense, bem como sua estrutura narrativa, o que mais me intrigava eram as relações entre o autor e a sua produção. Em virtude disso, desejei não apenas tratar do conteúdo da obra, mas também buscar compreender tais relações, enveredando-me então na escrita de Baena, indo além da análise da obra corográfica.

Antônio Baena. Nome de referência para muitos que procuram na história possíveis respostas a elucidar preocupações levantadas no presente. Nome, portanto,

³ A importância dos militares no Grão-Pará foi abordada por Oswaldo Coimbra, no tocante a atuação dos mesmos como engenheiros nos domínios da Coroa portuguesa. Neste sentido, ver: Oswaldo Coimbra. *Engenheiros-militares em Belém, nos anos de 1799 a 1819 – A Aula Militar do historiador Antônio Baena*. Belém: Ed. Imprensa Oficial do Estado, 2003.

procurado e citado por ter se debruçado através de estudos históricos e geográficos acerca do Pará ao longo de sua vida na capitania, e posterior, província no principiar do século XIX. Atuando intensamente no Pará, vivenciou momentos políticos e socialmente convulsionados, que reluziram nas suas produções e embates.

O autor Antônio Baena se compromete com sua obra e, de certa forma, a instrumentaliza, posicionando-se nas especificidades do seu contexto histórico. Cômico da importância de uma obra descritiva no momento em que a escrevia, Baena nos revela não apenas a “grandeza” da província paraense, mas seu interesse ainda maior que a lessem em todo o Império brasileiro. Suas produções pretendiam ser utilitárias, resultados de seus trabalhos, serviam, assim como toda a riqueza natural do Pará descrita, aos propósitos do então Império que se formava.

Neste sentido, a natureza que Baena descrevia tinha um propósito que se conciliava com fins políticos, fazendo ele parte de uma intelectualidade que buscava configurar a pátria. Compunha sua história e sua territorialidade em um momento em que se vivia à tentativa de construção de uma imagem para o país recém-independente e sob a égide de um jovem imperador, que tinha sua imagem alicerçada na natureza brasílica.⁴

A partir de 1839, Antônio Baena tem seu *Ensaio* e outras produções circulando no cenário imperial através das publicações do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Seus escritos narravam à província paraense e buscavam inseri-la na composição da história e geografia do Segundo Império. Além de elaborar um trabalho corográfico sobre ela, ele expôs sua história colonial, seus limites geográficos, sua natureza, sua composição populacional, enfatizando o indígena e seus “brasileiros ilustres”. São esses os seus principais temas que surgiram nas publicações do Instituto e circularam no Brasil, e também em outros países.

Parto também para a compreensão de como os discursos históricos e geográficos no âmbito local, ou seja, na província do Pará, estavam integrando o cenário imperial, através da escrita, pela definição da nação, de seus contornos, de sua identidade. Em especial, atentando para os sujeitos, que como Baena, estavam a serviço das Letras e das Ciências, mas também a serviço do Império, e especialmente, utilizando-se da natureza que o cercava.

No primeiro capítulo, analiso a atuação militar e civil de Antônio Baena no Pará, e em decorrência de seus serviços uma das obras de maior abrangência sobre a província nas

⁴ Neste sentido, ver: Márcia Regina Capelari Naxara. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004; Lilia Moritz Schwarcz. *As Barbas do Imperador – D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

primeiras décadas do século XIX, e na qual a natureza é priorizada, o *Ensaio Corográfico*. Abordando, seu sentido, construção, conteúdo, e características do autor em sua formulação.

Poderia ter me detido unicamente nesta investigação, no entanto, para compreender a produção literária de Antônio Baena foi de suma importância analisar suas outras produções e seus interesses no referido contexto. Desta forma, no segundo capítulo abordo um quadro de suas publicações dentro do cenário imperial. Almejando fornecer indícios de seus interesses e serviços à província, integrante do Império brasileiro, estudo suas publicações na Revista do IHGB.

Procurei investigar a lógica do percurso das obras do autor através das Revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, principal veículo de publicação e de circulação entre outros sócios de diferentes províncias e países. Estas obras tiveram ampla circulação no Brasil e no exterior, tendo em vista que a Revista do Instituto era distribuída entre os sócios por uma rede internacional importante. Abordei sucintamente o conteúdo dessas obras, atentando para a relação de história e geografia no contexto nacional e para a inserção de trabalhos sobre a província no Império brasileiro.

A partir de um corpo documental que se valeu no exercício de sua função como secretário de uma Comissão, encarregada da estatística provincial, Antônio Baena se lança na tarefa de descrever o Grão-Pará com maior densidade após a publicação da obra corográfica em 1839. Em destaque está a sua escrita, especificamente, histórica e geográfica, diferente da produção de viajantes, por exemplo, no limiar do século XIX tornou-se importante alvo de investigações.

São justamente as obras corográficas no limiar do século XIX que indicam interessantes caminhos para o estudo dos elementos elencados como constitutivos da província e do Império brasileiro. A corografia de Baena nos chama atenção por estabelecer uma descrição geográfica e política da província paraense, onde seu autor busca inseri-la no contexto nacional e procura “erguer ao menos a ponta do véu, que encobre uma Província tão vasta e importante pelos germes da grandeza”.⁵

⁵ Antônio Ladislau Monteiro Baena. *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004, p. 14.

Capítulo I

Descrivendo para mudar: as corografias do Pará

(1823 – 1839)

Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará. É este o livro elaborado por Antônio Ladislau Monteiro Baena como resultado de sua convocação para uma Comissão, instituída para organizar a estatística da província do Pará, em 1832, na qual foi incumbido como secretário. Esta obra, publicada em 1839, recebeu a segunda edição apenas em 2004 pelo Senado Federal, trazendo em seu bojo uma rica narrativa sobre a natureza e estatística da província paraense no limiar do século XIX.

A leitura do trabalho corográfico de Antônio Baena suscitou em mim várias inquietações, tanto sobre a obra e seu conteúdo minucioso, como sobre o autor; suas outras produções e relações estabelecidas na província paraense, em particular, e no Império brasileiro na primeira metade do século XIX. A reedição de 2004 trouxe não somente um novo exemplar aos círculos de pesquisas, mas também uma interessante possibilidade de questionamentos acerca da natureza descrita, estatística levantada, críticas apontadas e escrita comprometida de Antônio Ladislau Monteiro Baena.

Neste capítulo, portanto, parto para investigação dessa que é uma de suas obras mais conhecida e utilizada por estudiosos que pretenderam, e pretendem, a compreensão da Amazônia do século XIX.

Esta obra deve ser pormenorizada e detalhada, pois diferente das outras produções do autor é central para compreensão de sua escrita e seus objetivos a serviço da pátria. Apesar de ter sido publicada antes das demais obras do autor, que serão tratadas no segundo capítulo, e provavelmente ter cooperado no tratamento dos demais temas, a corografia tornou-se importante fonte de pesquisa devido a três aspectos: 1) seu contexto; 2) seu assunto e volume, e 3) seus objetivos políticos e sociais na construção da identidade paraense e brasileira. Portanto, neste primeiro capítulo, analisei sua extensa obra sobre a província paraense, elencando outras produções corográficas sobre o Pará nas primeiras décadas do século XIX.

Pretendo compreender, neste capítulo, a preocupação do autor em fornecer elementos para a constituição do Império brasileiro e qual o lugar do Pará neste contexto emergente do romantismo e do estudo corográfico brasileiro. Para isto abordarei o conceito e o objetivo das corografias, adentrando em seu conteúdo, sem, no entanto, esgotá-lo, assim como buscando compreender especificamente Antônio Baena e sua história de vida no Pará, a passagem da época colonial para a imperial.

Baena vivenciou momentos conflituosos dentro da própria província e parecia estar atento aos debates acerca da constituição de um corpo político unificado e da identidade brasileira. Integrado a essas discussões, almejava a inserção de uma província ao norte do império, possuidora de inúmeras riquezas em seu entender, mas que, no entanto necessitava de ações capazes de reverterem as potencialidades em reais vantagens para a província e para o Império. Foram essas “riquezas” que procurou catalogar e exaltar no *Ensaio Corográfico*.

A obra corográfica de Antônio Baena qualifica-se como um “ensaio”. Um ensaio que significava fazer uma tentativa das faculdades intelectuais em um determinado escrito. A tentativa de desenvolver uma habilidade e, neste caso, a capacidade de descrever a província. Ao observar sua explicação sobre obra, verifico que o termo ensaio é presente não só no título, mas também estava definindo a própria corografia como um estudo longe de ter sido esgotado, implicando numa provocação de que se poderia aprofundar ainda mais os conhecimentos geográficos. Neste ensaio, a natureza ganhou relevo, sendo descrita com o intuito de evidenciar as potencialidades do Pará ante ao contexto imperial. Essas potencialidades descritas referiam-se a diversidade natural do Pará e a utilidade que delas se poderia fazer para o comércio, a medicina, aos demais ramos da vida pública como as artes e a agricultura.

A vida do autor esteve bastante ligada a sua obra. Baena foi acusado, em 1824, de posicionar-se contrário a Independência do Brasil, tendo seu nome arrolado dentre tantos outros que se recusavam aceitar o sistema político. Sua obra, portanto, parece ser uma resposta a tantos que o acusavam de não estar a serviço da pátria e da monarquia. Neste sentido, o autor escreveu e endereçou seu estudo ao Império brasileiro.

Analisar quem foi o autor, bem como sua atuação na província, é um exercício que permitirá compreender melhor sua obra e o objetivo de sua produção ensaística e corográfica. Essa abordagem será pontuada por sua atuação civil e militar no Pará. Após abordar este primeiro momento, adentrarei em um dos resultados de seu serviço provincial: a elaboração do *Ensaio Corográfico*. A partir da referida obra, verificarei qual o seu significado, seus objetivos e como se efetuou sua construção escrita, analisando, para tanto, outras corografias também produzidas sobre o Pará no século XIX.

Posteriormente a análise da estrutura da obra, destacarei de seu conteúdo alguns elementos que compõem a riqueza da província para o militar português. Nesses elementos, o autor identifica como se poderia gerar e gerenciar esta riqueza através das produções naturais; da prática adequada da agricultura, e conseqüentemente do comércio com ela desenvolvido. Com a finalidade de servir a pátria, a corografia poderia ir muito além do seu valor descritivo,

capaz de tornar-se um instrumento de instrução, de identidade e um recurso administrativo de intervenção e elaboração de ações do governo provincial e imperial.

1. Antônio Baena no Pará

Antes da vinda de Baena ao Pará, ainda em maio de 1803, foi organizado em Lisboa o regimento que viria servir na capitania.⁶ Antônio Baena⁷ servia como cadete do regimento de cavalaria de Mecklemburgo. Em setembro do referido ano, veio acompanhando o nomeado governador e capitão general D. Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos, ao Pará. Em maio de 1818, Baena, o “quartel – mestre” até então, foi nomeado a ajudante (tenente) do Corpo de Artilharia do Pará. Em 1820, foi promovido a sargento-mor da 4ª Companhia do Corpo de Artilharia, sendo um ano depois nomeado a cavaleiro da Ordem de Aviz.⁸ É, portanto, já presente no Pará que lhe foram atribuídas nomeações militares e civis como resultado de sua atuação. A hierarquia militar foi galgada paulatinamente no contexto de seus serviços militares.⁹

Presente no Pará, Baena atuou na execução de alguns trabalhos no âmbito militar e comercial, propondo medidas e projetos em relação aos locais que lhe eram confiados pelas autoridades militares e civis. O governador Antônio José de Souza Manoel de Menezes, Conde de Vila Flor, durante sua administração na província nos anos de 1817 a 1820, encarregou Baena da execução de alguns trabalhos, onde atuava como militar e professor na cadeira de matemática da Escola Militar. Como professor, sua atuação não estava restrita à referida Escola, mas seus conhecimentos matemáticos o capacitavam para execução de obras confiadas pelo governo.¹⁰ Em 20 de agosto de 1821, foi encarregado interinamente do

⁶ Estudos sobre a estrutura militar na antiga capitania do Grão-Pará, ver: Shirley Maria Silva Nogueira. A estrutura militar no Grão-Pará setecentista. José Maia Bezerra Neto, Décio de Alencar Gúzman (orgs.). *Terra matura: historiografia social na Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2002, p. 197-206; e da mesma autora, *Razões para desertar: Institucionalização do exército no último quartel do século XVIII*. 2000. Dissertação (Mestrado em Planejamento de Desenvolvimento) – NAEA, UFPA, 2000.

⁷ Segundo Sacramento Blake, Baena era filho de João Sanches Baena e Maria do Resgate Monteiro Baena, nascido em Lisboa entre os anos 1781 e 1782, vindo a falecer no Pará em 1850. Porém, há discordâncias quanto ao ano de sua morte, onde algumas referências remetem a 1850 ou 1851. Na pesquisa empreendida nas Revistas do IHGB, a notícia do falecimento de Antônio Baena ocorreu em 1850, o que se tornou referência temporal para o presente estudo conforme as justificativas que serão apresentadas no segundo capítulo. Cf. Sacramento Blake. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, vol. I, 1883, p. 235-237; *Grande Enciclopédia Mérito*. São Paulo: Gráfica Brasileira Ltda, vol. II, 1959, p. 693; *Grande Enciclopédia Delta Larousse*. Rio de Janeiro: Editora Delta S. A., 1976, p. 675.

⁸ Cf. Manoel Barata. *Formação Histórica do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.

⁹ Sobre a carreira militar e os privilégios das milícias com a chegada da Corte portuguesa ao Brasil, ver: Maria Beatriz Nizza da Silva. *Ser nobre na Colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

¹⁰ A partir de uma Memória sobre a sistematização da aula militar de sua autoria, o governador instituiu um Estatuto para regulamentar a Escola Militar. O governador ordenou a composição de um Compêndio de

governo de Macapá, permanecendo menos de um ano por solicitação sua.¹¹ Com o seu retorno a Belém, continuou a atuar como professor de matemática na Escola Militar.

Na revolta de 14 de abril de 1823¹², quando alguns paraenses tentaram ocupar o quartel de artilharia num movimento em prol da Independência, Baena esteve presente na reprimenda à movimentação por parte do governo da província. Seguindo a sugestão do presidente da Junta Provisória D. Romualdo Antônio de Seixas, foi eleito um Conselho, composto por civis e militares, no qual Baena teve participação nos debates a fim de anuírem sobre a condenação dos “revoltosos”. Onde em meio à discordância entre as autoridades sobre a justa pena a ser aplicada, teria sido contrário a execução. O Conselho decidiu enviar os presos a Lisboa já que supunha a possibilidade da pena de morte suscitar outros motins, conforme Arthur Vianna (BAENA, 1969).

O momento da emancipação política do Brasil foi tumultuado na província paraense.¹³ E quanto ao posicionamento político do militar nesse período, autores apontaram divergentes afirmações. Considerado por Arthur Vianna (BAENA, 1969) um português não afeito ao movimento de Independência, Baena teria concordado com o tenente-coronel João Pereira Vilaça em não assentir ao novo sistema. Vilaça, ao ser preso, partiu para Portugal, porém Baena permaneceu no Pará, posicionando-se posteriormente a favor da Independência.¹⁴

Mais uma vez, para Arthur Vianna (BAENA, 1969, p. 06), a idéia de emancipação lhe era contrária, sendo um “extremado adversário”, haja vista ser um “soldado patriota, de nacionalidade portuguesa, que não podia nem devia patrocinar uma causa inimiga da metrópole”. A naturalidade portuguesa indicava também para Domingos Antônio Raiol (1970) a postura política de alguns indivíduos:

Fortificação de Campanha a fim de ser utilizado pelos alunos no Curso de Estudos. Baena foi responsável por informar sobre a parte do Quartel das Mercês concedida aos negociantes pelo governo para obras comerciais. Apresentou uma Carta topográfica do espaço marítimo entre a Cidade e a Fortaleza da Barra elaborada por ele e com o auxílio de três militares, fornecendo também cálculos trigonométricos que embasaram a organização da dita Carta. Ver: Antônio Ladislau Monteiro Baena. *Compêndio das Era da Província do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969, p. 308-314.

¹¹ Baena assinalou o que procedeu quando estava na liderança daquele governo. Sobre seus feitos na administração de Macapá, ver: Idem Ibidem, p. 332-334.

¹² Sobre a revolta, ver: Domingos Antônio Raiol. *Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Belém: Universidade Federal do Pará, vol. I, 1970, p. 29-38.

¹³ Neste sentido, ver: José Alves Souza Júnior. *Constituição ou Revolução: Projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a política de Fillipe Patroni (1820-1823)*. 1997. Dissertação. (Mestrado em História) – Unicamp, Campinas, 1997.

¹⁴ Quando da eleição da nova Junta Provisória, em 1823, após ser deposta a Junta anterior pela força militar, Baena foi citado duas vezes pelos vereadores para integrá-la. Recusou e expressou logo em seguida sua posição, mediante a suspeita de sua postura pelo bispo Romualdo Antônio de Seixas. Ver: Baena, op. cit., p. 367.

Começava o ano de 1823, e apesar de ter sido já proclamada a independência ao Sul do império, ainda as províncias do Norte permaneciam debaixo da dominação portuguesa. As guarnições, os oficiais militares e os governadores das armas muito concorriam para este estado de coisas, pugnando sempre pela causa da metrópole, donde eram oriundos.¹⁵

Um de seus críticos contemporâneos, José Joaquim Machado de Oliveira¹⁶, ex-presidente da província do Pará, ao analisar sua obra *Compêndio das Eras da Província do Pará*, definiu o posicionamento do militar português como sendo avesso à Independência, afirmando então:

Termina o Sr. Baena o seu compendio na época em que começara para o Pará uma serie de atozes *successos*, abrindo a sua marcha a horrorosa matança no navio Palhaço... O autor prudente nessa reticência porque, com alguma prevenção, como se tem visto, contra as formas representativas, e indignando-se contra os meios empregados para independência, talvez que a exposição desse espantoso *successo* lhe sugerisse, expressões que podiam mais *comprometter* sua opinião política, e arriscar sua situação.¹⁷

Para Machado de Oliveira, a própria periodização da obra, isentando-se da narrativa dos anos subseqüentes à Independência, servia de motivação para duvidar do posicionamento de Baena. Segundo a crítica feita, Baena havia sido reticente em abordar alguns momentos da província, pois poderia comprometer-se militar e politicamente, devido sua atuação no período da Independência no Pará. Ainda neste capítulo, verificaremos minimamente a discussão travada entre as obras de Machado de Oliveira e Antônio Baena no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Primeira obra a ser enviada por Baena ao IHGB, em 1839, no qual havia ingressado como sócio correspondente, o *Compêndio das Eras* foi igualmente analisado pela Comissão de História do referido Instituto. Quanto ao período da Independência tratado pelo autor, a Comissão ressaltou:

Disse a Comissão, que os *extractos* dos papeis *officiaes* sem alguma outra correção *podião* muitas vezes induzir a erro pelo que respeita ás *cousas* do Estado; e desta

¹⁵ Raiol, op. cit., p. 26.

¹⁶ Nascido em São Paulo no ano de 1790, foi considerado “cultor assíduo das *letras*, principalmente da *historia* e *geographia* de seu *paiz*”, tendo sido sócio do IHGB, além de outras Sociedades. Condecorado com várias medalhas, chegou a presidir as províncias do Alagoas, Espírito Santo e Santa Catarina. Notas bibliográficas sobre José Joaquim Machado de Oliveira e suas obras, ver: Innocencio Francisco da Silva; P.V. Brito Aranha. *Dicionário Bibliográfico Português*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858-1923, p. 31-32; Sacramento Blake, op. cit., vol. IV, p. 485-489.

¹⁷ José Joaquim Machado de Oliveira. *Juízo sobre as obra intituladas Corographia Paraense, ou descripção physica, histórica e política do Grão-Pará, por Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva e Ensaio Corographico sobre a Província do Pará, por Antonio Ladislau Monteiro Baena*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de F. de P. Brito, 1843, p. 31.

proposição encontra exuberante prova em diversas asserções exaradas no Compendio, tanto acerca da proclamação do *systema* representativo, como acerca da independência do Brasil, asserções, que a Comissão está longe de *attribuir* a sentimentos próprios do *author*, e nas *quaes* apenas vê a expressão das idéias e sentimentos das administrações do Pará, que pretenderão *suffocar* as vozes que *proclamavão* a forma de governo, que nos rege, e da independência nacional.¹⁸

Como Baena utilizou a documentação das próprias administrações, para a Comissão, sua postura frente ao momento de Independência do Brasil era o resultado das fontes consultadas e não propriamente do seu posicionamento político. Para fundamentar essa análise, a Comissão expôs em destaque trechos da referida obra em que apareciam alguns termos como “revoluções sediciosas”, “ranchinho de promotores do novo *systema* constitucional”, “intempestivo e pérfido *projecto*”, adjetivando o período e os envolvidos no momento da emancipação.

No entanto, o fato de Baena ser português não nos é suficiente para pensar sobre seu posicionamento político. No *Compêndio das Eras*, Baena descrevendo os anos de 1821 a 1823 nos fornece indícios de seu posicionamento sobre os debates e “agitações” que ocorreram na província. No entanto, escritos uma década depois. Escrevendo sobre os mencionados anos, já em um momento posterior, Baena utilizou de uma narrativa política não tão explícita, sem evidente posicionamento político. Trata-se de uma narrativa onde poderia conter sua visão política daqueles momentos por ele vivenciado. Pode ter sido uma forma de expressar seu posicionamento ou escondê-lo, como apontou Machado de Oliveira em sua crítica.

Em 14 de setembro de 1823, a Junta Provisória do Governo Geral da Província do Grão-Pará¹⁹ remeteu ao Rio de Janeiro o Auto de juramento de obediência e fidelidade ao Imperador do Brasil prestado pela referida Junta, pelo Senado da Câmara, pelas autoridades civis, eclesiásticas e militares, e alguns “cidadãos” da província. Entre as várias assinaturas presentes no documento, assinado em 16 de agosto do mencionado ano, estava o nome do então sargento-mor comandante interino do Corpo de Artilharia Antônio Ladislau Monteiro Baena, prestando obediência ao Imperador.

¹⁸ Juízo sobre a obra intitulada *Compêndio das Eras da Província do Pará* por Antônio Ladislau Monteiro Baena, membro correspondente do Instituto. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo II, 3ª ed. 1916. p. 253.

¹⁹ A Junta era composta pelo presidente Giraldo José de Abreu, pelo secretário José Ribeiro Guimarães e pelos membros João Batista Gonçalves Campos e Félix Antônio Clemente Malcher. Cf. *A Província do Pará. As Juntas Governativas e a Independência*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Conselho Federal de Cultura, 1973, p. 30-36.

Referindo-se a Baena, Sacramento Blake²⁰, no entanto, afirmou que ele teria abraçado “com *entusiasmo*” a Independência. Na Enciclopédia Brasileira Mérito (1959), o nome de Antônio Baena caracteriza-se como um “escritor português” que lutou “ardorosamente no Pará pela causa da independência”. Por não ser claro o seu posicionamento, autores construíram interpretações, posicionando-o frente à movimentação política ocorrida no Brasil e na província paraense. Neste sentido, há idéias conflitantes acerca do posicionamento político de Baena, permeando suas “nacionalidades”, seja como “português transplantado” ou “brasileiro adotado”. Qual teria sido a pátria defendida? Era esta uma entre tantas outras indagações que surgiam em debates em torno da nação.

Torna-se interessante ao analisarmos que em seu discurso é salientada a idéia de que a província estava constituída no Império brasileiro que ele queria ver prosperar. Seu posicionamento era monárquico, como em vários momentos de sua narrativa histórica posicionou-se a favor do monarca e na própria sociedade com o IHGB. Ele queria ver a província integrada e valorizada pelo Império brasileiro, contribuindo, no seu entender, mesmo com a Independência política, para a manutenção de uma ordem que prolongasse os poderes do rei.

Não nos é possível enveredar pelo discurso político do militar nesse período. Qual teriam sido suas palavras frente aos movimentos de emancipação política? Seria necessário aprofundar pesquisas acerca do seu posicionamento, valendo-se de fontes que nos sugerissem como entendia a intrincada questão da nacionalidade.

Quando Filipe Patroni, defensor das idéias constitucionalistas no Pará, esteve preso no Castelo pediu ao major Baena que ele lhe substituísse na composição do jornal *O Paraense*, tendo Baena recusado, pois suas obrigações militares, juntamente com suas preleções de matemática na Escola Militar, não o possibilitavam assumir a função de jornalista. Em Nota, Baena narrando sobre si mesmo, detalhou sua escusa:

Esquivou-se a isso porque não se considerava homem benemérito das Letras para ser útil pelos seus escritos aos seus Concidadãos; e porque lhe faltava o ânimo para emparelhar com os que se fingem os mais cálidos partidários da liberdade política, e que diluviando a Sociedade com os seus contemptíveis e abomináveis discursos extraviam o espírito público, assopram desconfianças e animosidades, proferem impropérios da honra e solapam lentamente o edifício político. Tais escritos acabando no desprezo universal da geração presente ficam sepultados no esquecimento sem chegar à notícia das gerações futuras.²¹

²⁰ Sacramento Blake, op. cit., vol I., p. 235-237.

²¹ Baena, 1969, p. 338.

Narrando sua postura em terceira pessoa, expressava seu propósito em não posicionar-se acerca dos assuntos tratados no período em que Filipe Patroni estava na redação de *O Paraense*. Acusando os discursos veiculados por este periódico de “contemptíveis e abomináveis”, faltava-lhe “o ânimo” para comprometer-se nesses debates suscitados pela imprensa. Baena demonstrava seu posicionamento contrário àquele periódico, caracterizando-o como perturbador da ordem vigente e sem benefícios para a sociedade paraense.²² Contudo, cabe-nos a pergunta sobre quais motivações teriam levado Filipe Patroni a convidar o referido major para assumir a redação do jornal. Possivelmente a postura monarquista de Baena e seu apego às letras, tivessem influenciado Patroni em sua escolha.

Em sua “Falla”, pronunciada no período em governava interinamente Macapá, e referindo-se a chegada de D. João VI a Lisboa, Baena discursou sobre seu contentamento acerca da atitude e das virtudes do monarca português D. João VI. Dizia o então sargento-mor:

O gráo de altas qualidades, de que o Céu dotou o nosso *Monarcha*, he credor da nossa veneração, do nosso amor e de uma fidelidade inviolável. A *ellas* devemos a sua translação a Portugal para apressar, e *consistenciar* a Regeneração política por meio de uma Constituição liberal, que *colloque* a Nação *Portuguesa* no regaço da ventura.²³

Ressaltando a bondade, a generosidade, docilidade, amabilidade do governante, Baena terminou a “Falla” convocando todos a darem vivas a D. João VI e a nação portuguesa. Pensava na nação portuguesa, discursava aos compatriotas amantes que queriam manter o trono “majestoso e perdurável”. Neste sentido, seu discurso nos sugere a posição de submissão ao monarca e não às leis e à constituição. Sendo monarquista, Baena nos sugere um posicionamento absolutista. Seria esta uma possível explicação para a recusa à proposta de Filipe Patroni, ou seja, uma recusa às idéias constitucionistas.

Com a efetivação da Independência no Pará, em agosto de 1823, não cessam as investidas contra aqueles que teriam sido contrários ao movimento de emancipação política na província. No ano de 1824, a Junta Provisória elaborou uma relação com 105 nomes, entre

²² Sobre a imprensa no Grão Pará no momento de veiculação de “O Paraense”, ver: Geraldo Mártires Coelho. *Anarquistas, demagogos e dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822*. Belém: CEJUP, 1993. Sobre a veiculação das idéias liberais no Império brasileiro, ver também: Lucia Maria Bastos P. Neves. Liberalismo político no Brasil: idéias, representações e práticas (1820-1823). Lucia Maria Paschoal Guimarães; Maria Emilia Prado (org.). *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: UERJ/ Revan, 2001, p. 73-101; Lucia Maria Bastos Pereira Neves. O império luso-brasileiro redefinido: o debate político da independência (1820-1822). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 156 (387), abr/jun. 1995. p. 297-307.

²³ Cf. Baena, 1969, p. 394.

eles, 83 oficiais militares, especificamente 30 do regimento imperial, 07 da artilharia e 46 de milícias e ligeiros. Sobre esta relação, a Ata da Junta, datada de 06 de fevereiro de 1824, informou:

Relação dos oficiais de 1ª e 2ª linha, e dos empregados civis, que pela sua péssima e irregular conduta e como desafetos à causa do Brasil em todas as épocas, devem ser demitidos de seus postos e empregos e notificados para um determinado tempo despejarem a Província, exceto os indígenas do Pará, a quem o Governo ordenará o que melhor convier à segurança da Província e ao sossego público.²⁴

Entre os sete militares do Regimento de Artilharia, o primeiro citado foi o sargento-mor Antônio Ladislau Monteiro Baena. A partir de então seria deposto do cargo e afastado de suas atividades militares. São documentos como este que poderiam fornecer embasamento para alguns de seus futuros estudiosos imputar-lhe o posicionamento contrário a causa da independência no Pará.

Reassumido seu cargo, Antônio Baena continuou com participação militar. Diante de um motim, deflagrado em abril de 1826 em Cametá²⁵, o presidente da província enviou uma expedição sob a liderança do major Baena. Porém, devido ao mau sucesso da expedição e ao seu procedimento durante a tentativa de conter o motim, ausentando-se da expedição em pleno ataque, foi submetido ao Conselho de Guerra.²⁶ Após apurado o processo de acusação contra Baena, ficou determinado sua demissão do posto de major, após ter sido revogada a sentença de pena de morte. Na sentença da Junta Militar de Justiça, na qual ficou decidida sua demissão do posto ao invés da pena de morte, foi apontada como a causa de seu procedimento mais a sua “natural frouxidão do que por deliberada vontade o crime do réu na malograda expedição, cujo comando lhe fora confiado”.²⁷ A covardia, portanto, fora a razão argumentada pela Junta Militar que o fizera abandonar seus comandados em meio aos ataques a Cametá.

Em sua defesa²⁸, apresentada ao Conselho de Guerra em 05 de fevereiro de 1827, Baena expôs minuciosamente o ocorrido, relatando seus feitos e as dificuldades circunstanciais, justificando-as como não dependentes apenas de sua aptidão militar no plano de ataque surpresa aos “revoltosos” de Cametá. Interessante, neste sentido, atentar para os

²⁴ Cf. Raiol, op. cit., p. 67-69.

²⁵ Ver: Idem Ibidem, p. 111-137.

²⁶ Segundo os “artigos de Guerra”, a pena de morte era a condenação para os oficiais que abandonassem o posto sem ordem, fugissem ou escondessem em pleno combate. Cf. Raiol, op. cit., p. 137.

²⁷ Ibid. loc. cit.

²⁸ Antônio Ladislau Monteiro Baena. Defesa que ao Conselho de Guerra apresentou em 5 de fevereiro de 1827 o sargento mor Antonio Ladislau Monteiro Baena. *Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará*. Pará, tomo VIII, 1913, p. 159-210.

argumentos do major por não ter atacado de surpresa a vila, como havia ordenado o governador da província João Félix Pereira de Burgos. Segundo Baena, ele precisava dos conhecimentos topográficos, das rotas de navegação transitáveis naquele período do ano, tendo ciência de que os moradores conheciam bem “os passos de todo *aquella* mato”.

O conhecimento da natureza local facilitaria para os “amotinados” atacarem com cautela e força a expedição enviada de Belém, justamente porque sabiam “aproveitar-se da defensiva, que lhes *offerecia* a margem da *Villa*, e dos lugares adjacentes, tudo sobre o lombo de uma terra medianamente alcantilada” (BAENA, 1913, p. 173). Para lograrem êxito, Baena entendia que deveriam conhecer bem a localidade. No entanto, devido a falta do conhecimento físico local, e em concordância com outros comandantes, mudou o plano de ataque. Conhecer a natureza assegurava o sucesso na campanha. Era, portanto, uma estratégia militar.

A expedição comandada por Baena sofreu perdas e lhes faltavam remédios e alimentos. Diante dos percalços sofridos, entregou o comando da expedição ao capitão Pedro Vieira Rangel a fim de relatar ao presidente da província o que estava ocorrendo. Considerando que o tempo de retorno para Belém seria o mesmo da ida a Cametá, ou seja, nove dias, resolveu que era “proveitoso” dar ciência ao referido presidente do que estava acontecendo e solicitar novas medidas.

Seu estado de saúde não teria permitido nem escrever nem ditar uma carta, ou ao menos instruir um oficial para enviar as informações da campanha militar. Mesmo com a saúde agravada, dizia ele, embarcou numa canoa a fim de “dar a penosa noticia do *mao succedimento*” (BAENA, 1827, p. 177). Ao se defender, Baena enfatizou que sua retirada foi compelida pela falta de remédios e instrumentos para os feridos, assim como pela diminuta porção de farinha e peixe seco e a falta de “água-ardente” para os soldados.

A atitude de Baena, em se retirar do posto de comando, foi criticada pelo Conselho de Guerra em seu julgamento, acarretando sua destituição do cargo militar. Na *Defeza*, Baena demonstrou profunda frustração e descontentamento diante do tratamento que lhe fora dispensado, especialmente pelo presidente e governador das armas da província paraense.

Ao chegar a Belém e relatar o que havia ocorrido, afirmou ter sido tratado com “dispolidez e aspereza” pelo presidente da província, que estaria influenciado por um oficial miliciano inimigo seu. Após a reunião no Palácio da presidência, Baena recebeu ordem de prisão domiciliar, o que segundo ele, foi deliberado sem razões expressas.

No período dos dois meses seguintes, ao recuperar sua saúde, ficou ciente das notícias que circulavam e “dos descompassados e redundantes clamores de S. Exa. o qual não cessava de soltar contra mim palavras improprias perante todas as pessoas, fossem elas quem fossem” (BAENA, 1827, p. 182). Considerado como “covarde [sic] o mais possível de ignorante da Arte de Guerra” (BAENA, 1827, p. 186), Baena ressentia-se profundamente com as palavras que eram propagadas, até mesmo na imprensa. E quanto ao procedimento do presidente, enfatizou:

Em *summa* se a qualidade de *subdito* me faz obedecer a sua superioridade não me obriga a respeitar o seu gênio, nem a usar uma servil subordinação [sic]. O direito inalienável de vingar a minha reputação intacta, nublada por *aquelles* arrojados, obrigando-me o deliciar por todos os meios lícitos tolher que as vozes *calumniosas* contra mim vulgadas *consigão* duradouro credito, me determinou a exigir um Conselho de Guerra para destoldar a verdade, e de uma vez derribar por terra os embustes, com que se tem pretendido desabonar-me.²⁹

A reputação e sua atuação como militar estavam sendo postas em questão. Sofria e inquietava frente ao tratamento que estava recebendo por parte da autoridade local diante da sociedade paraense, e utilizou de uma publicação específica para defender-se.³⁰ Sua atuação futura, escrevendo sobre o Pará, no entanto, nos indica sua inserção e préstimo novamente no cenário militar e político da província, superando as “calúnias” que lhe haviam sido dirigidas e procurando demonstrar seus serviços, especialmente por meio de suas publicações no IHGB.

O posicionamento de Baena frente ao conturbado período em que viveu na província entre os anos de 1821 a 1835, assinala sua atuação em alguns desses episódios. Num contexto em que muitos portugueses optaram pelo regresso a Portugal, Baena, apesar das vicissitudes sofridas, continuou servindo na província paraense, a despeito de intervalados momentos de destituição do cargo militar. Sua atuação não ficou restrita a ocupações militares, estendendo-se também às letras, onde seu propósito continuou sendo o Pará.

Em 1832, o governo provincial convocou uma Comissão, formada por cinco membros, para fazer o levantamento estatístico da província paraense, e Antônio Baena foi nomeado como secretário dessa Comissão.³¹ Baena, que teve acesso a arquivos e apontamentos anteriores, produziu um trabalho corográfico sobre o Pará. Publicado somente em 1839. Todavia, seu interesse na elaboração um levantamento estatístico do Pará já havia

²⁹ Baena, 1913, p. 188.

³⁰ Segundo Arthur Vianna, por razões desconhecidas, Baena não teria sofrido a sentença de destituição do posto. Ver: Baena, 1969, p. 09.

³¹ Baena, 2004, p. 09.

sido manifestado nos anos de 1822 e 1823, período de intensa movimentação política, chegando a ser convocado pela Junta Provisória de 1823 para elaborá-lo, como será abordado a seguir.

Ciente das dificuldades político-administrativas anteriores, ao ser convocado para mais uma Comissão, em 1832, Baena produziu a obra *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*. Sua atuação no Pará e seus conhecimentos militares, civis, matemáticos, entre outros, influenciaram em mais uma convocação e capacitava-o para desenvolver o trabalho estatístico. Indo além de suas atribuições, desdobrou sua atuação em um ensaio cuja missão era a de servir ao “clarão da publicidade”, não com uma obra perfeita, mas um “esboço do quadro” da província, bem como continuava interessado em efetuar este esboço para servir ao “cadastro completo do Império do Brasil”, já defendido por ele em tempos atrás, mas que então via a possibilidade de concretizar. Era sua oportunidade de integrar-se e, de certa forma, “naturalizar-se” como “brasileiro”.

Leitor de obras de naturalistas do século XVIII como Alexandre Rodrigues Ferreira, Humboldt e La Condamine, bem como de certos “filósofos” como Conde de Maistre, Maupertius, Montaigne, Baena dialogava em suas obras com esses escritos. Além de citar sua admiração por “historiadores” como Edward Gibbon, João de Barros, Bernardo Pereira Berredo³², Baena, em um de seus escritos³³, mencionou seu conhecimento acerca de vários geógrafos, astrônomos, naturalistas do seu século e de outrora, nos fornecendo indícios de sua formação intelectual e, em certo sentido, seu posicionamento filosófico, como verificaremos quando contrapôs as teorias de Rousseau e do Conde de Maistre. Magda Ricci (2003) analisando um grupo de intelectuais no Pará na segunda metade do século XVII revelados por Antônio Baena a partir da biografia de seu filho João Sanches Baena, desvenda também o contato de Baena com esses saberes locais da antiga capitania.³⁴ Ademais, as leituras feitas “conciliavam” sua vida como os novos tempos.

O *Ensaio Corográfico*, tendo como conteúdo principal a descrição física do Pará nas primeiras décadas do século XIX, foi constituído com métodos estatísticos e com o

³² Segundo Aldrin Figueiredo, Baena teria lido textos de Antônio Vieira, Azeredo Coutinho, Baudry dês Lozieres, Dauxion - Lavaysse, Robert Southey e, especialmente, Guillaume – Thomas Raynal. Neste sentido, ver: Aldrin Moura de Figueiredo. Teias da memória: a Companhia de Jesus e a historiografia da Amazônia no século XIX. *VARIA HISTÓRIA*, Belo Horizonte, n. 23. 2000. p. 77-96.

³³ Antônio L. M. Baena. *Discurso dirigido ao Instituto e Histórico e Geográfico do Brasil*. Maranhão: Typografia Maranhense, 1844.

³⁴ Sobre a produção ilustrada no século XVIII e sua influência no limiar do século XIX, ver: Oswaldo Munteal Filho. *O Liberalismo num outro Ocidente: política colonial, idéias fisiocratas e reformismo mercantilista*. Lúcia Maria Bastos P. Guimarães; Maria Emilia Prado (org.), op. cit., p. 31-72; Maria Odila Leite da Silva Dias. *Aspectos da Ilustração no Brasil. A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 39-126.

arcabouço intelectual que o autor foi alçando ao longo de sua atuação como professor de matemática e militar no Pará. Utilizou documentos que lhe foram permitidos acessar como membro autorizado a manuseá-los, alguns dos quais ele tinha prévio conhecimento, e elaborou uma obra, que enxergava ser utilitária aos propósitos do Império brasileiro.

Cabe-nos, contudo, compreender não só o conteúdo descrito, mas também enveredar pela composição de sua obra e a disposição do próprio conteúdo, ou seja, para sua organização. Neste sentido, torna-se significativa buscar a compreensão do que era uma corografia e, no caso do autor em questão, como foi elaborada. Assim definido, este constituirá objeto da próxima abordagem.

2. Corografias do Pará no limiar do século XIX

Fazer um levantamento estatístico de uma localidade com preocupações presentes. Atribuir-lhe uma funcionalidade ao governo. Preencher uma lacuna sobre a história e a geografia. Formula-se, então, uma corografia.³⁵ Entretanto, faz-se mister entender quais os sentidos de uma corografia, de sua elaboração e de sua utilização.

O *Diccionario da língua Portuguesa*³⁶ de Antônio de Moraes e Silva traz como conceito de corografia a descrição de algum reino ou região. Essa descrição, conforme foi verificado nos conteúdos das corografias analisadas, estava relacionado aos aspectos físicos e políticos de uma determinada localidade, circunscrita administrativamente, priorizando os conhecimentos geográficos, apesar de conter narrativas históricas em seu corpo textual.

Serviam como dados atualizados de uma determinada província. Um instrumento administrativo e político. Diferente de narrativas de viajantes, as corografias eram encomendadas pelo próprio governo de diversas províncias ou pelo governo imperial. Os Conselhos Gerais chegaram a encomendar obras corográficas para diversas províncias. Tinham a função de levantar ou atualizar as informações sobre determinada localidade circunscrita geográfica e historicamente.³⁷

A corografia, do limiar do século XIX, abrangia aspectos como a topografia, a fitologia, a zoologia, a mineralogia, a hidrografia, a população, a agricultura, o comércio, a

³⁵ Sobre estudo utilizando duas corografias do Pará, ver: Aldrin Moura de Figueiredo, op. cit.

³⁶ *Diccionario da língua Portuguesa recopilado dos vocabulários impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado, e muito acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro offerecido ao muito alto, e muito poderoso Príncipe Regente N. Senhor.* Lisboa: Typographia Lacerdina, tomo I, 1813.

³⁷ Em fins do período colonial, em meio a intensas mudanças administrativas e políticas, as corografias, com sua função descritiva, tornaram-se importantes instrumentos na compreensão de uma específica localidade, a saber, as províncias. Neste sentido, figuram corografias sobre São Paulo, Minas Gerais, Maranhão, Pará e outras.

administração pública e a seção histórica, descrevendo-os e expressando a opinião do autor em alguns pontos. Recorrendo a documentos administrativos, seus autores procuravam compor um grande panorama da localidade descrita, procurando acrescer os conhecimentos geográficos e históricos de épocas anteriores, retirados, sobretudo, de escritos e descrições antigas e feitos dentro dos ditames absolutistas e inquisitoriais.

Para sua formulação, a corografia dispunha de instruções e métodos estatísticos. Eram então alicerçadas em corógrafos que desenvolviam instruções para seleção e disposição dos elementos que a constituiriam. Antônio Baena, em resposta ao Parecer de José Machado de Oliveira sobre seu *Ensaio* e a sobre a *Corografia Paraense* de Ignácio Accioli, fez citações sobre Marino Miguel Franzini, que foi presidente da comissão de estatística e cadastro do reino de Portugal. A obra de Franzini, a qual Baena teria se reportado, provavelmente, era a intitulada *Instruções estatísticas compiladas em 1814 por ordem do exmo. e revmo. sr. Principal Sousa*, publicada em Lisboa no ano de 1815. A execução de uma obra corográfica não era aleatória nem estava condicionada as disposições isoladas do autor, mas reunia em torno de si instruções que as amparavam metodologicamente.

Antônio Bernardino Pereira do Lago, tenente-coronel do Real Corpo de Engenheiros, ainda no início do século XIX, explicitou a Comissão de estatística do Maranhão, em março de 1822, a metodologia e a importância de um trabalho estatístico para o governo. Conceituando estatística como “*status*, estado atual das coisas”, indicou as disposições formais para elaboração de um trabalho de tal envergadura e relacionou alguns dos “sábios” no conhecimento estatístico.³⁸

Portanto, o trabalho estatístico que era empreendido, com método e seus sistematizadores, contribuíam para elaboração de uma obra corográfica. Baena ainda fez menção a outros corógrafos que utilizavam métodos estatísticos como Paulo José Miguel de Brito³⁹ e outros não especificados. Possivelmente, um ou mais desses escritores, conhecidos

³⁸ Antônio Bernardino Pereira do Lago foi ordenado pelo governo do Maranhão para executar uma carta topográfica. Em sua obra, citou estudiosos do conhecimento estatístico como Acthur Joung, na Inglaterra; Astroemer, na Suécia; Bernitorff, na Dinamarca; Hertaberg, na Prússia, considerando a França a que dispunha da melhor estatística. Em trecho introdutório, salientava: “A estatística, pois, sem estabelecer hipóteses, nem recorrer ao cálculo de probabilidades, recolhe só os fatos escrupulosa e exatamente observados, apresentando-os com ordem e clareza, separados entre si e até em tempos com facilidade conduz o espírito a uma combinação rigorosa; deste modo, pela enumeração de fatos particulares, e pelo desenvolvimento de todos os elementos que podem ter influência próxima ou remota, esta ciência faz conhecer as forças existentes e adquiridas, os meios prontos e disponíveis para conseguir-se o aumento e a prosperidade de um Estado”. Cf. Antônio Bernardino Pereira do Lago. *Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2001, p. 08-09.

³⁹ Não foram encontradas referências acerca deste corógrafo.

como eram pelo autor, foram utilizados como referência metodológica na elaboração do *Ensaio Corográfico*.

No início do século XIX, o Pará foi alvo de três estudos corográficos, sendo em alguns a parte mais abrangente da corografia e em outros, a mais específica. Em 1817, havia sido publicada a *Corografia brasílica ou relação histórica - geográfica do Reino do Brasil* do padre Manuel Aires de Casal⁴⁰, onde se apresentava todas as províncias que integravam o reino português e, desta forma, descrevia-se também a do Pará. Em 1833, houve a publicação da *Corografia Paraense ou Descrição física, histórica, e política da Província do Grão Pará* de Ignácio Accioli Cerqueira e Silva⁴¹, sendo no mesmo ano finalizado o *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*, de autoria de Antônio Ladislau Monteiro Baena, publicado apenas em 1839.

As três obras assemelham-se no conteúdo e na forma da descrição, fornecendo indícios de uma metodologia comum para este tipo de descrição da localidade, bem como do manuseio dos mesmos documentos de referências pelos autores. A partir da análise do quadro abaixo, pode-se verificar os temas abordados:

Quadro 01: Temas das Corografias do Pará por Autores

Manuel Aires de Casal	Ignácio Accioli	Antônio Baena*
Introdução histórica e atual aspecto da província (localização, clima, topografia)	Limites geográficos	Delimitação geográfica
Mineralogia	Agricultura	População
Fitologia	Mineralogia	Clima
Zoologia	Fitologia	Produções naturais do Pará
Portos e rios	Zoologia	Minerais
Subdivisões: Pará próprio; Xinguntânia; Tapajônia; Mundrucânia	Portos	Vegetais
Apêndice: Províncias de Solimões e da Guiana.	Rios	Agricultura
	Lagos	Zoologia **
	Descrição Política: população e caráter dos habitantes da província	Aparência, capacidade e caráter moral dos naturais do Pará
	Religião	Forma antiga da administração

⁴⁰ Manuel Aires de Casal. *Corografia brasílica ou relação histórica - geográfica do Reino do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1976. A obra foi publicada pela segunda vez em 1833, no Rio de Janeiro.

⁴¹ Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva. *Corografia Paraense, ou descrição física, histórica e política da Província do Gram-Pará*. Bahia: Typografia do Diário, 1833.

	Governo	Forma atual da administração
	Instrução pública, indústria e Exército	Comércio
	Comércio	Divisão eclesiástica
	Descrição histórica: desde Vincent Pinzon até a atual administração	Subdivisões: Comarca de Belém, Marajó e São José do Rio Negro
	Descrição topográfica: Comarca do Pará, Rio Negro e Marajó, e suas povoações.	Listas hidrográficas
		Catálogo dos governantes
		Aditamento: nova divisão das comarcas (1833).

* Os termos do referido autor utilizados neste quadro foram simplificados para efeito comparativo, visto que sua completa classificação dos temas descritos seria demasiada extensiva. Para maior detalhamento dos assuntos tratados, ver: Anexo 01.

**Não utiliza o termo, apenas efetiva subdivisões dos animais.

Fonte: Antônio Ladislau Monteiro Baena. *Ensaio Corográfico sobre a província do Pará*. Senado Federal, Conselho Editorial, 2004; Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva. *Corografia Paraense, ou descrição física, histórica e política da Província do Gram-Pará*. Bahia: Typ. do Diário, 1833; Manuel Aires de Casal. *Corografia brasílica ou relação histórica - geográfica do Reino do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1976.

Os temas apresentam, em aspectos gerais, semelhanças na própria organização, evidenciando a existência de tratamento metodológico comum ou similar, sem, contudo, desconsiderar o momento histórico em que foram produzidas e suas especificidades. A utilização de alguns termos, como os que foram observados nas corografias de Antônio Baena e Ignácio Accioli, são descritos com as mesmas palavras, referindo-se a aparência e a utilização de alguns elementos naturais. Analiso, no entanto, algumas de suas semelhanças no intuito de evidenciar quais características as enquadravam como corografias.⁴²

2.1. Duas outras corografias: *Brasílica e Paraense*

O estudo empreendido por Baena não era único nem metodologicamente revolucionário para descrever a Província. A despeito de não terem sido citadas em seu *Ensaio*, as duas outras corografias que haviam descrito o Pará na primeira metade do século XIX, são “irmãs” daquela última. Com alguns aspectos diferenciados na narrativa e na seleção

⁴² As obras apresentam particularidades. No entanto, para esta Dissertação, onde me propus entender o Pará no Império Brasileiro pelas penas de Antônio Baena, uma análise comparativa dos três autores seria demasiada extensiva, incorrendo no distanciamento do cerne da pesquisa. Essas diferenciações constituem um interessante campo de pesquisa, se relacionadas ao contexto de suas produções, e que poderão ser alvo de futuros estudos.

dos principais elementos que constituíram cada corografia, as obras possuem organização e elementos semelhantes. Adentremo-nos sucintamente nas autorias e em seus conteúdos.

A corografia do padre Manuel Aires de Casal objetivou descrever todo o reino do Brasil, sendo, portanto designada com o título de *brasílica*. O padre Manuel Aires de Casal nasceu em Portugal em 1754 e faleceu em Lisboa após 1821, data incerta.⁴³ Sua obra, publicada em 1817, foi dedicada a D. João VI, trazendo uma descrição física e política do Reino do Brasil, formado por suas várias províncias. Em requerimento ao monarca D. João VI, dizia:

A descrição geográfica do vasto Reino que a Providência confiou a V. R. Majestade na América, é o assunto da Obra que respeitadamente ofereço a V.R. Majestade, como Sua, por muitos títulos. Nela se acha a História do Descobrimento do Brasil em 1500, até o ano de 1532 em que este País foi repartido em capitanias: mostra-se a época, o método da colonização, e o atual estado das povoações, e produções da Agricultura, e Indústria de cada uma delas: indica-se o que há mais notável em a Natureza; como são, os rios, lagos, montes, cabos, portos, ilhas, animais, minerais, e vegetais: acrescento enfim um apêndice das duas Províncias civilmente anexas à do Grão-Pará [...].⁴⁴

A obra trata de 19 províncias, iniciando pelo Rio Grande do Sul e finalizando no Pará, a única com províncias anexadas. Se atentarmos para o volume de páginas descritas acerca de cada uma delas, podemos verificar que a província do Pará é a mais extensa. Comparemos as cinco províncias com maior volume de páginas: 1^a) Pará: 35 p.; 2^a) Mato Grosso: 27 p.; 3^a) Rio de Janeiro: 23 p.; 4^a) Baía: 22 p. e 5^a) São Paulo: 18 p.

A diferença no número de páginas é um dado a nos indicar a extensão de cada uma das províncias, a quantidade de elementos descritos de conhecimento do autor. Os temas abordados não diferem de umas para as outras, e sim a quantidade dos elementos, como foi o caso do Pará, que apresentava uma enorme quantidade de vegetação, rios, lugarejos, entre outros, bem como sendo a única província com outras anexadas e dependentes político-administrativamente.

Aires de Casal ao descrever a província paraense, fez uma sucinta história política da fundação de Belém, relacionando os capitães gerais que governaram a capitania, com a narrativa de alguns episódios históricos. Língua, localização geográfica e solo tornaram-se também objetos de sua descrição. Na parte de mineralogia, arrolou os principais minérios, enquanto na fitologia, deteve-se numa descrição mais demorada, distinguindo as árvores

⁴³ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa: Editorial Enciclopédia Limitada, vol. I, [19...], p. 687.

⁴⁴ Cf. Casal, op. cit., p. 15.

oleosas das árvores frutíferas, salientando os produtos a serem agriculturados. Na zoologia, afirmou não enxergar nenhuma novidade em relação a outras províncias próximas.

Quanto aos portos e rios, privilegiados aqueles que eram tributários do rio “Maranhão ou Amazonas”, elaborou uma longa relação. Mereceram destaque as canoas como principal embarcação, bem como a fartura de peixes dos referidos rios. O autor fez a divisão da província a partir da hidrografia. Segundo ele, a natureza repartiu a “vasta” província com quatro rios: o Tocantins, o Xingu, o Tapajós e o Madeiras, que compreendem os “distritos” do Pará (composto pelas vilas de Belém, Bragança e Colares), da Xingutânia (Vila Viçosa, Gurupá e Melgaço), da Tapajônica (Santarém, Souzel e Alter do Chão) e da Mundrucânia (Vilanova da Rainha, Borba e Vilafranca).

A partir dessa divisão, Aires de Casal, tratou separadamente cada uma dessas áreas, abordando em cada vila a aparência, a fundação histórica, a localização, as vantagens, a população. Como apêndice, fez a descrição sobre as províncias de Solimões e Guiana, dependentes administrativamente da província do Grão-Pará.

Comparada as duas corografias posteriores, a *Corografia Brasílica* comporta informações sucintas sobre vilas e lugarejos que integravam o Pará, procurando elaborar uma relação da localização e das características que destacavam cada uma das vilas. Esse tratamento também foi dispensado na descrição das outras províncias. Seria este um assunto que pressupôs de grande interesse para o monarca residente no Brasil a ponto de dedicar-lhe os dois tomos da primeira edição.

Aproximando o conteúdo descritivo de Aires de Casal ao de Antônio Baena, concernente às vilas e demais localidades, observei que a descrição de ambos abordava três pontos comuns: localização geográfica, tipo de produção e presença religiosa através do orago e do templo eclesiástico. Deste modo, esses temas correntes na descrição das vilas, demonstram mais uma vez a similaridade no estudo corográfico, diferenciando-se a narrativa em certos apontamentos, contendo informações mais detalhadas ou não. Com essas informações sobre os referidos lugares, seus autores tencionavam demonstrar o grau de desenvolvimento em que essas localidades estavam alicerçadas e torná-las conhecidas ao leitor a quem direcionava a corografia.

Para o autor da *Corografia Brasílica* a particularidade da província do Pará em relação às demais residia nas variadas produções naturais, que em outras havia em pouca quantidade ou simplesmente inexistiam; nos rios, conforme ele afirmou, “também não há outra regada de tantos, e tão caudalosos rios” (CASAL, 1976, p. 309); assim como na fitologia, destacando que “em nenhuma outra província se criam árvores tão corpulentas”

(CASAL, 1976, p. 309). Era, portanto, a natureza que constituía as especificidades do Pará no contexto “brasílico” e estabelecia para Aires de Casal aspectos comparativos com as demais províncias.

Já a corografia de Ignácio Accioli Cerqueira e Silva apresenta muitas semelhanças com a obra de Baena quanto a descrição física da província. Ignácio Accioli elaborou a *Corografia* antes do *Ensaio*, publicando-a na Bahia. Nascido em Coimbra em 1808, morou na Bahia e foi considerado cronista do Império, além de ter sido coronel, sócio do IHGB e de outras sociedades existentes.⁴⁵ Escrevia obras de história e geografia. Residiu treze anos no Pará, o que, segundo afirmou, lhe confiava descrever com propriedade a província.

Bem mais aprofundada que a corografia apresentada por Aires de Casal, Accioli ampliou a descrição física, com detalhes, e abordou longamente a situação histórica e política da província até o momento da finalização de sua escrita em 1833. O objetivo explicitado para publicação da obra foi o de “concorrer para felicidade pública”, ansiando que a organização em um “só corpo metódico de diferentes digressões” animasse viajantes e naturalistas “a investigar e explorar essa Província, onde terão que admirar a Natureza, satisfazendo a curiosidade em benefício público” (SILVA, 1833, p. 08).

Logo na introdução da *Corografia Paraense*, sob o título de “Advertência”, explicou, portanto, ao leitor a finalidade da obra, sua construção e as dificuldades encontradas para sua elaboração. Com semelhante finalidade, também no prólogo do *Ensaio*, Baena explicitou seus objetivos e construção textual como a fundamentação documental, e o que considerava verídico, de sua narrativa, validando seu estudo para a época.

É possível que Accioli não tenha redigido sua obra no Pará. Ele a iniciou por volta da década de 20 do século XIX, sem explicitar onde. Segundo afirmou, uma Portaria, em 1824, permitiu seu acesso a documentos administrativos da província para que concluísse a corografia, para onde retornou em 1825. Entretanto, não obteve êxito em dispor da documentação administrativa requerida, visto que o então presidente José Araújo Rozo comunicou-lhe que os oficiais da Secretaria do Governo estavam copiando as mesmas “memórias” pretendidas pelo cronista. Consoante seu relato, foi o arcepreste João Batista Gonçalves Campos quem remeteu “esclarecimentos”, extraídos dos arquivos públicos. Isto nos sugere que a vinda de Accioli ao Pará teria sido motivada pela necessidade da documentação para prosseguimento de sua obra. Frustrado o objetivo de sua vinda, retornou,

⁴⁵ Cf. Sacramento Blake, op. cit., vol. III, p. 256-257.

sem expressar para qual província, e obteve a ajuda de João Batista Gonçalves Campos para finalizar a obra.⁴⁶

O encanto com o Pará está presente na escrita de Accioli. Sua linguagem já apresenta mais adjetivos para a província, diferindo-se, neste sentido, da construção narrativa de Aires de Casal. “Opulência”, “abundância de matérias-primas”, “que tal país é suscetível de ser um dos mais florescentes, não só do Império brasileiro, mas até do Globo” são algumas das características que compunham a terra descrita. Em seu trabalho, fez menção da sensação provocada pela natureza:

[...] a Natureza *reunio* nesta Província tudo quanto *he* grande, sublime, e maravilhoso. O filosofo a cada passo encontra *objectos*, que *atrahem* a sua *atenção*, e em qualquer parte se *offerece* aos olhos do viajante uma *scena aprasivel* e pitoresca.⁴⁷

Sua vasta obra foi dividida em três “seções”, isto é, a comarca do Pará, a comarca do Rio Negro e a comarca da Ilha Grande de Joannes ou Marajó. Nos subtítulos, versa sobre o aspecto da província, a agricultura, a mineralogia, a fitologia, a zoologia, a hidrografia e os portos, o comércio, a religião, a indústria, a instrução pública, seguido da descrição histórica e política. Como já foi afirmado, são os temas presentes nas corografias analisadas.

Descrita por tantos viajantes, naturalistas e outros estudiosos, como o padre Aires de Casal e o cronista Ignácio Accioli em tempos pretéritos, o que moveu mais um escrito corográfico, agora por um sargento português? Quais as justificativas para a elaboração de sua obra? Atuando na província do Pará desde 1803, Baena lançava-se na tarefa de descrevê-la a fim de prestar seus serviços e demonstrar sua leitura da província “infectada por germes de grandeza”.

2. 2. Preencher lacunas: um ensaio corográfico paraense

Baena elaborou um ensaio corográfico sobre o Pará. Essa é a parte do título e o do objetivo de sua obra. Como explicou aos seus leitores, a obra devia “ser olhada mais como esboço do quadro que representa, do que como pintura acabada” (BAENA, 2004, p. 15). Justamente por não constituir um tema esgotado e completamente abordado, poderia conter as “imperfeições e defeitos”, dos quais ele não ousou isentá-la, mas que em certa medida justificou os mesmos. Já Accioli dispensou o uso do termo, possivelmente porque considerava

⁴⁶ Em nota, Accioli transcreveu a referida Portaria. Cf. Ignácio Accioli Cerqueira e Silva, 1833, p. 07.

⁴⁷ Idem Ibidem, p. 02-03.

sua obra nos ditames de uma corografia que abrangia todos os aspectos da província. A modéstia de Baena acerca de sua obra ensaística poderia soar como uma crítica a seus predecessores, mesmo não os mencionando.

Segundo afirmava, não pretendia exaurir a matéria tratada, mas sim:

[...] por meio do Ensaio conseguir ao menos excitar melhor *penna* para que também apalpe a *empreza* de patentear completamente o Pará não em um *compendio*, ao qual não se permite dilatado estilo, mas em um *escripto* desenhado de modo que se *acommode* a *latidão* do *objecto*.⁴⁸

O *Ensaio*, para ele, tinha um caráter de urgência literária. Segundo afirmou, seu trabalho viria para suprir a falta de obras de caráter estatístico sobre o Pará. Considerando os *Annaes Históricos* de Bernardo Berredo, publicado em 1749, “o único escrito que temos acerca desta Província”, Baena apontava a raridade da edição e o fato dos *Annaes* não fornecerem a “cabal notícia da natureza e situação física do Pará, nem estão ilesos de equivocação notável sobre a sua Topografia” (BAENA, 2004, p.14). Destarte, ele apontou a preocupação em preencher a província com trabalhos recentes sobre ela.

Ao atentarmos para sua exposição e a referência que fez aos *Annaes*, como último escrito sobre o Pará, e também aos documentos listados para sua pesquisa, podemos observar que Baena não mencionou as outras corografias sobre o Pará que já haviam sido publicadas. Neste sentido, indicava sua disposição em elaborar um trabalho estatístico e ressaltava as lacunas que pretendia suprir, como afirmou:

Era portanto mister que aparecesse quem pela primeira vez arrastasse com arduidade uma empresa reputada de pública importância: e como ninguém até agora se haja balançando a tomar sobre si este não ténue trabalho eu me arrojé a empreendê-lo sem consultar como deveras as minhas forças, entendendo que ainda patenteando à inferioridade de meus talentos para as obras de tal natureza fazia algum serviço ao público, enchendo a falta de uma Estatística o melhor que me fosse possível.⁴⁹

Compreendendo a dificuldade em elaborar a obra corográfica, Baena enfatizava a necessidade de empreendê-la, haja vista a ausência de obras desta natureza. Silenciou, portanto, sobre os dois escritos mais recentes à sua época, as publicações de 1817 e 1833, possivelmente por ter retomado seus estudos anteriores, iniciados com a primeira convocação pela Junta Provisória que governava a província paraense em 1823.⁵⁰

⁴⁸ Baena, 1843, p. 06.

⁴⁹ Baena, 2004, p. 14.

⁵⁰ Baena realmente ignorou as duas outras obras corográficas, não fazendo nenhuma menção. Para ele, o último escrito sobre o Pará era o elaborado por Bernardo Pereira Berredo. Essa ausência poderia ter sido proposital,

Em 07 de julho de 1822, Baena afirmou ter solicitado a Junta do Governo Civil da Província a execução de um cadastro geral do Pará. Este teria sido, portanto, o primeiro momento que partilhava de sua preocupação quanto a uma estatística do Pará. Porém, o projeto foi vetado. Com a Junta Provisória, presidida por D. Romualdo de Seixas, em 1823, e mais uma vez, compartilhando daquele intento, Baena formalizou por meio de Notas e Modelos a necessidade estatística à Junta e teve aceito seu projeto. No ofício de 08 de abril de 1823, dirigido a Baena, expressava-se a Junta Provisória:

Esta Junta sente a maior satisfação ao ver que V.S.a se propõem diligenciar e *colligir* pessoalmente nesta Cidade as *informaçoes* indicadas, que reunidas depois com as *parciaes*, que vierem das *Povoaçoens* do interior, subministrarem os necessários elementos para este primeiro ensaio de uma *Statistica* do Pará.⁵¹

A mencionada Junta comunicou a Baena o recebimento de seus apontamentos, incumbindo-o da tarefa de executar o levantamento estatístico. Agradeceram a “*patriotica* cooperação” do major e solicitaram que ele dedicasse maior atenção ao cadastro da população. Essa foi a primeira convocação de Baena para o levantamento estatístico. O projeto foi iniciado e outros cidadãos foram convocados para participarem da referida Comissão, expressando assim a Junta em ofício de 08 de abril de 1823:

Há muito tempo que com razão se sente, e se reclama a necessidade não já de uma *Statistica* regular e completa desta província, mas ao menos do conhecimento positivo de alguns dos seus ramos, ou elementos mais indispensáveis para regular a marcha da Administração no vasto círculo dos seus encargos, e *atribuiçoens*. Um *paiz* tão belo, e tão merecedor de ser conhecido pela fecundidade do seu solo, pela riqueza e variedade quase infinita das suas *produçõens*, pela importância da sua situação geográfica, e ultimamente pelo *caracter* nobre de seus habitantes susceptíveis de todo o gênero de talentos e virtudes, *he* este *paiz* pela mais triste fatalidade ignorado, e desconhecido não só dos Estranhos, mas até dos mesmos, que o *habitão*, e *pizao* o seu terreno, sendo preciso com grande vergonha da Nação mendigar entre os sábios estrangeiros algumas notícias *superficiaes*, ou infieís *d’aquillo* mesmo, que possuímos na própria casa. Por falta deste quadro *Statistico*, ou inventario do Estado, como lhe chama um judicioso Escriitor, *ignorão-se* absolutamente as necessidades, e os recursos desta dilatada Província, isto *he*, *quaes* são as suas rendas, e as suas finanças, *quaes* os *productos* da sua indústria e agricultura, as vantagens ou estorvos do seu *commercio*, assim interno, como externo, o progresso ou decadência das suas luzes e *civilisação*, e o que *he* mais para lastimar o mesmo cálculo da sua população, existindo apenas um mapa mui pouco

tendo em vista que ele considerava como referência seu anterior trabalho estatístico, iniciado durante a administração da antiga Junta Provisória em 1823. A citação de Baena acerca de Ignácio Accioli apenas ocorreu quando do *Discurso*, dirigido ao IHGB em 1844, no qual rebateu as críticas de José Joaquim Machado de Oliveira. Para isto, ver: Antônio Ladislau Monteiro Baena. *Discurso dirigido ao Instituto e Histórico e Geográfico do Brasil*. Maranhão: Typ. Maranhense, 1844.

⁵¹ Baena, 1969, p. 373.

exato do *anno* de 1797, que tem servido de regra para as *Eleiçoens* dos Deputados da Província com notável quebra e detrimento da sua representação [...].⁵²

Esse ofício foi dirigido aos cidadãos de vários distritos da província que iriam compor a comissão para o trabalho estatístico, e juntamente enviado com a convocação para Baena. O propósito era fazer conhecida a província do Pará. E Baena compartilhava desse empreendimento bem antes de formular o *Ensaio Corográfico*, permanecendo nesse objetivo, e, em 1833, apresentava o Pará ao Império e aos seus administradores locais, bem como a sociedade paraense. O projeto, defendido em 1823 por Baena, ficou inconcluso diante das tensões político-sociais da província no período.

Em 1828, um ano após os conflitos pessoais com o presidente da província do Pará acerca da expedição de Cametá, Baena escreveu a *Nota urgente da necessidade de formalizar-se um cadastro geral do Brasil que envolva todos os princípios estatísticos*⁵³, publicando-a por meio da imprensa no Rio de Janeiro em 1830. Nela comunicava o motivo que o fizera interromper o cadastro da província, e objetivou:

[...] desafiar a destreza de algum bom engenheiro, que mais feliz do que eu por desassombrado de sórdidas cabalas pudesse imaginar e efetuar um esboço, que servisse de fundamento à organização de um Cadastro completo do Império do Brasil.⁵⁴

As dificuldades políticas pelas quais atravessava não o impediam de continuar defendendo seu projeto corográfico para o Pará e para o Império brasileiro. Comunicou a necessidade daquele cadastro e as dificuldades que o paralisaram via a imprensa do Rio de Janeiro, pensando não somente na particularidade da província, mas a sua inserção num cadastro geral do Brasil.⁵⁵ No parágrafo inicial de *Nota*, expressava então:

Por falta de Descrições exatas, e miudamente especificadas de cada uma das Províncias do Império do Brasil, ainda não há uma idéia difusa e própria do que elas são na sua particular Geografia física; na sua população, e classes em que estão divididos os membros do corpo político; na sua fertilidade; na sua agricultura; economia rural; artes úteis, indústria, e Comércio. Por esta razão os estrangeiros escrevem, uns prodigalizando elogios vãos em que a lisonja sufoca a verdade, outros estendendo a sua orgulhosa maledicência a caracterizar-nos de imorais, e

⁵² Cf. Idem Ibidem, p. 371-372.

⁵³ Antônio Ladislau Monteiro Baena. *Nota urgente da necessidade de formalizar-se um cadastro geral do Brasil que envolva todos os princípios estatísticos*. Rio de Janeiro: Typ. Imperial e Seignot Plancher, 1830.

⁵⁴ Baena, 2004, p. 10.

⁵⁵ Em sua *Nota*, Baena mencionou que Martinho de Mendonça de Pina e Proença, Bibliotecário da Biblioteca Real e Guarda Mor da Torre do Tombo teria iniciado, em 1779, por ordem real, a elaboração de um cadastro geral do Brasil, porém nunca havia sido concluído.

desacizados: e assim nem eles, nem quem os lê possuem o conhecimento perfeito de todas as nossas vantagens físicas, e de todos os nossos meios morais.⁵⁶

Ciente do inacabado projeto estatístico de 1823, Baena elaborou um ensaio, possivelmente com a finalidade de que a corografia da província não ficasse, de certa forma, restrita as contingências políticas e sociais. Cômico da importância do levantamento estatístico, parecia ainda concordar com as palavras contidas no Ofício da antiga Junta Provisória sobre a tão grande necessidade de apresentar a província.

Uma dentre outras lacunas que sua obra viria preencher dizia respeito ao trabalho ainda em andamento da Comissão de 1832. A finalidade da mencionada Comissão era a reorganização e composição estatística da província, sendo suas atividades estendidas por prazo indefinido. Baena almejava que o seu “pequeno Ensaio” suprisse “a falta, que a dita Comissão se acha cometida de remediar: suprimento, que é verossímil que obtenha dos Cordatos a aceitação, que só a ignorância e tenacidade lhe pode denegar” (BAENA, 2004, p. 16).⁵⁷

Esta Comissão foi formada por cinco cidadãos convocados pelo governo da província, sob a presidência de José Joaquim Machado de Oliveira. Os membros, além de Antônio Baena, eram Ângelo Custódio Corrêa, vigário do baixo Amazonas; Raimundo Fernandes de Souza, vigário da vila de Santarém; Antônio Corrêa de Araújo, tenente-coronel de caçadores da 1ª Linha do Exército, dignitário da Imperial Ordem do Cruzeiro, e Comandante das Armas do Pará; José Thomaz Nabuco de Araújo, coronel da extinta Linha Miliciania, Comendador da Ordem de Cristo, Cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro e juiz da Alfândega do Pará.⁵⁸

⁵⁶ Baena, 1830, p. 01.

⁵⁷ Ainda no ano de publicação do *Ensaio*, em 1839, a Comissão não havia sido dissolvida, entretanto, contava apenas com a presença do militar português. Os anos que seguiram após o término do *Ensaio* foi marcado por grande convulsão política e social, especificamente a partir da Cabanagem em 1835. Para uma leitura mais ampla sobre a Cabanagem, vide: Pasquale Di Paolo. *Cabanagem: a revolução popular na Amazônia*. Belém: Conselho de Cultura, 1985; Henrique Jorge Hurley. *A Cabanagem*. Belém: Livraria Clássica, 1936; Ernesto Cruz. *Nos bastidores da Cabanagem*. Belém: Oficina Gráfica da Revista de Veterinária, 1942; Domingos Antônio Raiol. *Motins Políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Belém: UFPA, 2ª ed., Vol. 1, 2 e 3, 1970; Vicente Salles. *Memorial da Cabanagem: esboço do pensamento político revolucionário no Grão-Pará*. Belém: Cejup, 1992; Ítala Bezerra da Silveira. *Cabanagem: uma luta perdida*. Belém: Secult, 1994; José Júlio Chiavenato. *Cabanagem: o povo no poder*. São Paulo: Brasiliense, 1984; Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro. *Visões da Cabanagem*. Manaus: Editora Valer, 2001, Magda Ricci. O fim do Grão-Pará e o nascimento do Brasil: movimentos sociais, levantes e deserções no alvorecer do novo império (1808-1840). Mary Del Priore, Flávio dos Santos (org.). *Os senhores dos rios: Amazônia, margens e história*. Rio de Janeiro: Elsevier; Campus, 2003, p. 165-193.

⁵⁸ O Comandante das Armas Antônio Corrêa Seara e o juiz da Alfândega José Thomaz Nabuco de Araújo receberam procurações para participarem do Congresso Representante da Nação e saíam da Comissão.

Além de outras obras escritas por Baena, como se verificará no segundo capítulo, em que o Pará foi seu tema de escrita, no *Ensaio*, ele pretendeu compreender e colocar em destaque aspectos particulares da natureza da província paraense. Eram esses elementos particulares que compunham a singularidade deste “*Paiz*”, termo várias vezes usado para referir-se a província e não, ao Brasil.

Apesar de várias campanhas militares realizadas desde sua chegada ao Pará, na companhia do Conde dos Arcos em 1803, e do contato com a realidade amazônica de então, o esboço de um quadro da província no ano de 1833 também foi elaborado com base na documentação administrativa que teve acesso, desde a primeira convocação em 1823.

Desenvolveu sua pesquisa em documentação presente em Câmaras, Secretarias, Vigarias, manuseando documentos a fim de empreender a seu atividade corográfica. Entretanto, citou as dificuldades para o levantamento estatístico da província, compreendendo-as como prejudiciais para um quadro completo do Pará. Desta feita, podemos perceber quais recursos utilizou para escrever a história e a geografia pátria, baseando-se na documentação tida como a oficial.

Na elaboração de sua obra corográfica, relatou o corpo documental de que se valeu para execução do trabalho, salientando as impossibilidades que apareceram no decurso da pesquisa como justificativas a certas ausências e falhas de seu escrito. A base de sua pesquisa concentrava-se na documentação escrita do governo. Justificou que a obra poderia conter imperfeições e defeitos, e, portanto, deveria “ser olhada mais como o esboço do quadro que representa, do que como pintura acabada” (BAENA, 2004, p.15), mas que, no entanto, as notícias trazidas tinham o “grau da credibilidade”.

Quando se refere aos arquivos visitados, afirmou ter acesso permitido as Secretaria da Província, Câmara Municipal e a Contadoria da Junta da Fazenda. Informou ter retornado a alguns arquivos para conferir seus apontamentos anteriores, mas não evidenciou grandes mudanças. No entanto, apontou sérias falhas.

Faltavam papéis do tempo da administração do Maranhão e Grão-Pará e também após a separação das províncias. Faltavam, especificamente, mapas da população, cartas topográficas da província, memórias econômicas, militares e marítimas. Em relação aos documentos acerca da Demarcação de Limites, indicou a falta de: Avisos do Ministério de Lisboa; Ofícios reversais do Plenipotenciário da Demarcação; as “imensas” somas consumidas com a Demarcação. Para o autor do *Ensaio*, aqueles documentos sofreram “descaminhos”. Em locais como a Secretaria da Câmara Municipal encontrou poucos

documentos, “desfalecidos papéis”. Já as Câmaras das Vilas não dispunham de arquivos, o que dificultava o seu trabalho.

A razão encontrada para falta de documentos se explicava pela “ignorância” ou pela “indolência” dos responsáveis pela sua preservação. Em alguns casos, tornava-se impossível elaborar certos estudos, como era o caso da meteorologia e da força vital dos habitantes. Para o secretário da Comissão, se dispusesse de Tabuadas Necrológicas poderia deduzir o período da vitalidade e da influência na duração humana; ou também, pudesse dispor de observações meteorológicas para verificar os fenômenos da atmosfera, mudanças no tempo, dos ventos, chuvas e tempestades, comparar o clima do Pará entre si, calcular a temperatura média anual.

Foi a partir de “listas defeituosas e simplórias feitas pelos vigários” que tratou distintamente as três comarcas⁵⁹ – que se achavam civilmente separadas – falando da topografia, situação física e moral das vilas e lugares e da população. O objetivo era expor artigos descritivos, físicos e políticos; e dar uma idéia geral das instituições políticas e religiosas; dos “interessantes ramos da história Natural”.

No Prólogo do *Ensaio Corográfico*, portanto, nota-se a preocupação de Baena em salientar as fontes documentais utilizadas para a elaboração da obra. Havia, assim como no autor da *Corografia Paraense*, necessidade em evidenciar o que utilizou na tarefa empreendida. As fontes alicerçariam a veracidade de sua pesquisa e apresentaria a fundamentação da obra, conferindo-lhe valor corográfico.⁶⁰

Terminada a obra, em março de 1833, Baena a encaminhou para Lisboa, a fim de ser impressa pelo negociante João Antônio Lopes. Devido à morte do dito negociante, a obra foi embargada e só retornou para o autor em 1837, depois de três cartas missivas ao negociante Domingos Leite Carveiro, pedindo sua devolução. Em virtude deste acontecimento, Baena explicou qual sua resolução quanto ao *Ensaio*:

⁵⁹ A divisão da província do Pará em três comarcas - do Pará (Belém), Rio Negro e Marajó - também foi utilizada por Ignácio Accioli na parte da descrição topográfica de sua corografia. Cf. Cerqueira e Silva, 1833, p. 234-347.

⁶⁰ Em um dos *Programas* publicado na Revista do IHGB, o sócio Rodrigo de Sousa da Silva Pontes enfatizou o valor do corpo documental, ao qual o *status* de verdade científica estava associado, bem como a credibilidade do estudo executado. Tarefa arquivística e método científico estiveram na base da constituição do IHGB. A coleta e publicação de documentos era tarefa do Instituto e foram defendidos no discurso do primeiro-secretário Januário da Cunha Barbosa, como também já estavam sendo defendidos pelos seus futuros sócios, Accioli e Baena ao executarem suas corografias. Cf. Rodrigo R. de S. da S. Pontes. Programma – Quaes os meios de que se deve lançar mão para obter o maior numero possível de documentos relativos á História e Geographia do Brasil? Desenvolvido na sessão de 4 de Fevereiro pelo Sr. Desembargador R. de S. da S. Pontes. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo III. 1840. p. 149-157.

Nesta casual circunstância deliberei-me a separar do Ensaio a parte histórica, e formar um Compendio das Eras da província do Pará, que fiz sotopor ao prelo em Setembro de 1838, do qual *sahio* no *anno* subsequente, em que também se *imprimio* o Ensaio Corográfico por mediação do Governo da Província, a quem o *offereci* com a clausula de pertencer-me a metade da *edicação*.⁶¹

Separada as duas obras, *Ensaio Corográfico* e *Compêndio das Eras*, Baena fez a publicação da parte histórica e, em seguida, o presidente da província Bernardo de Souza Franco, primeiro presidente paraense após a Cabanagem, mandou publicar o restante da obra corográfica.⁶² Portanto, suas duas obras mais extensas não foram pensadas nem escritas separadamente. Eram partes de um único projeto: o *Ensaio Corográfico*. As impossibilidades de publicação impeliram o autor à decisão de publicar inicialmente a parte histórica e conceder-lhe um outro título. Possivelmente a decisão em publicar a parte histórica esteve atrelada a sua entrada no IHGB efetuada no mesmo ano de publicação da obra, 1839.

O *Compêndio das Eras da Província do Pará* foi caracterizado pelo autor como uma obra da “história privativa do Pará”, que conforme Baena compreendia “os Fastos da gente *Luzitana* desde que Francisco Caldeira de Castello Branco lançou os cimentos da Província do Pará até que esta *adherio* o *Systema* Brasilico” (BAENA, 1969, p. 21), abordando o período de 1615 até 1823. Como justificou Baena, o *Compêndio* pretendia compreender somente a narrativa do Pará, explicando assim o adjetivo “privativa”. Pretendia diferenciar-se dos *Annaes Históricos do Estado do Maranhão* de Bernardo Pereira Berredo, pois este tratava das províncias do Maranhão e Pará em conjunto, apesar de utilizá-lo em grande parte do *Compêndio*.⁶³

Até aqui foram sugeridas explicações para importância da execução da obra corográfica de Antônio Baena, especialmente a partir de 1823 quando iniciou um trabalho que retomaria nos anos subsequentes. No entanto, a justificativa sobre a importância do *Ensaio Corográfico* foi além de seu próprio autor.

Na primeira edição, a obra veio acompanhada de um ofício do presidente da província Bernardo de Souza Franco em razão da impressão em 1839. Neste ofício, o presidente dizia que era importante efetivar a publicação da corografia, pois obras desta

⁶¹ Baena, 1844, p. 05.

⁶² Segundo Arthur Vianna, em nota biográfica sobre Baena, a corografia não foi publicada em decorrência das preocupações “mais sérias e arriscadas” que os governos enfrentavam no momento de finalização da obra corográfica do militar português. Cf. Baena, 2004, p. 05-14.

⁶³ À semelhança dos *Annaes Históricos* de Berredo, o *Compêndio das Eras da Província do Pará* tinha como conteúdo principal as informações históricas, narrando as sucessivas administrações de capitães-generais e governadores do Grão Pará, restringindo-se ao resumo do que o autor considerava historicamente mais substancial. Não explicitou como construiu a narrativa dos fatos históricos, justamente por ter sido redigido como parte do *Ensaio*, compondo ele a parte da descrição histórica e compreendido no âmbito de uma metodologia estatística.

natureza interessam a qualquer país, colocando em destaque os “meios de riqueza, e comunicação interior”, trazendo para o presente e para o futuro “fatos reais” que as ciências podiam aproveitar.

Entretanto, a importância de uma tarefa estatística já havia sido levantada pelo militar, em 1823, anos antes do *Ensaio* ser escrito. Quase dez anos depois, ganhou novamente relevância, tanto para o presidente da província, o qual compôs, em 1832, uma nova comissão para o levantamento estatístico, bem como para o secretário dela que desdobrou sua atuação em uma obra de tal envergadura. E, quando de sua publicação, em 1839, continuava no discurso do governo com importância significativa para o desenvolvimento do Pará.

Destarte, sendo o ano de 1823 uma referência temporal para o momento em que Baena inicia formalmente na administração da província paraense seus estudos corográficos, não considero que a redação do *Ensaio* tenha principiado neste íterim, mas sim que esteve a ele vinculado. As dificuldades enfrentadas por Baena, como a impossibilidade de acesso à documentação administrativa, e ainda sua atuação militar nos movimentos de emancipação política que surgiram na província, podem ter contribuído para tornar inconcluso o projeto estatístico.

Em face de sua experiência político-administrativa em relação ao trabalho estatístico no Pará na década de 20 do Oitocentos, Baena escrevia a partir de 1832 na perspectiva de ver no prelo uma obra corográfica findada e capaz de suprir lacunas das décadas anteriores. A escrita de um volumosa obra no espaço de um ano, se considerarmos que as corografias citadas demandaram mais de dois anos para serem finalizadas, apontam para os idos de 1823, período em que Baena se valeu das documentações, metodologias, e demais apontamentos para execução de uma obra somente publicada em 1839. Diante do que considerava de avultada importância à província e ao Império brasileiro, qual o conteúdo de seu ensaio de corografia?

Portanto, qual o assunto tratado que deveria ser alvo das atenções do Império e que vinham descritos na obra de Baena? Que elementos demonstravam ao leitor, e administrativamente ao governo, as riquezas e potencialidades da “vasta” província paraense? Sob essas e outras inquietações, o conteúdo do *Ensaio Corográfico* é agora alvo de maior aprofundamento.

3. Descrevendo o Pará: o conteúdo do *Ensaio*

[...] uma exposição de artigos descritivos, físicos políticos da Província: isto é, uma idéia geral das instituições políticas e religiosas, como dos interessantes ramos da História Natural mais conhecidos, sem todavia intentar fazer de todos eles uma profusa menção por não transcender a linha circunscritiva, com que me propus abalizar este Ensaio.⁶⁴

Baena procurou assim circunscrever o que seria tratado em sua obra. Aspectos naturais e históricos das comarcas que pertenciam à província paraense foram tratados, bem como o funcionamento das instituições políticas e religiosas abalizadas em dois distintos momentos: antes e depois da Independência no Pará, tendo como marco o ano de 1823. Entretanto, proponho – me a colocar em evidência sua abordagem acerca dos “interessantes ramos da História Natural”, as produções naturais, haja vista serem eles os recursos de maior destaque para o autor para a riqueza da sociedade paraense. Contudo, explícito de forma sucinta o conteúdo de sua obra e como o Pará foi sendo descrito em suas “*pennas*”.

Iniciou tratando dos limites geográficos da província; sua população, e sobre ela a ênfase recaiu sobre a relação das várias etnias, suas localizações e costumes; clima; “produções naturais”, onde abordou a flora e fauna amazônica; em seguida, descreveu a situação administrativa da província, comparando com algumas informações dos anos anteriores ao de 1832, em que escrevia. Abordarei os elementos descritos no *Ensaio* conforme a organização do autor na respectiva obra.

Baena abordou as três comarcas separadamente, a saber, a comarca de Belém, a comarca de Marajó ou Ilha Grande de Joannes e a comarca do Rio Negro. Cada uma delas possuía destaques para o autor, abordando inicialmente a comarca de Belém, cabeça da província, e considerando a comarca de Marajó importante ponto estratégico e de gêneros para o comércio, e a comarca do Rio Negro, dentre as três a de mais “avultada corpulência”.

Dentre as produções naturais do Pará, Baena principia concedendo elogios ao Pará, considerando “desmesurada a cópia das lisongeiras produções e comodidade que a natureza campestre oferece no Pará à medicina e às artes” (BAENA, 2004, p. 32). Informando ao leitor, portanto, o que almejava.

Vamos dar em poucas palavras um sumário alfabético das produções dos três reinos; e exporemos o estado em que se acha a agricultura. A qual forneceria grande fortuna a esta província se os seus habitantes se aplicassem de outro modo e com atividade regular a esta fonte inexaurível de riquezas para um povo, que pela situação física e natureza do seu terreno tão vantajoso para o comércio e navegação deve ser ao mesmo tempo agricultor e comerciante.⁶⁵

⁶⁴ Baena, 2004, p. 15.

⁶⁵ Idem Ibidem, p. 33.

Era a província formada de um “considerável e precioso território”, composta pelos três reinos da natureza: mineral, animal e vegetal. A obra, portanto, inicia com a finalidade de discorrer sobre a “Posição astronômica, términos políticos e naturais, comprimento e largura, e gesto do país”, onde inicialmente aborda as delimitações geográficas da província.

Quais eram os limites da província no momento do trabalho corográfico? A província do Pará estendia-se:

[...] da foz do rio Oiapoque à latitude da cachoeira de Santo Antônio do rio Madeira entre o paralelo aquilonar quatro graus trinta minutos, e o austral oito graus cinqüenta e um minutos: e está compreendido entre os meridianos orientais à Ilha do Ferro trezentos e cinco graus e quarenta e um minutos: sendo o primeiro destes meridianos correspondente à cachoeira do Uviá na foz do Cumari, e o segundo à foz do rio Turiassu.⁶⁶

Eram essas as demarcações cartográficas, sendo os términos políticos da província, a delimitação ao Ocidente com o Peru e ao norte com a *Caribana* Espanhola, os territórios do Essequabe, Demerari, Barbice, Suriname e a Guiana Francesa. Também delimitada pelo rio Turiassu com a província do Maranhão, ao sul pelo rio Tocantins com a província de Goiás, pelo rio Tapajós com Cuiabá, pelo rio Madeira com Mato Grosso.⁶⁷

Conforme explicou em seu *Discurso* dirigido ao IHGB, Baena descreveu as demarcações do Pará baseando-se nos mapas da Comissão Demarcadora de Limites, a fim de definir as possessões territoriais entre Portugal e Espanha, e que chegou a antiga capitania no ano de 1780, atuando até 1802, quando teve suas atividades suspensas.⁶⁸

Em seguida as delimitações, Baena ocupou-se em descrever a população que compunha a província. Sua população foi descrita apontando “brancos”, como os menos numerosos do que os “índios domesticados e os brancos silvícolas”, que habitavam grande e rica porção territorial, figurando como os habitantes do Pará. Interessante silêncio foi quanto aos escravos, pois não os descreveu, apenas citando-os nas tábuas da população, listando moradores livres e escravos.

A população no Pará, como salientou Baena, sofria decréscimos e as causas foram enumeradas: as “perturbações” da ordem e segurança pública; os ataques de bexiga e sarampo; os filhos dos lavradores que procuravam empregos distintos; as infecções do trato

⁶⁶ Idem Ibidem, p. 17.

⁶⁷ Ignácio Accioli, resumidamente, em 1825, delimitou a província ao norte com a Guiana Francesa e o oceano, ao sul com o Peru e as províncias de Goiás e Mato Grosso, a leste com Maranhão e a oeste com a *Columbia*. Cf. Cerqueira e Silva, op. cit.

⁶⁸ Baena, *Discurso...*, 1844, p. 08. Em referência a Comissão, vide: Baena, 1969.

meretrício; a “imperícia” na medicina por aqueles que não a entendiam; a “ignorância” das parteiras; e progressivo número de celibatários, referindo-se aos solteiros.

Havia grande mescla de homens “brancos”, de “pretos”, de “indianos”, de “pardos”, “mamelucos”, “curibocas” e “cafuzos” no Pará. Fez uma breve descrição sobre a aparência, capacidade e caráter moral dos “naturais do Pará”, indicando a qualidade dos paraenses no convívio social, tratando dos “brancos” e índios.

Porém, foram as etnias indígenas, tratadas como “cabildas silvícolas”, que receberam maior descrição e explicação, expondo a localização espacial e modo de vida. Para melhor entendê-los, Baena posicionava-se diante dos debates filosóficos do século XVIII, apoiando-se nas teorias do Conde de Maistre e opondo-se a Rousseau.

Era leitor, dentre outros já citados, do Conde Joseph de Maistre⁶⁹, o qual era um defensor da monarquia originária do poder divino, contrário ao constitucionalismo e ao liberalismo. Filósofo francês do século XVIII era contrário, de igual modo, a Revolução Francesa e opositor das formas democráticas e republicanas de governo. As bases sólidas das instituições estariam na religião e no patriotismo, onde não haveria uma sem a existência da outra. Maistre defendia que o homem natural era aquele que dispunha de seu conhecimento e arte, onde era tão natural usar roupas quanto à existência de uma teia de aranha. O homem natural não era aquele afastado do convívio social. Para ele, o Contrato Social não passava de uma “chimera”.⁷⁰

Quanto aos indígenas, distante da teoria do “bom selvagem” de Rousseau, Conde de Maistre conceituava o que Baena admitia:

O Conde de Maistre, em contraposição a Rousseau, sofista perigoso do seu século, mas profundo nas palavras, conceitua que o homem serril dos matos não é o homem primordial, segundo pretendem inculcar as imaginações ardentes do nosso século para apoiar as suas vãs e criminosas declamações contra a ordem social, mas sim o descendente de um homem segregado da grande árvore da civilização por uma prevaricação qualquer, mas de um gênero que não pode mais ser repetido, tanto quanto é permitido julgar, porque ele duvida que se formem novos selvagens. Em suma, este sábio e erudito autor das considerações sobre a França e de outras excelentes obras define que o indiano é um menino disforme, robusto e feroz, no qual a flama da inteligência só interpoladamente dá clarões de luz bem clara.⁷¹

O índio era, portanto resultado da segregação da civilização, proveniente dela, porém afastado. Descendente de uma prevaricação, não era o “homem original”, a civilização

⁶⁹ Baena fez menção das idéias do Conde de Maistre em duas de suas obras, a saber, no *Ensaio Corográfico* e nas “Observações ou notas ilustrativas”, publicada na Revista do IHGB.

⁷⁰ Joseph Marie de Maistre. *Origins of Society. Study on Sovereignty*. Book I.

⁷¹ Baena, 2004, p. 27.

lhe era necessária. Não aceitava que alguns dos “filósofos modernos” considerassem que os indígenas, “estes homens brutos e ferozes” valessem “mais do que os homens *civilizados* e *instructos*” (BAENA, 1843, p. 296). Diferenciava o “homem social”, que enfrentava os trabalhos excessivos e desenvolvia demais “*empresas íngremes*” movido pelo amor à pátria, do “homem selvagem”, no qual não havia tal sentimento, porque ele estava “todo na natureza”.⁷²

Os índios que fazem a maior força numérica da população, e também o único recurso para o trabalho do país, vivem na maior miséria, porque nem eles buscam colher proveito a lavoura e da pesca, nem as autoridades locais tratam de contrariar ou modificar esta torpe preguiça de maneira que os efeitos venham a ser extintos ou pelo menos consideravelmente diminuídos; e sobre assim não praticarem ainda deixam de proteger esta pobre gente contra a desmedida ambição de quase todos os mercadejantes; os quais servem-se deles para extrair e preparar os gêneros silvestres e não os subsidiam a fazer algum estabelecimento, de que subsistia a sua família com a comodidade proporcionada ao seu trabalho. Eis aqui como as causas físicas que influem no destino dos indígenas são auxiliadas por causas morais e políticas para os fazer ainda mais infelizes. Desta arte é impossível que jamais se estabeleça união de interesses e combinações de trabalhos e as faculdades naturais dos homens e dos de cor baça.⁷³

Além das “causas físicas” que tolhiam o desenvolvimento civilizatório nos indígenas, Baena apontou as deficiências das administrações da província quanto ao aproveitamento dos índios como força de trabalho, tendo em vista o contingente populacional destes no Pará.

Na missão de Curi, localizada na margem esquerda do rio Curi, pertencente a Comarca de Belém, os habitantes, conforme os dados de Baena, perfaziam a quantidade de 04 “brancos”, 14 escravos e 996 índios. Desses indígenas, reforçava Baena os elementos que os distanciavam da “civilização”:

Nos ditos indianos não se divisa o menor, sinal de civilização: a sua nudez, [sic] que de nenhuma sorte os descontenta, a qualidade misérrima das suas moradas, e a maneira de volver a vida, tudo patenteia a mesma estúpida *ruteza* dos seus progenitores.⁷⁴

⁷² No *Aditamento*, acrescido ao final da obra em razão das mudanças na divisão das comarcas e termos da província, Baena criticou a substituições de algumas denominações. Algumas vilas ficaram como freguesias, alguns lugares foram denominados vilas, indicando o grau populacional e de trabalho agrário nas referidas localidades. Para Baena essa modificação “degradou Povos que estavam em mais poderosas circunstâncias que outros”. Para Baena tal atitude administrativa estaria consubstanciada nas idéias de Rousseau, pois os responsáveis estariam fundamentando-se na crença de uma maior aproximação com a numerosa população indígena por meio das mudanças de denominação das povoações. Cf. *Idem Ibidem*, p.431.

⁷³ Baena, op. cit., p. 221-222.

⁷⁴ Baena, 2004, p. 230.

Habitando uma missão, esses moradores ainda estariam atrelados a um diferente modo de vida, considerado como uma “estúpida *ruteza* de seus progenitores”. A nudez, a moradia e o modo de vida desses índios da missão de Curi constituíam evidências para Baena de que não havia “civilização” por aquelas paragens, assim como em outras da província do Pará.⁷⁵ No entanto, quando descritas as produções naturais, em especial as plantas e suas virtudes a sociedade, Baena indicava que o conhecimento acerca da serventia de cada espécie era proveniente da “pesquisa dos indianos”. Contudo, apresentando a província um potencial de grandes riquezas e vivenciando a falta de “braços” escravos, cabia a administração fomentar meios de assegurar o desenvolvimento econômico da província por meio da numerosa parcela indígena da população paraense, promovendo-lhes a “civilização”.

O índio foi tema de Baena não apenas tratado no *Ensaio*, mas perfilou por entre outros escritos do autor. Ainda em 1831, Baena apresentou ao Conselho Geral da Província do Pará um plano para civilizar índios selvagens e cristianizados que viviam na referida província.⁷⁶ Após a publicação do *Ensaio*, o assunto ainda foi discutido pelo autor quando este elaborou “observações”⁷⁷ em relação à obra do padre João Daniel, concernente a alguns “erros” cometidos pelo padre acerca, entre outros assuntos, da população indígena.

Quanto ao clima da província, Baena explicava que não havia mudanças. A diferença estava no “tempo na produção dos frutos” (BAENA, 2004, p.29). O clima além de ser apto para a vida favorecia a longevidade dos habitantes. Todavia, as moléstias também estavam a ele atreladas:

A localidade desta capital, sendo baixa e abobadada, de uma atmosfera ora enclimada ora sortida em umidade e em vapores nitrosos, promove a breve corrupção nas carnes dos animais mortos e induz na constituição física do homem uma debilidade e uma disposição mais pronta para pôr em desarrajo o exercício regular das faculdades físicas, em virtude das quais ele vive e conserva-se. E por isso neste país observam-se numerosas e várias enfermidades, as quais insultam com mais intensidade, e reincidentem muito pela má higiene que guarda a grande parte dos

⁷⁵ Ignácio Accioli em seu trabalho corográfico também abordou a questão indígena no Pará, chamando atenção para o período da instituição do Diretório e de problemas decorrentes deste em relação aos indígenas. Cf. Cerqueira e Silva, op. cit. Para aprofundamento na questão indígena durante administração portuguesa colonial na Amazônia, especialmente durante a vigência do Diretório pombalino, vide: Patrícia Melo Sampaio. Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdades na colônia. 2001. Tese. (Doutoramento) – UFF, Niterói, 2001.

⁷⁶ Cf. Antônio L. M. Baena. Representação ao Conselho Geral da Província do Pará sobre a necessidade de um novo regulamento promotor da civilização dos índios da mesma província por Antônio Ladislau Monteiro Baena, Major do Corpo de Artilharia de posição n.12 da Primeira Linha do Exército. Pará, 6 de Dezembro de 1831. *Annaes do Archivo Publico do Pará*, Belém, tomo II. 1902.

⁷⁷ Antônio L. M. Baena. Observações ou Notas Illustrativas dos primeiros três capítulos da parte segunda do Thesouro Descoberto no Rio Amazonas, escriptas e offerecidas ao Instituto pelo seu sócio o Sr. Tenente Coronel Antonio Ladislau Monteiro Baena. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo V, 3ª ed., 1886. Esta obra será retomada no próximo capítulo, inserida na produção de Antônio Baena ante as discussões no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

moradores. São extremamente poucos os que ainda o estado de saúde usam um regime dietético análogo ao seu ingênito temperamento.⁷⁸

Não discorreu com maior aprofundamento sobre o tema, pois como havia reforçado na introdução do *Ensaio Corográfico*, faltavam-lhe “observações meteorológicas”. Caso dispusesse dessas informações, Baena indicava que realizaria a análise dos fenômenos da atmosfera, verificaria as mudanças de “tempos, ventos, chuvas e tempestades” (BAENA, 2004, p. 15), bem como compararia o clima das diferentes partes da província paraense, chegando enfim a calcular a média anual das vilas.⁷⁹

Após descrever o clima, apresentou as produções naturais da província, assim classificadas: minerais, vegetais – em especial, a vegetação arbórea –, animais, detalhando aqueles que eram úteis à vida social, como era o caso do gado *vacum*.⁸⁰ Elaborou assim uma grande listagem dos itens, procurando demonstrar a imensa variedade e quantidade das riquezas naturais no Pará.

Os minerais foram apresentados sucintamente, dando ênfase ao local onde eram encontrados, aparência e a utilização dos mesmos pelos moradores da província. Porém, sobre os vegetais ressaltava a grande variedade dessa produção natural e as possibilidades que o clima podia ofertar a qualquer tipo de plantio, inclusive aos frutos da Europa. Conforme o autor, o clima equatorial era responsável por fazer prosperar no Pará o plantio de espécies vegetais de toda parte do mundo.

Os animais foram tratados nas seguintes classificações: animais quadrúpedes, aves, peixe, mariscos, répteis, sapos, crustáceos, insetos, moluscos. Sobre eles, descrevia a aparência, onde eram encontrados, a utilização para o comércio, entre outras informações peculiares. Acerca das aves, por exemplo, descreveu a coloração de suas penas, tamanhos, o estilo dos ninhos e o canto, expondo a crença de indígenas e alguns moradores em presságios a partir do som e do aparecimento de certas aves. Quanto aos peixes, indicava além da aparência, o sabor e outros usos cotidianos, como o óleo extraído do gurijuba, peixe alvo de exportação devido à “grude alva” que apresentava, e que era usada como colante.

⁷⁸ Baena, op.cit., p. 31.

⁷⁹ O clima é alvo de vários estudos, sob diferentes enfoques. Alguns estudos precursores repousam na Escola dos Annales. Para isto, verificar: Fernand Braudel. O clima e a história. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995, p. 257-305; Emmanuel Le Roy Ladurie. O Clima. Jacques Le Goff, Pierre Nora. *História: Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1996, p. 11-32.

⁸⁰ Baena não citou qual a sua matriz taxionômica. A classificação difere, contudo, da Biologia atual. Como mariscos são citados caranguejo e camarão, e como crustáceo aparecem tartarugas, jacaré, jabutis e tatus. Adotou a classificação alfabética para descrever cada item abordado, não apresentando os nomes científicos das espécies, como fez Ignácio Accioli, onde elaborou um quadro com os nomes ‘vulgares’ em paridade com a denominação científica, intitulada “triviais botânicos”. Cf. Cerqueira e Silva, 1833, p. 21-22.

Na tabela a seguir pode-se verificar com maior detalhamento a relação das produções naturais e a quantidade descrita por Baena:

Tabela 01: Produções Naturais

Classificação	Quantidade descrita
• Minerais	• 28
• Vegetais	• 283 árvores
• Animais quadrúpedes	• 35
• Aves	• 111
• Peixe	• 75
• Mariscos	• 12
• Répteis	• 26
• Sapos	• 07
• Crustáceos	• 11
• Insetos	• 34
• Moluscos	• 04
• Animais úteis aos trabalhos, transporte e subsistência.	• Gados: cavalari, vacum, lanígero; e porcos, galinhas, perus e patos.

Fonte: Antônio Ladislau Monteiro Baena. *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

A importância dada a utilidade dessas produções verifica-se na própria descrição do autor. Minerais, vegetais e animais possuíam o valor utilitário, e é este o interesse a realçar sobre a província. Explicava não somente *para quê*, mas também *como* era usado o que havia citado, chegando a dedicar itens para relatar sobre os diversos usos das plantas; as maneiras de pescar que índios e mamelucos usavam; os animais que eram se tirava “maior vantagem na vida social” (BAENA, 2004, p. 106), ou seja, aqueles que eram úteis para o transporte, trabalho e subsistência dos homens.⁸¹

Abarcando a situação administrativa da província, elaborou dois quadros da administração econômica e civil da província. Um deles referindo-se a forma antiga da administração, que estava em vigor até o ano de 1823, onde descrevia os estabelecimentos, cargos, salários, explicando o funcionamento administrativo até o mencionado ano. A nova forma administrativa referia-se a partir da Independência, sob a Constituição Política do

⁸¹ Discorrendo acerca da utilização de certas ferramentas na agricultura, Fernand Braudel salienta a utilização de animais dominados pela sociedade na Europa desde a Pré-História e demais técnicas incrementadas ao trabalho animal para fins agrícolas. Cf. Fernand Braudel. Características de Conjunto. *A identidade da França: os Homens e as Coisas*. São Paulo: Globo, 1989, p. 21-62.

Império. Deteve-se principalmente no corpo burocrático da administração, indicando os cargos dependentes dos cofres da Tesouraria.⁸²

Além da administração econômica, descreveu a divisão eclesiástica da província com sua hierarquia clerical,⁸³ a instrução pública, os estabelecimentos, o sítio suburbano, o contorno marítimo da cidade. E, uma longa lista, também em ordem alfabética, das vilas, lugares e missões das três comarcas, discorrendo sobre a localização geográfica; aparência natural da localidade; população; por vezes, o material dos telhados; edifícios; produções agrícolas e possibilidade de plantio de certos gêneros em alguns lugares e vilas; e o tipo de comércio realizado.

Da vida militar, fez um sucinto histórico do corpo militar, elogiando a atuação na província do “destemido arrojo do soldado paraense”, das defesas que eram favorecidas pela natureza:

Os oficiais militares dessa época sabiam bem o modo, porque podiam servir-se da força das extraordinárias defesas, que a natureza liberaliza a este País [sic]; neles luzia a resistência o verdadeiro sistema de operações adaptadas aos princípios gerais da Topografia e extensão dos meios da Província; e como a sua máxima era ser a presteza quem acondicionava o surtir das empresas, por isso as suas disposições de guerra foram sempre coroadas de êxito feliz.⁸⁴

Atuando no posto de militar sabia bem a importância dos conhecimentos físicos sobre a província para o desempenho das atividades confiadas. Como havia apontado na sua *Defesa*, em 1827, tratada anteriormente neste capítulo, a topografia e os demais conhecimentos físicos contribuíam para as estratégias militares, tanto ofensivas como defensivas.

O conhecimento físico trazia principalmente benefícios para o desenvolvimento comercial. Descrevendo o comércio interior e exterior, Baena coadunava suas descrições ao propósito de demonstrar as possibilidades e importância desse “ramo da *força* pública” [grifo nosso], chamando atenção para o incentivo as atividades comerciais:

São pois extremamente necessários os desvelos em melhorar o comércio e a agricultura por meio de uma bem dirigida aplicação e assiduidade no trabalho destes dois ramos da força pública. A importância e a utilidade do comércio manifestam-se

⁸² As divisões na burocracia Imperial é alvo das reflexões de José Murilo de Carvalho, analisando suas características. Neste sentido, ver: José Murilo de Carvalho. *A burocracia, vocação de todos. A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 2ª ed. rev., 1996, p. 129-153.

⁸³ Interessante estudo discorre sobre a interpretação da presença jesuítica no Pará, analisando a obra de Baena. Neste sentido, ver: Aldrin Moura de Figueiredo, op. cit.

⁸⁴ Baena, 2004, p.151.

em toda a luz; do comércio procedem a força e a riqueza de um estado quando o mesmo comércio é tratado de modo que se não caia ou na indolência da apática ou na diligência de satisfazer com riquezas a sofreguidão; no primeiro caso não se goza nem da mediana, e no segundo dá-se a existência à ruína do Estado.⁸⁵

Era evidente para Baena a importância e utilidade da atividade comercial. Além de expor os quadros de exportação e importação e o balanço da Receita da província, Baena colocou em destaque a necessidade administrativa de ampliar o comércio no Pará. Para tal empreendimento, a província paraense poderia se valer de uma grande vantagem em relação a outros países: sua hidrografia.

A circulação dos produtos do trabalho dos homens, que em muitos países não é animada de facilidade em razão da falta de boas estradas, de canais e rios navegáveis, está inteiramente desassombrada na Província do Pará de todos os empecos; pois que sendo ela uma região na qual as estradas e caminhos são rios e igarapés, é por eles que se tem feito as comunicações interiores, e se farão leis do ordenador do universo; portanto os moradores da Província subsidiadas por estas afortunadas qualidades topográficas e pela fertilidade e variedade das produções do seu terreno, podem constituir e entreter um comércio de magna importância.⁸⁶

Último assunto tratado no *Ensaio*, e nem por isso menos importante para o seu autor, os rios mereceram expressiva descrição, assim como haviam sido alvo das demais corografias. Baena advertiu que a enumeração dos rios e riachos descritos seguiu a “ordem natural, em que se apresentam a quem penetra pelo rio acima” (BAENA, 2004, p. 353). Os rios e riachos são apresentados com suas características naturais: localização, praias, peixes, peixes-boi e tartarugas, e igualmente pelo o que havia em suas margens. A descrição desses rios expressava as valiosas e possíveis rotas para a navegação comercial pelo interior da província.

Dentre os principais rios, destacou na seguinte seqüência: Tocantins, Amazonas, Xingu, Tapajós, Madeira, Negro, Branco, Uaupés, Japurá, Içá. Descrever os rios, e até a velocidade que a canoa atingia em determinados trechos fluviais, constituía informações preciosas a serem utilizadas em prol do comércio, quer interior quer exterior. Ainda mais, voltando as descrições para produções às margens desses rios, também úteis à comercialização. Os rios ofereciam, assim, rotas e mercadorias. O rio Amazonas, incomparável para Baena, em suas margens apresentava árvores de excelentes qualidades, tais como, grande porte, a fragrância “que enche de suavidade o olfato”, muitas aves, abundância de glúten, onde abelhas produziam mel. Os rios, portanto, eram destacadas vias de

⁸⁵ Idem Ibidem, p. 174.

⁸⁶ Idem Ibidem, p. 169.

comunicação e tratos comerciais do Pará diante de outras localidades e necessitava da atenção devida.

Entre tantas riquezas naturais e figurando como outro ramo da força pública, a agricultura foi considerada por Baena a mais nobre e mais útil de todas as artes, principal fonte de prosperidade pública. Mas, a relevância da agricultura não era abordagem nova até então. Baena provavelmente teve acesso a escritos do século XVIII que traziam em debate a questão agrícola e até seu momento ainda era amplamente discutida.⁸⁷

Tratada no século XVIII, pelo padre João Daniel na Quinta Parte do *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*, a agricultura já era considerada o meio pelo qual se extrairia as riquezas. Na mencionada Parte, o padre jesuíta explicava o novo método a ser implementado na atividade agrícola, defendendo a utilização do arado e o desenvolvimento da cultura de grãos.⁸⁸ Tendo lido a obra de João Daniel, em 1820, quando em viagem ao Rio de Janeiro, é possível que as suas idéias tivessem influenciado a compreensão de Baena acerca da agricultura e do uso do arado.

Assim também, o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, no século XVIII, deixou escritos versando sobre as potencialidades do Pará e sobre a agricultura.⁸⁹ Sendo conhecedor dos trabalhos do naturalista, o autor do *Ensaio*, parece ter refletido nos apontamentos de outrora. Cabe-nos, entretanto a inquirição sobre o fato de não os ter citado, apesar de ter elaborado críticas a ambos, contidas na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e no próprio *Ensaio*.⁹⁰

No limiar do século XIX, José Bonifácio de Andrada e Silva, dentre seus vários ramos de interesses, defendia a agricultura como fundamental para o desenvolvimento econômico, bem como o comércio e a indústria. No cultivar do solo residiria também a prosperidade da sociedade humana, apontando assim as influências da economia fisiocrata em seu discurso.⁹¹ Escreveu algumas notas, ressaltando a potencialidade do Brasil vinculada ao

⁸⁷ Analisando as origens da questão agrária no Brasil, Fernando Antonio Lourenço revela projetos e intenções de reformas na agricultura brasileira no século XIX, pondo em relevo as discussões entre a intelectualidade ilustrada luso-brasileira concernente a agricultura. Ver: Fernando Antonio Lourenço. *Agricultura ilustrada: liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira*. Campinas: UNICAMP, 2001. Para uma discussão mais ampla, ver: Marc Bloch. *A Terra e seus homens. Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII*. Bauru/ SP: EDUSC, 2001.

⁸⁸ João Daniel. *Tesouro Descoberto no Máximo Rio das Amazonas*. Rio de Janeiro: Contraponto, vol. II, 2004.

⁸⁹ Cf. Alexandre Rodrigues Ferreira. Estado presente da agricultura do Pará. Rio de Janeiro, MBA, n.21, 1, 16, 1784.

⁹⁰ Sobre Alexandre Rodrigues Ferreira, ver: Mauro Cezar Coelho. *A Diligência do Saber – uma viagem ilustrada pelo Brasil no século XVIII*. 1996. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – UFF, Rio de Janeiro, 1996.

⁹¹ Cf. Ana Rosa Clochet da Silva. *A construção da nação e escravidão no pensamento de José Bonifácio: 1783-1823*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

uso de seus recursos naturais. Como pontua José Pádua (2002), em suas reflexões, José Bonifácio destacava a utilização do arado e de charruas, tendo preferência inicialmente pela agricultura de subsistência, e pensava métodos de estabelecer modificações agrícolas no Brasil.⁹²

Se esses conhecimentos anteriores e contemporâneos a Baena influenciaram na sua crítica acerca da agricultura desenvolvida na província paraense, não podemos precisar. Contudo, no *Ensaio*, expôs sua inquietação frente ao tratamento com a terra cultivada, estendendo suas reflexões para a prática agrícola do lavrador paraense. E, são para essas críticas que partimos agora.

3.1. Os paraenses e a natureza: algumas preocupações

“Considerável e precioso território, que hoje forma a Província do Pará”, assim descrevia Baena em seu *Ensaio*. O território lhe era considerável, lhe era precioso. Era uma:

[...] região imensa, amena e fértil, que a natureza acobertou de viçosos vegetais munidos de raras virtudes, e de selvas majestosas, povoados de excelsas árvores, todas próprias do serviço náutico e civil; e que talhou de máximos lagos, de altas serras, de espinhaços de montes, e de vastas veigas [...].⁹³

Era uma terra beneficiada pelas liberalidades que a “mão do Supremo regulador derramou por entre as selvas, pelos vales, campinas, cavernas, grutas, outeiros, montes, serras, rios e lagos” (BAENA, 2004, p. 32). Essa descrição de Baena nos indica a variedade dessa natureza, onde sua riqueza reside na sua diversidade. É, contudo, abundante. Uma “região fendida pelo Amazonas a natureza assoalha as suas riquezas; ela fecunda e rica, multiplica sem termo as suas produções” (BAENA, 2004, p. 39).

O valor da natureza, na descrição de Baena, está associado aos recursos que se extrairiam dela a partir do momento que se “esquadrinhasse” com cuidado o uso de cada produto natural pesquisado. Seria importante ter uma idéia dessa natureza e a utilização que se poderia fazer de toda sua riqueza. Era, portanto, uma riqueza - a natureza - produzindo ainda

⁹² Um dos apontamentos de José Bonifácio de Andrada e Silva foi direcionado ao projeto de uma Academia de agricultura no Brasil. Para ele, a agricultura consistiria na “primeira fábrica da indústria humana e mais interessante de todas”, mas necessitava de planos para efetivar o melhoramento da atividade agrícola e do comércio. Caberia aos integrantes desta Academia “apresentar ao público o quadro de um país bem disposto a receber a perfeita agricultura, isto é, aquela unicamente que pode oferecer-nos, na maior perfeição e abundância, todas as riquezas da natureza”. José Bonifácio Andrada e Silva. Necessidade de uma academia de agricultura no Brasil. Jorge Caldeira (org.) *José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo. Ed. 34, 2002, p. 66-82.

⁹³ Baena, 2004, p. 18.

mais riquezas e sendo útil à medicina e às artes. Segundo Keith Thomas (2002), o teor prático e utilitário impulsionou inicialmente o estudo sobre a história natural, onde a botânica “nasceu como uma tentativa de identificar os ‘usos e virtudes’ das plantas, essencialmente para a medicina, mas também para a culinária e manufatura”.⁹⁴

Na narrativa dos produtos naturais, como na parte botânica, Baena nos fornece a descrição conjugada a possível utilização que se faria daquele produto. Tem sempre algo *servindo* para um determinado fim.⁹⁵ Selecionei algumas árvores:

Sapupira: árvore, cuja madeira tem uso na construção de casas.
Salsarana: cipó veludoso, cuja raiz é aromática.
Solidonia: planta, cuja folha é remédio.⁹⁶

O uso humano da natureza como recurso tem sido alvo de vários trabalhos e muitas abordagens, especialmente, pela História Ambiental. Na variedade de fontes interdisciplinares, historiadores ambientalistas também procuram estudar como os recursos naturais têm sido usados e valorizados pelas sociedades humanas em diversos contextos.⁹⁷

O quadro natural, visto por Baena no início do século XIX, era tão vivo, atraente e preocupante que sua narrativa, ousou opinar, em certos momentos, clama ser ouvida o mais rápido possível. Digo isto, referindo-me ao trabalho do lavrador paraense que estaria sujeito a grandes infortúnios e temível desgraça caso não atentasse para outros métodos de cultivo e tratamento da terra. O tipo de técnica, empregada na província, vista como atrasada, estaria atrelada a falta de conhecimentos científicos. Para ele, ainda faltava à província o “raio das luzes”, que já despontava em outras regiões e que traria grandes benefícios.

Mas, cabia aos paraenses a tarefa de desvendarem sua terra para melhor cultivá-la, sendo esse povo agricultor e comerciante ao mesmo tempo. Portanto, a riqueza, que traria o destaque da província paraense no cenário brasileiro, estava atrelada ao fato de possuir e de

⁹⁴ Keith Thomas. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 33.

⁹⁵ Analisando a sujeição do mundo natural pelo homem, Keith Thomas, quanto à Inglaterra, envereda na discussão de utilidade da natureza para o homem. Logo no parágrafo introdutório de sua obra, destaca: “Na Inglaterra dos períodos Tudor e Stuart, a visão tradicional era que o mundo fora criado para o bem do homem e as outras espécies deviam se subordinar a seus desejos e necessidades. Tal pressuposto fundamenta as ações dessa ampla maioria de homens que nunca pararam um instante para refletir sobre a questão. Entretanto, os teólogos e intelectuais que sentissem a necessidade de justificá-lo podiam apelar para os filósofos clássicos e a *Bíblia*. A natureza não fez nada em vão, disse Aristóteles, e tudo teve um propósito. As plantas foram criadas para o bem dos animais e esses para o bem dos homens. Os animais domésticos existiam para labutar, os selvagens para serem caçados. Os estoicos tinham ensinado a mesma coisa: a natureza existia unicamente para servir os interesses humanos”. Cf. Keith Thomas, op. cit., p. 21-22.

⁹⁶ Baena, 2004, p. 56-57.

⁹⁷ José Augusto Drummond. “Consciência ambiental” começa em casa... *Devastação e preservação ambiental: os parques nacionais do estado do Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1997, p. 09-22.

utilizar, com outros métodos, os produtos naturais. E, quanto a eles, Baena, parece estar bastante atento, analisando também o que fora descrito anteriormente através de expedições de naturalistas e promovendo com sua obra – *Ensaio Corográfico* – mais descrições da natureza e de suas virtudes, e definindo posicionamentos perante ela.

Descrevendo a vila de Porto de Mós, Baena fez a seguinte constatação quanto ao trabalho desenvolvido pelos seus moradores:

[...] as casa de folhagem e os tijupares [sic], tudo colocado na praia patenteia que os moradores passam a vida em grave indigência. Debalde a natureza lhes oferece meios para volverem seus dias em melhor condição: o seu trabalho não vai além do mesquinho necessário para as primeiras necessidades da vida, ou seja colhendo os frutos espontaneamente produzidos, ou seja pela pesca, ou pela caça, ou quando muito plantando maniva por meio de uma cultura rude e grosseira. Daqui vem que esta gente desde que se tem acabado o trabalho, de que depende o seu necessário absoluto, se entrega à preguiça e à indolência como os brutos sem saber em que empregar o seu tempo e os seus braços.⁹⁸

A natureza oferecia suas benesses, porém, na análise do autor, era necessário trabalho diligente daqueles moradores para pôr fim a “indigência”, visível na própria aparência da vila por meio de suas habitações.⁹⁹ Ainda confrontando as liberalidades da natureza e a negligência do morador no trabalho, afirmou sobre a vila de Beja:

[...] o solo é *propríssimo* para a cultura de muitas plantas; assim houvesse trabalho regular: a negligência que é moléstia endêmica, não os deixa sair do regaço da misérrima indigência; e é tal esta negligência que até lhes ata as mãos para não colherem os frutos das mesmas cacauceiras, e cafeeiros por eles plantados.¹⁰⁰

Para Baena, a relação da natureza com o trabalho dos moradores da província não era salutar para o desenvolvimento da agricultura e do comércio, capazes de gerar riquezas para o Pará. Defendia que o modo como se olhava para a natureza derivaria a riqueza ou a “desgraça” do desenvolvimento comercial no Pará. Na vila de Portel, a maioria dos moradores, segundo o autor, vivia “embrenhada [sic] pelos matos”, além de não empregarem esforços na limpeza dos igarapés para facilitar a navegação interna a fim de progredir o comércio:

⁹⁸ Baena, 2004, p. 249.

⁹⁹ Nas descrições das vilas e demais lugares, o material das coberturas das moradias parecia ser um referencial. Das moradias, quando descritas, só era mencionada a cobertura, se era de folhagens ou forrada de telha. Para os edifícios e demais construções, esta descrição parece ser um parâmetro para entender o desenvolvimento e aparência de uma determinada localidade.

¹⁰⁰ Baena, op.cit., p.225.

Todos eles exercitam a mesma lavoura dos de Termo de Melgaço; e são como esses remissos em empregar os seus esforços para *desempeçar* os igarapés, que habitam, dos madeiros, que o tempo neles lança; e assim os deixam abandonados à natureza sem advertirem que deste abandono devem resultar os danos, que estão sofrendo, e que vão continuando diminuindo a sua capacidade para a navegação interna do país.
101

Para a prosperidade das navegações e comércio interior era necessário o emprego dos moradores em certas atividades que fossem capazes de não deixá-los “abandonados à natureza”. Na Vila Nova da Rainha, pertencente à comarca do Rio Negro, havia uma ilha e dela prestou a seguinte descrição:

[...] em que está erguida a missão, não difere das outras do sistema em ser por maravilha fértil: todas são uns torrões, em que a riqueza natural provoca a atividade do homem. Se ele por meio de uma doutrina rural bem entendida fizer uso industrioso de tantas produções da terra e das águas poderá não só tirar muita abundância, mais ainda enfiar o apetite humano com a superfluidade.¹⁰²

Analisando as colocações do autor do *Ensaio*, a natureza podia dominar e ser dominada. Não havia uma via de mão única. E quem decidia esse trajeto de dominação era o próprio homem no seu lidar com ela, por meio do conhecimento e trabalho.¹⁰³

Das descrições de algumas vilas, como as citadas, podemos perceber a inquietação de Baena frente à relação do homem com a natureza, em não aplicar-se para dispor, segundo o seu ver, de maior aproveitamento e desenvolvimento provincial. Outro ponto que ganhou destaque em sua obra foi acerca do tratamento do agricultor com as terras a serem tratadas para o plantio através das queimadas.

As árvores, para Baena, eram consideradas a “aristocracia da vegetação”. Organizadas em ordem alfabética, como as demais produções naturais, foram citadas palmeiras, árvores leiteiras, árvores de construção de casas e canoas, de construção de móveis, e árvores para carvoaria.¹⁰⁴ Descreveu a aparência e a utilidade delas para a sociedade. Os usos estavam associados a todas as partes da árvore: tronco, cipó, folha, fruto, espinho, raiz, derivando deles os remédios, bebidas, comidas, extração de tintas, alfinetes, matéria para a construção naval, entre outros que traçam um quadro da cultura material derivada da matéria orgânica.

¹⁰¹ Idem Ibidem, p. 148.

¹⁰² Idem Ibidem, p. 341.

¹⁰³ A respeito da postura de dominação do homem perante a natureza, ver: Keith Thomas, op. cit; Fernand Braudel, 1989; Márcia Regina Capelari Naxara, 2004; Robert Lenoble. *História da Idéia de Natureza*. Lisboa: Edições, s/d.

¹⁰⁴ Essa foi uma classificação posta por Baena após a descrição de cada uma das 283 árvores citadas.

Portanto, ocupando as árvores o topo de toda a vegetação amazônica, Baena condenava sua destruição por meio das queimadas. A queimada ainda era o principal método utilizado pelos agricultores paraenses para preparação do terreno para o plantio. O posicionamento contrário do homem em relação à derrubada de árvores é historicamente analisado como tendo sua origem no início do período moderno.¹⁰⁵ A preocupação, contudo, era de ordem prática – utilização de madeiras para construção, para uso doméstico e combustível – apesar de expor o lado sentimental de tamanho descontentamento.

Os passeios ao ar livre por entre as árvores¹⁰⁶ estariam sendo comprometidos na visão de Baena, onde qualquer homem benéfico se entristeceria diante de quadro tão comovente. Na província paraense, lastimava o severo quadro – diferente do quadro europeu – que a derrubada das matas, os restos de incêndio, os paus abrasados, legavam àquele “que se acolhe ao seio da natureza, e busca o campo para objeto do recreio mais suave” (BAENA, 2004, p. 72).

Aprofundando o debate sobre a crítica ambiental no início do século XIX, deparamo-nos com o trabalho de José Augusto Pádua (2002), o qual analisa alguns pensadores engajados na elaboração de críticas sistemáticas quanto à destruição ambiental. Nos discursos analisados pelo supracitado autor, a destruição não era vista como o preço do progresso, mas sim como o preço do atraso colonial. As motivações que encetavam os discursos eram políticas e não, meramente pelo valor intrínseco da natureza, sendo as fontes teóricas a doutrina fisiocrata e a filosofia naturalista de Lineu e Buffon.¹⁰⁷

O lavrador paraense devia desvencilhar-se desse “pernicioso método” de queimar a floresta, que era utilizado pelos indígenas desde os primórdios da colonização, e procurar desvendar sua terra, para melhor cultivá-la e extrair maiores riquezas. Nas inflexões de Baena, visto que o lavrador não se aplicava diligentemente, não aproveitava todo o potencial da rica terra.

O que havia na província para o autor do *Ensaio* era uma “lavoura errática”. Em seu breve histórico do desenvolvimento da lavoura, apontava a “ignorância” dos Intendentes Gerais das Colônias, Comércio e Agricultura, cargos criados em 1707, quanto ao tratamento

¹⁰⁵ Keith Thomas, op. cit., p. 33.

¹⁰⁶ Esses passeios foram tratados para o caso londrino por Keith Thomas. Para o autor eles situavam como traço marcante daquela sociedade no período da Restauração. Cf. Idem *Ibidem*.

¹⁰⁷ A despeito das diferentes visões de um conjunto de autores, inclusive Lineu e Buffon, que pretendiam a compreensão da natureza no século XVIII, José Pádua aponta a semelhança, afirmando “que em todos eles se manifestava a visão da natureza como uma ordem construída a partir de movimentos interdependentes”, salientando ainda que o modelo teórico elaborado por Lineu tinha acentuado viés antropocêntrico em relação a apropriação da natureza.

da lavoura, tendo ainda assim experimentado certo crescimento, principalmente a partir de 1758. O momento de crescimento, contudo, não lograra êxito, pois os lavradores:

[...] nunca se descartaram pernicioso método dos derribamentos, e dos incêndios das matas debaixo do pretexto de estarem as terras cansadas, e de ser necessário buscar outro lugar para fazer as sementeiras, e por isso jamais quiseram prestar indústria fértil, escolhendo terreno perpétuo de lavoura para colherem dele por meio do estudo e da experiência o partido possível.¹⁰⁸

Reclamou que os métodos utilizados pelos silvícolas, indígenas considerados brutos, e pelos europeus no início da colonização, ainda eram utilizados, fazendo derramar “suor no agriculturamento das terras, sem que a bondade delas lhes possa fazer conhecer a precisão de um novo cultivo, e de uma nova agricultura” (BAENA, 2004, p. 70). Alguns governadores teriam dado instruções para que os agricultores abandonassem o estado principiante e prejudicial, para evitar um agricultura “prepostera e desordenada”, onde somente a ligação entre o estudo das plantas e o trabalho fariam chegar ao “estado florente”. No entanto, o antigo método ainda era empregado.

Defendeu, entretanto, o arado como o método a ser empregado na lavoura, assim como outros escritores já haviam mencionado. Seria nele que residiria maiores proveitos para o agricultor.¹⁰⁹ Baena defendia sua utilização, sem explicitar minuciosamente as vantagens que considerava acerca deste método para a agricultura.

No entanto, Baena apontou sucintamente suas justificativas para substituição da prática das queimadas pelo arado. Para derrubar as matas e, em seguida, queimá-la, exigiam-se muitos trabalhadores, sendo estes os escravos negros. A província experimentava a falta de “braços”. A partir desta constatação, Baena mencionou suas preocupações quanto à “mão-de-obra” empregada nas lavouras e, concomitantemente, nos métodos utilizados. Entre as preocupações figuravam: a extinção da escravatura, em face do Tratado de extinção do tráfico negroiro¹¹⁰; os escravos presentes na região, mas que enfrentavam o tipo de trabalho e tratamento nas lavouras não teriam vida prolongada; os escravos que fossem comprados

¹⁰⁸ Baena, op. cit., p. 70.

¹⁰⁹ Neste sentido, Fernand Braudel, em seu estudo sobre a França, aponta o arado, assim como outros instrumentos, como uma ferramenta de luta do homem contra a natureza. Sérgio Buarque de Holanda também aborda a questão de técnicas de cultivo, analisando a colonização alemã na utilização desta ferramenta, considerada improdutiva em certas regiões. Ver: Fernand Braudel, 1989, pp. 21-62; Sérgio Buarque de Holanda. *Persistência da lavoura de tipo predatório. Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 66-70.

¹¹⁰ O Tratado de abolição do tráfico negroiro foi declarado pela Grã-Bretanha a partir de 1808. Sobre a extinção do tráfico negroiro, ver: Jaime Rodrigues. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, CECULT, 2000; Leslie Bethell. *A abolição do comércio brasileiro de escravos*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

clandestinamente custariam preços altos; os indígenas viviam livres e não havia nenhuma “sistema efetivo de os civilizar”.

O que fazer o lavrador? Esta pergunta intrigava Baena. Lamentar nos “seus altos arvoredos orgulhosos”, pelo seu “capricho obstinado”. Para Baena, a introdução do arado, juntamente com outros instrumentos, poderia trazer vantagens tanto por necessitarem de poucos trabalhadores, poupando a mortalidade de escravos, bem como por tornarem o terreno mais fértil, devido ao seu uso constante.¹¹¹

Na tentativa de explicar o que acontecia com os agricultores paraenses, para Baena “parece que a profusa e variada perspectiva de tantas produções os soçobra e os enleiam de tal guisa que atalha o desenvolvimento dos dois caracteres distintos de grandeza humana a providência e a *perfectibilidade*” (BAENA, 2004, p. 32-33). É significativo observar que a providência e a “*perfectibilidade*” que faltavam estavam associadas ao conhecimento científico que, segundo Baena, ainda não tinha chegado a Província.

Um maior aproveitamento se faria a partir do momento em que eles, os lavradores, se aplicassem em:

[...] ligar a indústria humana com a natureza para argumentar e melhorar as plantas, adaptando os novos métodos, que a civilização vai introduzindo em outros países: métodos, que não podem deixar de produzir exuberantes vantagens em terras como as do Pará refrigeradas e umedecidas por infindos rios.¹¹²

O aprofundamento da relação entre trabalho e natureza, colocada por Baena, necessita maior análise inserida no cenário paraense em que estes debates estão se travando. Segundo Pádua (2002, p. 47), a fisiocracia era contrária ao escravismo ou qualquer outra atividade que provocasse a ociosidade do proprietário rural. Baena nos apontou sua preocupação na falta de diligência do agricultor paraense e no emprego de “mão-de-obra” escrava. Dois tipos de trabalho que não estariam sendo eficazes para o desenvolvimento econômico da província.

A “tarefa” era dos paraenses de perscrutarem a sua terra e não de estrangeiros, de naturalistas - viajantes. Esse era um serviço a ser executado pelos moradores, lavradores,

¹¹¹ Quanto ao lavrador, a fertilidade constante do solo e o uso de muitos escravos, as colocações de Antônio Baena se aproximam das reflexões de José Bonifácio de Andrada e Silva. Cf. José Augusto Pádua. A profecia dos desertos da Líbia: Conservação da natureza e construção nacional no pensamento de José Bonifácio. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002, p. 129-159.

¹¹² Baena, 2004, p.71.

administradores, que visassem pela causa da pátria. Conhecia, como já foi mencionado, a atuação de viajantes, como Alexandre Rodrigues Ferreira e assim enfatizava:

Os diversos naturalistas estrangeiros e que *hãõ* esquadrinhando as plantas de uma parte da Província, fizeram tão avultadas coleções que não podemos duvidar de que é exímia a pompa, com que na região fendida pelo Amazonas a natureza assoalha as suas riquezas; ela fecunda e rica, multiplica sem termo as suas produções.¹¹³

Segundo observações de Mauro Coelho (1999), os filósofos ilustrados, como Alexandre Rodrigues Ferreira, tinham a incumbência de conhecer e divulgar. Sua produção também se embasava no objetivo do governo de Portugal, que se entendia Ilustrado, de regeneração do Império Ultramarino.

Especialmente sobre a expedição filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira, Baena entendia que esta expedição não deveria ter-se limitado aos produtos mais “comuns”, mas que deveria ter esquadrinhado com mais diligência e paciência e:

[...] com obstinada curiosidade os incógnitos portentos da natureza, e depois divulgar uma notícia circunstanciada dos despojos das florestas por ela colhidos, ou pelo menos uma nomenclatura lineana das plantas investigadas, na qual víssemos seus nomes, sua virtude e suas propriedades, gastou três anos em pequenas pesquisas botânicas, e deu-se por concluída asseverando que não havia mais a examinar.¹¹⁴

Considerava, no entanto, a relevância das pesquisas realizadas por naturalistas como Alexandre Rodrigues Ferreira. No entanto, sua crítica residia no que poderia ter sido feito. Para ele, havia ainda muito a ser estudado na província, muito que estava escondido, que uma pesquisa detalhada poderia revelar e utilizar.

O conhecimento adquirido acerca dos “incógnitos portentos da natureza”, que vinha sendo realizado por naturalistas, traria grandes benefícios se estivessem conjugados esses três itens: nome, virtude e propriedades. O teor utilitário que se pode atrelar aos produtos naturais, assunto anteriormente abordado neste texto, destacava-se na crítica de Baena a Alexandre Rodrigues Ferreira. Sua preocupação estende-se até quanto a patente dos produtos naturais.

Utilizando em seu texto breves considerações do naturalista alemão Alexander von Humboldt, Baena advertia:

¹¹³ Baena, op. cit., p. 39.

¹¹⁴ Ibid. loc cit.

[...] que não esperemos que venham estrangeiros com escalpelos nas mãos e o microscópio patentear-se nossos produtos naturais, que nos dá o nosso solo, e que devemos aproveitar, pois o seu valor e preciosidade podem vir a formar nesta província o mais rico e opulento dos países conhecidos.¹¹⁵

Além de desvendarem sua terra, para melhor cultivá-la, o paraense ainda, na crítica de Baena, deveria ser um “povo” agricultor e comerciante ao mesmo tempo. Não deveriam deixar o conhecimento da terra apenas a mercê de estrangeiros e sim, aplicarem-se diligentemente por meio do conhecimento e trabalho, fazendo aproveitamento dela.

A riqueza, a qual poderia destacar a província paraense no cenário brasileiro, residia no potencial dos seus produtos naturais. E, quanto a eles, Baena, parecia estar bastante atento, analisando o que fora descrito anteriormente através de expedições de naturalistas e promovendo com sua obra – *Ensaio Corográfico* – mais descrições da natureza e de suas “virtudes”.

Contudo, a preocupação de Baena quanto ao estado da agricultura e a aplicação do lavrador, não se restringiram as páginas do seu *Ensaio*. Fernando Lourenço (2001) ao analisar a revista *O Auxiliador da Indústria Nacional*, editada pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional no Rio de Janeiro, destaca um dos artigos publicados. Com o título *Estado atual da agricultura na Província do Pará*, no ano de 1841, o sargento mor e professor de Aula Militar Antônio Ladislau Monteiro Baena tinha seu artigo publicado pela supracitada revista.¹¹⁶ Extraindo uma parte do *Ensaio Corográfico*, Baena anunciou por meio de um periódico o estado da agricultura no Pará, reafirmando sua crítica quando aos métodos empregados e inserindo-a num periódico que se propunha a discussão de práticas agrícolas.

3.2. Admiração, forma e descrição: a escrita de Antônio Baena

Baena expôs sua admiração frente à natureza em vários momentos da sua escrita. Selecionados alguns trechos, podemos ir além de sua descrição utilitária e enveredar pela forma como resolveu descrever a província do Pará. Em relação à comarca do Rio Negro, concluiu:

A natureza constituiu esta comarca *opima* e refeita em muitas riquezas; ela ali patenteia variadas e majestosas cenas e alardes magna profusão de brutos de todas as espécies, de peixes, de anfíbios, de insetos, de indivíduos multiplicadíssimos da

¹¹⁵ Ibid. loc. cit.

¹¹⁶ Lourenço extraiu trechos do artigo publicado na revista *O Auxiliador*. A partir deles, pode-se observar que se trata de um excerto do *Ensaio Corográfico*, no qual havia sido discriminado como “Estado atual da agricultura”. Cf. Baena, 2004, p. 70-77.

espécie vegetal, todos de especial beleza e utilidade, e de pássaros de vária grandeza e da mais peregrina especialidade na cor e no atilado esmalte da plumagem. Nota-se mais nesta terra empolada de montes, e malhada de amplos lagos, e comada de muitas e apinhadas florestas, uma estrutura exterior que prende a atenção pelo tamanho de fragosas serras e espesseiras de brenhas, cerros, eminências e assomadas pelas enormes catadupas, pela aprazibilidade, positura soberba e graciosa das praias e ribanceiras *aformosentadas* de selvas monstruosas e pela confusão de risinhos grupos de ilhotas, por entre as quais decorrem os canais da navegação, e finalmente vistosa amplidão das enseadas e baías.¹¹⁷

Para perceber a força e o ritmo da natureza, Baena parece querer levar o leitor até a cena das catadupas do rio Madeiras, enquanto as descrevia. Empregou, então, uma narrativa em que a movimentação da cena é sobressaltada, e, ousou apontar, com a finalidade de paralisar o observador diante da natureza e de promover-lhe sensações divergentes:

Um minuto de recreio e medo promove no espírito do viajante o aspecto da maior parte destas catadupas; é assunto de medonha contemplação a magna valentia com que a água despenhando-se de alterosos penhascos ribomba e cobre de alva espuma alcantis e fráguas, jorra claras espanadas das quebradas dos rochedos, circunflui furiosamente os aspérrimos penedos dos canais, os grandes e desordenados grupos de rochas e morros de pedra em forma de ilhetas, uns escalvados e outros arvorejados e retrocede formando túrgidas ondas, terríveis correntezas, rilheiros e voragens.

Conduzidos pelas correntezas idosos cedros colossais e outras árvores gigantes, que abaladas por temporais bravos não puderam zombar da pujança de ventanias clamorosas conservando-se como troféus da natureza e ornamento da terra, caem nas ditas voragens, somem-se no fundo, ressurgem muitas vezes pinchadas para o ar, *redopiam* com rapidez incrível e rompem uma tão possante represa volvido seu tempo.¹¹⁸

Dotadas de personificação, a natureza para Baena parece assumir características que se aproximavam das discussões presentes em pensadores como Kant, Hegel, Schelling e do pintor Caspar Friedrich, analisados por Michel Ribon (1991), acerca dos sentimentos suscitados pela natureza e a sua beleza estética. Definidos por Kant em suas *Observações*, os conceitos de sublime e belo parecem estar diante da contemplação de Baena.¹¹⁹

Ainda se referindo a alguns lugares da dita comarca, nota-se o seu espanto:

¹¹⁷ Baena, 2004, p. 285.

¹¹⁸ Idem Ibidem, p. 386.

¹¹⁹ Kant definia, então, o belo e o sublime exemplificando-os: “Grandes carvalhos e sombras solitárias num bosque sagrado são sublimes; leitos de flores, pequenas sebes, árvores podadas como figuras são belos. A noite é sublime, o dia é belo”. Ainda explicando três tipos de sublime: o que amedronta ou entristece, “sublime-terrível”; o que inspira uma admiração tranqüila, “sublime-nobre”; e o que inspira uma “augusta beleza”, o “sublime-magnífico”. Os sentimentos diferem-se e são evocados diante do mundo natural que se conhece e do que vai tornando-se conhecido. Michel Ribon, discorrendo sobre a exaltação do belo natural em Kant, ressalta a sua originalidade no entendimento acerca do sublime em relação a outros pensamentos da época. Para Kant, esse sentimento do sublime, a experiência de “um prazer indireto ou negativo”, nas palavras de Ribon, remeteria ao próprio indivíduo: “às Idéias da Razão”. Cf. Kant. *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime* [1764] apud Michel Ribon. *A arte e a natureza*. Campinas: Editora Papirus, 1991, p. 145-146.

[...] as serras do rio Cananari e os estreitos abismos que a natureza cavou entre calvos rochedos cavalgados pendendo sobranceiros cujo espetáculo estupendo notar-se não pode senão entre suspensões e assombros [...].¹²⁰

O sentimento de encantamento e de contemplação ante a natureza esteve presente em naturalistas como Johann von Spix e Phillip von Martius, que estiveram em viagem pelo Brasil entre os anos 1817 e 1823. Em expedição no lugar da Barra do Rio Negro, teria se revelado a “síntese entre apreensão científica e poética”, sendo registrada no diário de Martius, indicando a dimensão romântica de sua postura, segundo a autora Karen Macknow Lisboa (1997, p. 119).

A ênfase romântica caracterizava-se, entre outros aspectos, pelo estabelecimento de uma relação de valorização e atitude contemplativa diante do mundo natural, que se apresentava àqueles que tinham interesses no conhecimento científico.¹²¹ Sob outro enfoque, José Augusto Pádua (2002), defende que o romantismo brasileiro não chegou a organizar uma grande mobilização contra a destruição do espaço natural do país. Esta ficou sendo promovida pelos intelectuais racionalistas “que não manifestavam um especial interesse pelo valor intrínseco da natureza, mas sim pelo seu valor político e instrumental para o progresso nacional” (PÁDUA, 2002, p. 26).

Num quadro bastante vivo, a província paraense na escrita de Baena, era constituída por uma natureza que proporcionava deleites ao espectador. Um observador não apenas extrairia os benefícios de sua riqueza natural na agricultura e no comércio, mas também assumiria uma atitude contemplativa diante das peculiaridades naturais da província, que segundo o corógrafo militar era rica em variedade de “espetáculos”.

Outras ilhas cujas diversas produções oferecem à vista, em todo o tempo, espetáculos variados, ali se acham risonhas e majestosas perspectivas da natureza, que acendem a imaginação e que entretêm a alma, em uma espécie de contínuo entusiasmo e lhe proporcionam infinitos gostos. Há outras amicíssimas pelas vistosas praias e pela graciosa verdura de árvores diferentes entremeadas de ambaubeiras e junto *d'água* florescentes arbustos e vários frutíferos tudo disposto em elegante ordem e outras despidas de bosques, acobertadas em partes de floridos canaviais e em partes de grupos de ambaubeiras com seus claros tapizados de cana brava de um verde primoroso e de ervas e plantas de recendente cheiro.¹²²

Os olhares tornam-se inquietantes do ponto de vista estético e científico. A natureza torna-se alvo de admiração, de assombro, de conhecimento científico. A descrição

¹²⁰ Baena, op. cit., p. 286.

¹²¹ Sobre a questão, ver: Naxara, op. cit.; Bernardo Ricupero. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004; Demétrio Magnoli. *O Corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808- 1912)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Moderna, 1997.

¹²² Baena, 2004, p. 371.

caracteriza-se pela pretensão em tocar o sentimento e a sensibilidade do homem. Ainda conforme apontamentos de Márcia Naxara (2004), além da razão e do conhecimento, a sensibilidade era também uma característica atribuída ao homem civilizado, emergindo então as características do Romantismo, que se volta para a veneração da natureza, dos sentimentos e emoções.¹²³

O estilo narrativo de alguns perscrutadores da Amazônia, citados por Antônio Baena, como Humboldt e La Condamine¹²⁴ traziam além do olhar científico, o aspecto contemplativo em suas análises, conjugando-os na interpretação da natureza. Humboldt¹²⁵, analisado por Mary Louise Pratt (1991), destituía a Amazônia do social. Em seu estilo de escrita procurava tornar a terra desolada numa região maravilhosamente viva para os seus leitores. Pádua (2002, p. 48) afirma que Humboldt constituiu um atrativo intelectual para muitos pensadores do século XIX, por ter criticado, principalmente, a ação destrutiva do homem na América Sul colonial. Não apenas a temática e os estudos desenvolvidos na América podem ter constituído interesses, mas também a forma narrativa empregada.

Em vários trechos da obra corográfica de Antônio Baena, a descrição precisa e utilitária cede ou é interpolada pela ênfase romântica, que o difere dos dois corógrafos anteriores. Ênfase que estava presente na admiração do autor frente à natureza que descrevia, mesclada de sentimentos de “recreio” e “medo”. Sentimentos evocados que provocariam divergentes sensações ao observador, capaz de vislumbrar “majestosas cenas” e espetáculos “estupendos” em meio à “suspensões e assombros”, e que aproximam a escrita de Baena da concepção romântica no principiar do século XIX.

¹²³Segundo a autora, “no século XIX, a natureza, seus elementos, recantos, arranjos e paisagens, construíram lugar exemplar para a expressão dos sentimentos e emoções dos homens, na sua mais ampla gama de intensidades e possibilidades. Sua capacidade de renovação incessante, os mistérios que esconde em seus recônditos, a inacessibilidade ao seu todo que tudo abarca, torna-se fonte inesgotável de prazer, assombro e deleite da parte dos homens”. Cf. Naxara, op. cit., p. 77.

¹²⁴ O trabalho do naturalista francês Charles de La Condamine é também lembrado por sua carga emocional. Analisado por Mauro Coelho, inseria-se na visão científica do século XVIII acerca da natureza e do homem. O objetivo explicitado de La Condamine era a medição da superfície da terra, apurando conhecimento sobre a forma da terra. Como filósofo ilustrado tinha o duplo objetivo: conhecer e divulgar. No entanto, a natureza lhe causara espanto e tal deslumbramento é percebido em sua escrita, pois acaba abandonando a descrição precisa. Cf. Mauro Coelho. As viagens filosóficas de Charles – Marie La Condamine e Alexandre Rodrigues Ferreira – ensaio comparativo. Flávio dos Santos Gomes (org.). *Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)*. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999, p. 97-127.

¹²⁵ Mary Pratt ressalta que Humboldt nasceu por volta de 1790, no meio de uma dinâmica da literatura europeia acerca do mundo não-europeu, dicotomizada entre o escrever científico e o sentimental. Preocupado com seu estilo de escrita, Humboldt procurou em seu primeiro ensaio – *Quadros da natureza* (1806) – misturar a descrição física com o discurso do romantismo, num estilo estético-científico que tornasse a região desolada em uma região maravilhosamente viva para os seus leitores. Esse estilo, segundo a autora, congregando ciência e estética, teve muitos imitadores. Lido por Baena, Humboldt poderia ter influenciado na sua escrita e na elaboração dos estudos corográficos. Ver: Mary Louise Pratt. Humboldt e a reinvenção da América. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4, n.8. 1991. p. 151-165.

Ainda faz-se necessário enveredar pelas “penas” de Antônio Baena com maior afinco, atentando para a escolha da forma narrativa de sua escrita e permitindo aprofundar a relação do autor com o próprio texto. Inserindo esta inquietação no bojo das análises narrativas, como discutem alguns teóricos¹²⁶, a obra de Baena pode suscitar estudos voltados especificamente para construções corográficas, permeadas por estilos em singulares contextos. Por constituir-se uma extensa análise, não foram discutidas nesta Dissertação, apesar de constituir interessante aspecto.

3.3. Baena: diálogos e críticas

A forma como Baena escreveu a província, bem como certos assuntos foram alvos de algumas críticas à sua época. Neste sentido, atentaremos para os apontamentos debatidos no IHGB, presentes no Parecer da Comissão de História do IHGB sobre o *Compêndio das Eras* e no *Juízo* de José Joaquim Machado de Oliveira, especificamente sobre o *Ensaio Corográfico*, tendo em vista que as duas obras foram concebidas como um único projeto literário pelo autor, assim redigidas.

Ao tornar-se sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1839, Baena envia algumas de suas obras, iniciando com a remessa do *Compêndio das Eras*. A Comissão de História do Instituto redigiu um Parecer sobre a obra, publicado na Revista do ano seguinte. No *Juízo sobre o Compêndio das Eras*, a Comissão examinou o estilo narrativo do autor, concluindo que o mesmo possuía o “*estilo affectado, guindado e redundante do Governador do Estado do Maranhão e Pará*”, tendo como modelo, portanto os *Annaes* de Bernardo Berredo.¹²⁷ Mas, havia uma diferença entre eles:

O Sr. Baena vive em um século, cujo gosto não *póde* invocar por desculpa dos defeitos o seu *estilo*, nem Bernardo Pereira de Berredo *póde* ser *accusado* do emprego de termos impróprios, do uso de expressões e vocábulos estrangeirados, de paixão pelos neologismos.¹²⁸

O estilo de Baena, inspirado em Berredo, não convinha nem era justificável para o século em que ele escrevia. Para fundamentar sua assertiva, a Comissão transcreveu trechos,

¹²⁶ Hayden White. *Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2ª ed., 2001; Peter Gay. *O estilo na História*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990; Luiz Costa Lima. *Clio em Questão: a narrativa na escrita da História*. Dirce Riedel (org.). *Narrativa, Ficção e História*. Rio de Janeiro: Imago, 1988, p. 65-111.

¹²⁷ *Juízo sobre a obra... RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo II, 3ª ed. 1916. p. 256.

¹²⁸ *Ibid.* loc. cit.

novamente ressaltando o “*estyllo affectado*, guindado e redundante do século do seiscentos”. Alguns dos neologismos citados pelo autor foram sobressaltados pela Comissão, sendo eles: *piscativo, nascental, silvano, ancillar, frondejado, empecilhar, comunicativo, abundançoso, diluviar*. Não pretendiam desmerecer sua obra, mas defendiam que caso viesse a ser publicada uma segunda edição da obra fosse:

[...] *adoptado* um andamento *systematico*, o *estyllo* corrigido, e aos documentos aplicado o escalpelo da critica, os *escriptos* do sr. Antonio Ladislao Monteiro Baena terão chegado a *aquelle* grau [sic] de *aperfeiçoamento*, a que podem chegar as *producções* do homem.¹²⁹

A Comissão não destituiu de valor o *Compêndio das Eras*, justamente por ter seu autor consultado os arquivos com “*atenção, cuidado e esmero*”, baseando-se até o ano de 1718 na obra de Berredo, e após esse período nos arquivos públicos, de onde fez “*derivar a sua historia*”. No entanto, seu estilo deveria ser “*corrigido*”, abandonando os “*defeitos*” do estilo adotado e ingressando na escrita do século XIX.

Na sessão ocorrida em 04 de julho de 1840, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, os sócios leram a carta de Antônio Baena, acompanhada do *Ensaio Corográfico*. Ainda na mesma sessão, os sócios deliberaram agradecer-lhe a remessa da obra e a remeteram para a Comissão de Geografia do Instituto a fim de ser elaborado o Parecer e ser discutido em sessão.

[...] leu-se, finalmente, uma carta *escripta* do Pará pelo sócio correspondente o sr. Antonio Ladislao Monteiro Baena, acompanhando a *offerta* do seu – Ensaio *Corographico* sobre a Província do Pará – para a *Bibliotheca* do Instituto, o qual foi de voto que se agradecesse ao nosso consocio o seu donativo, e que o Ensaio *Corographico* fosse endereçado a Comissão de *Geographia* para a mesma dar o seu parecer a respeito.¹³⁰

Em outubro do mesmo ano, o relator da Comissão José Silvestre Rebello fez a leitura de um Parecer, todavia a discussão foi adiada para próxima sessão, não ficando expresso a razão do adiamento. Entretanto, outro Parecer foi solicitado pelo IHGB sobre a obra corográfica de Baena. Em 26 de agosto de 1841, os sócios aprovaram a proposta¹³¹ do Desembargador Rodrigo de Souza da Silva Pontes, na qual ele solicitava que as duas corografias do Pará, escritas por Ignácio Accioli e Antônio Baena, fossem remetidas ao sócio

¹²⁹ Ibidem, p. 258.

¹³⁰ Na 42ª Sessão em 04 de julho de 1840. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo II, 3ª ed. 1916. p. 405.

¹³¹ *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo III. 1841. p. 365.

José Joaquim Machado de Oliveira, justificando a escolha do referido sócio pelo fato de ter residido certo período na província paraense.¹³²

O que expressava um Parecer? Validade da obra, necessidade de publicação na Revista, arquivamento, crítica ao estilo literário do autor, verdade científica e importância para a instrução pública acerca de determinados assuntos, que fossem alvo de interesse dos sócios e da monarquia imperial.

Concluído o Parecer, Machado de Oliveira, perante os demais sócios reunidos no Instituto em sessão no mês de dezembro do ano de 1841, fez a leitura de seus apontamentos acerca das obras que lhe foram endereçadas. Novamente, a discussão sobre as proposições do parecerista ficou a ser tratada em outra sessão. Enfim, em fevereiro de 1842, a discussão sobre o Parecer foi retomada, aprovando o mesmo, mas determinando provisoriamente o seu arquivamento.

O Parecer nunca foi publicado na Revista. No entanto, Machado de Oliveira presenteou o Instituto com 100 exemplares, impressos no Maranhão, do *Juízo*¹³³ que fez sobre as obras de Accioli e Baena.¹³⁴ Em seu *Juízo*, Machado de Oliveira afirmou ter tratado das duas corografias conjuntamente, visto que elas não apresentavam muitas discrepâncias, emitindo sua opinião acerca de alguns temas, para que “*dahi se possa colligir elementos para a verdadeira historia da província do Pará*” (OLIVEIRA, 1843, p. 06).

Machado de Oliveira em seu referido *Juízo*, dentre outras críticas a Antônio Baena, afirmou acerca da descrição do então major:

[...] assim, lembrando-se o sr. Baena que escrevia uma historia, e desta parte que exige um *estyllo* mais ameno e simples como os princípios que a compõem, o que pudesse exprimir adequadamente o pensamento, que *ella* abrange, não a recheasse de *phrases* poéticas, e de um insuportavel e redundante pedantismo; de palavras empoladas e *absoletas*, que enfastiam, e *cançam* a imaginação.¹³⁵

No *Diccionario bibliographico portuguez*¹³⁶, Inocêncio Francisco da Silva e Brito Aranha apontaram algumas das críticas feitas por José Joaquim Machado de Oliveira ao

¹³² José Joaquim Machado de Oliveira governou a província do Pará durante os anos 1832 e 1833, ver: Raiol, op. cit., p. 260-343.

¹³³ José Joaquim Machado de Oliveira. *Juízo sobre as obras...*, 1843.

¹³⁴ Cf. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo V, 3ª ed. 1886.

¹³⁵ J. J. Machado de Oliveira, op. cit., p. 24. Na crítica à Ignácio Accioli, Machado de Oliveira concluiu que o mesmo já utilizava um estilo “corrente”, ou seja, atual, e mais apropriado para tratar do assunto que se propusera.

¹³⁶ No *Diccionario* há um trecho transcrito de uma coleção de anedotas em periódico do Rio de Janeiro ainda no século XIX de um autor por pseudônimo Fluviano acerca do falecido tenente, comentando que o “*illustre* militar paraense era mais destro na *penna* do que na espada, segundo rezam as *chronicas* pátrias [...]”. A referência à destreza na espada, era uma menção à condenação de Baena por covardia pelo Conselho de Guerra. O literato

Ensaio. Conforme o mesmo, a referida corografia tratava acanhadamente do comércio e da indústria, imperfeitamente da topografia, porém magistralmente da agricultura. Segundo a crítica de Machado de Oliveira, Baena não fora exato nem rigoroso na parte histórica. Até sua fraseologia e linguagem teriam sido “inconveniente, imprópria e desfeada”, devido aos termos que utilizava.

Em resposta ao *Juízo*, Baena elaborou um discurso, que fez publicar em 1844, mas que não figurou nas páginas da Revista do Instituto. Endereçado ao IHGB, sub-intitulou *Sobre o Juízo que deo ao mesmo Instituto o sócio efetivo José Joaquim Machado de Oliveira na sessão de 3 de fevereiro de 1842 à cerca da Corografia paraense escripta por Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva, e do Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará pelo sobredito Baena*. Tornava, assim, o IHGB um canal por onde esses diálogos e debates eram travados.

O procedimento de Machado de Oliveira foi considerado por Baena:

[...] lastimoso Cartapacio, verdadeiro *producto* da combinação de diversos defeitos *habituaes* e constantes, que unidos constituem a índole moral deste imprudente declamador que sem reparar nas suas próprias *contradições* pretende com estrepitosas palavras e fastidiosos períodos estontear os ouvidos, e *offuscar* o espírito dos que não o conhecem.¹³⁷

O Instituto tinha deliberado o arquivamento do Parecer de Machado de Oliveira, porém ele o publicou, desagradando veemente o sócio Baena. Em função desse ocorrido, Baena elaborou o *Discurso*. Ficava explícita assim a tensão entre os dois sócios que pretendiam dar notícias exatas da província em que viveram. Para Baena, o grande embate concernia a memória política daquele ex-presidente na província:

O genuíno fim, que o levou a pedir que lhe fosse dada uma *comissão* Acadêmica de examinar as duas Corografias Paraenses, não foi de certo corrigir as suas *inexactidões* porque isto ultrapassava a curta *peripheria* dos seus conhecimentos: foi sim florear de estudadas desculpas a sua lutuosa presidência do Pará, pois muito se *anoja* do *féo* e horrendo aspecto, em que *ella he* sempre trazida a *publico*.¹³⁸

No *Juízo*, Machado de Oliveira chegou a afirmar que juntamente com o Parecer sobre as obras corográficas procurava refutar as “vagas e *calumniosas* censuras” que fizeram de sua presidência no Pará. E neste caso referia-se as críticas efetuadas por Ignácio Accioli.

fluminense ainda comentou o estilo de Baena afirmando que “em suas obras *litterarias* nota-se um *estyllo* gongorico [sic], e impróprio de quem aspirava aos foros de historiador, no que *peccam* ainda hoje muitos *chronistas* geraes e particulares”. Cf. Inocêncio Francisco da Silva e Brito Aranha, op. cit.

¹³⁷ Antônio L. M. Baena. *Discurso dirigido ao Instituto Histórico...*, 1844, p. 04.

¹³⁸ Idem *Ibidem*, p. 05

Em trecho de um requerimento, enviado ao IHGB acerca da obra intitulada *Compendio da Historia do Brasil* de Abreu e Lima em 1843, Machado de Oliveira ainda fez menção ao *Juízo* publicado:

Ainda há pouco foi publicado o Juízo, que por deliberação do Instituto *interpuz* acerca de duas Historias do Pará, e *n'elle* tratei de refutar *calumniosas* imputações, que *ahi* me foram lançadas no tocante *aquelle* árduo período de minha vida *official*, e que também *offendiam* á verdade histórica, que o Instituto tem por máximo dever sustentar [...].¹³⁹

Estavam, então, expostas as tensões entre os sócios por meio de Pareceres, Juízos e Discursos que iam além do estilo adotado, do assunto descrito, e emergiam embates político-administrativos. Faz-se mister estudar com maior detalhamento as críticas que se endereçavam ao Instituto Histórico e Geográfico acerca das obras que pretendiam dar a descrição física e histórica da província do Pará no limiar do século XIX, início do Império brasileiro. Neste ínterim, também é interessante ressaltar a própria participação do IHGB como o receptor de críticas e diálogos travados por meio de publicações. Parecer e Crítica nos indicam muitas possibilidades de estudos, como os debates acerca da memória política das administrações na província paraense.

Mesmo em meio às discussões e críticas, Baena continuará a atuar na província. Indo além dela, Baena estará direcionando sua produção sobre o Pará no cerne das publicações históricas e geográficas do Império brasileiro, isto é, no interior de uma instituição recém-fundada, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por meio de sua Revista. O propósito continuava sendo a província no contexto imperial, escrevendo em um momento de afirmação política e debate de construção nacional, no qual nos dedicaremos a seguir.

Capítulo II

Antônio Baena e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1850)

¹³⁹ *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo V, 3ª ed. 1886. p. 536.

Além de suas atuações nos serviços militares e civis da província paraense nas primeiras décadas do século XIX, Antônio Baena também atuou com seus trabalhos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, voltado para a sistematização da história e geografia do Império do Brasil. Como sócio correspondente do Instituto, ingresso em 1839, Antônio Baena exerceu a atividade até o ano de seu falecimento, quando enviou sua última produção, em 1850. Portanto, sua participação iniciou, em 1839, com o envio da parte histórica do *Ensaio, o Compêndio das Eras da Província do Pará*, marcando assim sua inserção naquele cenário da produção intelectual do Brasil, bem como a inserção de temas da província paraense nos estudos da época.

O momento vivenciado pelo autor, estava relacionado ao debate de constituição da nação no processo de emancipação política.¹⁴⁰ A produção escrita, como aponta Márcia Naxara (2004), possibilitou uma apropriação e criação da memória da nação brasileira no século XIX, período onde muitos estudos estavam voltados para dar conta da compreensão ampla do país.¹⁴¹ No entanto, é preciso compreender como se processou essa construção através da escrita. Trabalhos pontuais sobre várias províncias foram elaborados a partir da vivência e dos registros que determinados sujeitos sociais utilizaram para buscar uma composição ampla, e foram enviados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Sob a perspectiva de compreender as produções de Antônio Baena nos ditames da política imperial, principio o presente capítulo, percorrendo sobre todas as suas obras publicadas na Revista do IHGB enquanto atuou na província paraense, mas sem a ela estar restrito, dialogando com o Império brasileiro.

1. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) nos primeiros anos de sua fundação

Colônia, Reino Unido e Império foram as conformações políticas do Brasil até as primeiras décadas do século XIX. Período de emancipação, abdicação, intensas movimentações regenciais e preocupações quanto à fragmentação territorial e política. Entretanto, é momento também de investimentos em instituições como o Arquivo Público do Império e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Criados em 1838, estas instituições seriam capazes de coligirem documentos para a escrita de uma história, compreendida como linear. Outras instituições também foram fundadas, como a Biblioteca Real, criada em 1810 e

¹⁴⁰ Cf. Gilmar Arruda. A memória social. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru, SP: EDUSC, 2000, p. 41-62.

¹⁴¹ Naxara, op. cit.

o Museu Real, em 1818, posteriormente denominado Museu Nacional Imperial. Projetos políticos e instituições entrecruzavam-se numa estreita ligação no início do século XIX.

No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro circulavam as produções do tenente-coronel Antônio Ladislau Monteiro Baena. No interior dessa associação estabeleceu-se o diálogo entre seus trabalhos e as diretrizes defendidas pela mesma. A atividade intelectual de Baena fazia também ressaltar a ligação da província do Pará ao Império brasileiro. O contexto mais amplo dos primeiros anos de funcionamento da Instituição foi marcado pela expectativa de evitar a separação política e territorial, apostando na figura do monarca como centralizador do vasto Império.

Neste ínterim, é a questão nacional, como enfocam vários autores¹⁴², a pauta principal da produção historiográfica do Brasil no principiar do século XIX, canalizada pelo IHGB. Questão esta vinculada a aspectos políticos, sociais, culturais. Produção que irá circular e adquirir inteligibilidade dentro de uma Instituição que nasce contendo em seu próprio nome o viés histórico e geográfico, e sob os auspícios de um Império que almejava firmar sua identidade.

Para Márcia Naxara (2004, p. 79), no século XIX, existiram olhares instrumentados que estavam voltados para “futuros fatos, cenas, acontecimentos e paisagens, no objetivo de guardar uma memória, tentar compreender e desvendar um mundo em grande parte desconhecido e contribuir para a formação de uma história”. Olhares que se projetavam para o passado colonial, fincados no espaço presente e engajados com um futuro, almejando alcançar o “progresso” e a “civilização”, com forte influência romântica.

A idéia de criação de um instituto histórico nasceu no seio da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, criada em 1827, a qual propunha o incentivo ao progresso e ao desenvolvimento industrial. É essa Sociedade que dará apoio ao projeto de fundação do Instituto, instituído em 21 de outubro de 1838.¹⁴³ Inspirado no Instituto Histórico de Paris, de 1834, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro insere-se com a preocupação em delinear o que seria a nação brasileira. É, portanto, a consolidação de uma associação que almejava a discussão e a escrita da história e do espaço territorial da pátria, comprometida com a gênese

¹⁴² Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho Souza. *Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999; Manoel Luís Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n.1, 1988, pp. 5-27; José Augusto Pádua. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002; Bernardo Ricupero. *No passado, as bases da nação*, op. cit., p. 113-151; Naxara, op.cit.

¹⁴³ Sobre a criação do IHGB, ver: Guimarães, op. cit.

da nação e de seu perfil.¹⁴⁴ A preocupação veemente ao pensar o Brasil estava atrelada ao desvendamento de sua origem, de sua formação. Definir a nação brasileira tornou-se predominante na produção historiográfica, desenvolvendo o IHGB um papel sistematizador nas reflexões durante o Império.

O IHGB inseria-se no contexto de emancipação política, ligado à política imperial.¹⁴⁵ O Instituto estaria assim responsável pela criação da história para a nação e a invenção de uma memória para o país. Para Schwarcz (1998), a partir daquele momento, o Império brasileiro deveria separar seu destino do da antiga metrópole portuguesa. Todavia, esse destino não parecia estar tão afastado assim, visto que a produção historiográfica do Instituto recorria ao passado colonial, buscando enfatizar o progresso da sociedade e a civilização que se estava atingindo. Palavras como civilização e progresso eram amplamente utilizadas no bojo das publicações do IHGB.

Não se tratava, entretanto, de uma escrita da história em oposição a Portugal, mas o esclarecer à sociedade da ação civilizatória, iniciada nos idos da colonização, que atingia então novos patamares e continuaria rumo ao progresso da humanidade através das Letras e das Ciências. Neste sentido, ao observarmos a periodização de Antônio Baena em sua obra *Compêndio das Eras*, verificamos que o momento narrado compreende justamente o domínio político de Portugal sobre o Pará, ou seja, o momento da fundação da cidade de Belém, em 1616, até a efetivação da Independência na província em 1823.

A periodização de fatos históricos, a catalogação e a compilação de documentos referentes à história e geografia do Brasil foram métodos assumidos pelos sócios do Instituto no limiar do século XIX. A tarefa desta instituição era a de eternizar, através da história, fatos que fossem memoráveis, salvando-os do esquecimento, legando ao futuro o que devia ser guardado. Contudo, era uma instituição que propagava uma missão e buscava alcançá-la.

Em 1840, no segundo ano de exercício do Instituto, o secretário Januário da Cunha Barbosa, ao referir-se a sua fundação apontava que “a nossa Historia necessitava de uma luz que a fizesse *sahir* do obscuro *cahos*, em que a lançaram [sic] os *dyscolos*, ou

¹⁴⁴ As palavras *nação* e *pátria* são alvos de vários estudos, principalmente, enfatizando o período moderno. Há interessantes discussões sobre seus significados, apontando convergências, mas também desencontros. Convém posteriormente explorar esses significados. Para meu estudo, utilizo termos recorrentes no próprio corpo documental e na bibliografia consultada, compreendendo que o problema em definir o conceito de *nação* durante os primeiros anos do Império brasileiro era a própria indefinição do referido conceito para a época, já que o mesmo estava em vias de construção. Já o termo *pátria* referindo-se também ao local do nascimento, da terra dos pais. Magnoli discute que o conceito de nação, até o século XVIII, estava associado ao nascimento, como sugere a etimologia, e concordando com Bernard Guenée na afirmação de que não existem nações sem história nacional. Para aprofundar a questão, ver: István Jancsó (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003; Demétrio Magnoli, op. cit.

¹⁴⁵ Para esta discussão, ver: Lília Moritz Schwarcz, op. cit.

apaixonados inimigos da nossa *gloria*; e *ella* foi *accendida* no dia 21 de Outubro de 1838”.¹⁴⁶ Neste seu discurso, Januário da Cunha Barbosa, um dos membros fundadores do IHGB, destacava o grande feito da instituição: a história que jazia nas trevas do desconhecimento enfim era trazida a sociedade para sua instrução.

Ainda segundo o secretário, essa luz acendida projetava seus reflexos sobre a posteridade, mas também sobre fatos ao longo de um período que tinha seu início com a “feliz descoberta de Pedro Alvares Cabral” e finalizado com a “proclamação de nossa gloriosa Independência, desprendida nas margens do *Ypiranga* dos lábios do Senhor D. Pedro I, *Immortal* Fundador do nosso Império”.¹⁴⁷ A postura iluminista era um dos traços marcantes das elites brasileiras, que se encarregavam de trazer o esclarecimento à sociedade sobre a nação brasileira. Contudo, quem eram os responsáveis por trazerem essa “instrução” à sociedade? Quem participava dessa associação intelectual no início de suas atividades?

A integração como sócio efetuava-se pelas redes de relações sociais, constituindo-se um grupo das mais diversas áreas. A história do Brasil, portanto, era lida e escrita a partir de circuitos restritos de produção intelectual. Foi em 1839 que Baena tornou-se sócio correspondente do IHGB, onde manteve uma efetiva participação através de seus escritos. Era um homem de letras, todavia um homem do Estado, que defendia o conhecimento como algo capaz de fazer prosperar a província paraense e, conseqüentemente, o Império brasileiro. Nascido em Lisboa, em 1782, Antônio Baena veio ao Pará aos vinte anos. Segundo Guimarães (1988), o fato de muitos membros fundadores serem de origem portuguesa, marcou de certa forma a socialização desta geração.¹⁴⁸

O Instituto estava atrelado aos moldes de uma academia iluminista. O lugar da produção do IHGB, entretanto, iria se caracterizar como elitista, sendo este fator de relevância nas visões e interpretações postas em discussão quanto à questão nacional. Seus membros procuravam pensar a gente e a terra, sua origem, construir a identidade nacional, dentro dos parâmetros já referidos, imbuídos especialmente de um senso de dever patriótico.

A história produzida pelo IHGB era também pensada para integrar a nova nação à civilização ocidental, no entanto, com uma identidade própria, compreendendo as diversas regiões num projeto único. Pensava em integrar as várias regiões do Império a fim de reunir o que realmente cabia nos contornos da nação, tendo, de certa forma, uma visão e missão totalizante. A história do Pará, escrita por Baena e editada no *Compêndio das Eras*, assim

¹⁴⁶ *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo II, 3ª ed. 1916. p. 584.

¹⁴⁷ *Ibid.* loc. cit.

¹⁴⁸ Bernardo Ricupero salienta que na inserção ao rol de sócios do IHGB, o prestígio social do indivíduo sobressaltava a sua produção intelectual. Cf. Bernardo Ricupero, op. cit., p. 113-151.

como a descrição física e política contida no *Ensaio Corográfico*, foram publicadas num contexto em que se buscava a inteligibilidade do Império brasileiro como um todo, porém com particularidades provinciais.

As particularidades das províncias, entretanto, referiam-se também ao próprio espaço físico, no qual juridicamente estavam delineadas. O Império, após romper com os elos coloniais, não possuía um território unificado prévio, mas contava com variadas especificidades territoriais, legados da colonização.¹⁴⁹ Ao discutir nação e Estado, Geraldo Mártires Coelho (2003), afirma que:

[...] o Brasil começada a década de 1820, representava-se por um conjunto de especificidades sociais e espaciais tão claramente determinadas que o país que resultaria do 1822, o Estado nascido do grito do *Ypiranga* era apenas uma representação imaginada pelos promotores da Independência.¹⁵⁰

Tratava-se, portanto, nos anos seguintes a Independência, da tentativa de compreender as especificidades sociais através da história, da língua, da composição étnica, mas também, e ousou afirmar que no mesmo patamar, compreender as características espaciais através da geografia, dando relevância a composição cartográfica e a descrição da natureza, no intuito de definir a unidade.

Contudo, faz-se mister analisar não somente a construção da história voltada para a nação que se buscava delinear, mas igualmente tentar compreender como a pátria, agora tão narrada e amada, vai expondo suas feições físicas a fim de identificar e distinguir o território nacional. Já não se tratava de partes do Império português, era necessário tecer a complexa rede de espaços físicos, ligando-os fortemente e elencando características singulares da própria natureza que comportassem a diversidade na unidade.

Sugerindo temas, elaborando expedições científicas e promovendo prêmios, o IHGB desejava adquirir documentos necessários para a inteligibilidade do território brasileiro e, conseqüentemente, compreender os rumos da pátria. Os conhecimentos sobre o espaço físico deviam vir de todas as províncias, para montarem o grande quebra-cabeça que se almejava firmar: a nação. E, para Baena, a província paraense necessitava ser ainda mais conhecida e integrada à imagem do Brasil.

1.1. E Geográfico: considerações acerca da escrita da terra

¹⁴⁹ Cf. Demétrio Magnoli. O Estado em busca do seu território. István Jancsó (org.), op. cit., 2003, p. 285-296.

¹⁵⁰ Geraldo Mártires Coelho. Onde fica a corte do senhor imperador. István Jancsó (org.), op. cit., p. 274.

História e geografia forneciam elementos importantes para se compreender o quadro nacional no cerne dos debates do IHGB. Ao utilizar os discursos da história e da geografia, almejava-se a legitimação do poder frente às fronteiras externas e internas.¹⁵¹ Contudo, estudos que se debruçam sobre o Instituto, o abordam predominantemente pela sua relação com a história. Todavia, era ele também *Geográfico*.¹⁵²

O secretário Januário da Cunha Barbosa enfatizava a importância da junção da geografia com a história. Definida como uma “*sciencia* real das relações do nosso globo com o espaço”, a geografia era o palco onde as sucessões de fatos se operavam, sendo seu objeto de estudo a superfície da terra, “o *theatro* da *actividade* do homem, *ella* se modifica debaixo de sua *acção*, e com *elle* está em uma relação eterna”.¹⁵³ Era, portanto, o palco com o qual o homem interagira e que modificava de cenário a medida de sua ingerência sobre ele.

Interessante observar, ainda nas palavras do secretário, que havia fenômenos produzidos pelas mãos dos homens, como a mudança do curso de um rio, as cidades que surgiam, as plantas e animais transportados para outros lugares, fenômenos estes pertencentes à história, mas que também pertenciam a geografia, devido os mesmos estarem numa “*immediata* relação com o espaço, e sobre *elle* exercem uma bem clara influência [sic]”.¹⁵⁴ Januário da Cunha Barbosa propunha uma relação entre o homem e o meio, associando os acontecimentos sociais ao espaço e salientando a influência da sociedade sobre o mesmo. História e geografia deviam caminhar juntas, pois sua separação significava um retrocesso da Ciência.

Conforme Januário da Cunha Barbosa, a civilização ensinava a ajudar a natureza. Conhecer a natureza significava, de certo modo, desprender-se dela, como discursou, “a humanidade *civilisada* desprende-se morosamente, assim como o homem individual, dos fortes laços da natureza, e do lugar [sic] que habita”.¹⁵⁵ Segundo José Augusto Pádua (2002), a valorização da natureza fundamentava-se na sua importância para a construção nacional, principalmente econômica e política e não no valor estético, espiritual ou ético. Neste sentido, como parte da geografia, a natureza vai adquirir um papel de destaque, relacionando-se à questão nacional.

¹⁵¹ Cf. Arruda, op. cit.

¹⁵² Os estatutos do IHGB definiam um equilíbrio entre o número de membros na Seção de História e Geografia, comportando cada seção a quantidade de 25 membros. Porém, ficou estabelecido ilimitado número de sócios correspondentes nacionais e estrangeiros.

¹⁵³ *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo II, 3ª ed. 1916. p. 587.

¹⁵⁴ *Ibidem*, p. 588.

¹⁵⁵ *Ibid.* loc. cit.

Essa natureza que se procura perscrutar já não se traduz apenas pela natureza fabulosa, portentosa, mas tornava-se caracterizadora das especificidades do Império brasileiro. Simon Schama (1995 apud NAXARA, 2004) destaca que a natureza não se nomeia, nem demarca a si própria. Ela, portanto, é definida e representada pelos indivíduos. O posicionamento humano diante da natureza não é algo estável. A relação homem-natureza constitui-se permeada de sentidos e valores ao longo do processo histórico. É imprescindível, portanto, buscar a compreensão de seu conceito e de seu valor no próprio contexto analisado, para não incorrer a conceituações estanques.¹⁵⁶

Para esboçar sucintamente diferentes posicionamentos frente à natureza, podemos adentrar nas motivações e estilos de escrita, no caso pontuando a Amazônia de outrora, dos viajantes e naturalistas, vindos à região nos mais diversos contextos. No século XVI, as narrativas imaginárias, objetivando o conhecimento da região, marcam algumas obras.¹⁵⁷ Já no século XVIII, a preocupação voltava-se para o mapeamento e ocupação. Em meados do século XVIII, duas novas inflexões vão então marcar os relatos dos viajantes: o Iluminismo e os acordos diplomáticos para delimitação das fronteiras.¹⁵⁸

O Iluminismo, apesar de receber denominações diferenciadas de acordo com cada país, contemplava o desenvolvimento racional em oposição à superstição, que no entender de seus filósofos, estava vinculada a tudo o que era anterior ao movimento das idéias filosóficas ilustradas.

Na análise de Benedito Nunes e Aldrin Moura de Figueiredo (2002, p. 19) sobre o Iluminismo paraense, esse movimento de “aclareamento pelo saber” fundamentava-se então com o “pensamento claro, que tem no conhecer a sua luz; é fulgurante: esclarece, desfazendo as sombras da ignorância; e a iluminação das idéias, propagando o saber, de acesso comum, liberta os indivíduos”.

Com o Iluminismo, os relatos advogam o caráter de cientificidade, de verdade. Evidente que o quadro dos séculos esboçado anteriormente é sumário e simplista, porém comporta a necessária preocupação ao pensar a relação da sociedade com a natureza, não a isolando de seu contexto.

¹⁵⁶Ver: Robert Lenoble, op. cit.

¹⁵⁷Para uma discussão, ver: Neide Gondin. *A Invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994; Sérgio Buarque de Holanda. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 5ª ed., 1992; Laura de Mello e Souza. *O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

¹⁵⁸Mauro Cezar Coelho, 1999, p. 97-128. Sobre o Iluminismo no Brasil, ver: Maria Odila Leite da Silva Dias, op. cit., Fernando Novais. O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 4, 7, mar. 1984, p. 105-118.

No século XIX, para os românticos brasileiros a natureza tropical tornou-se símbolo nacional. Símbolo que foi empregado por uma elite intelectual para pensar a própria nação e sua identidade. Vale ressaltar que o romantismo teve como pauta principal a idéia da nação e de suas especificidades, onde a natureza esteve associada à discussão da nação brasileira.¹⁵⁹

A natureza seria a moldura e o ambiente, onde se desenvolveria a história nacional. Havia, contudo, uma interação entre sociedade e natureza para se pensar o desenvolvimento da nação. A natureza constituía-se como cenário e concedia elementos de identidade, com suas características singulares. As expedições científicas no âmbito do IHGB, neste sentido, ganhavam relevância, pois tinham a incumbência de reconhecer e firmar os contornos do Império.

Podemos sugerir que havia uma busca em dominar a escrita do passado e da natureza com o intuito de torná-las conhecidas. A defesa de alguns sócios, como Januário da Cunha Barbosa, significava direcionar esse conhecimento para a nação, engrandecendo também àqueles que patrocinavam o conhecimento, como o monarca. Era o esforço de civilizar pelas Letras e Ciências, o anseio de interpretação do que seria o povo e a natureza nacional.

Não era unicamente a cultura escrita no passado que falava a nação sobre ela mesma, todavia a natureza exigia estudos que decifrassem seu traçado e, conseqüentemente, pudesse ser lida. Ao perscrutar a natureza, compreendendo a geografia brasileira, estava-se escrevendo também a própria nação.

Como aduziu Magnoli (2003), a transição de 1822 possui um significado importante quanto ao território brasileiro, pois se tratavam de espaços constitutivos de Portugal que iriam corporificar o Estado brasileiro. Ainda segundo o autor, inexistia um território unificado no plano político, visto que eram partes de um todo. E, o todo significava o Império português. Com a emancipação política estava lançado o desafio de dar corpo ao Império brasileiro, compor a unidade territorial.

A cartografia, as vilas e povoações, as expedições científicas, os levantamentos econômicos e censitários eram instrumentos utilizados para apropriação do território, legitimando sua ocupação. O território que se quer definir e delimitar é resultado de construções sociais. Portanto, ao se intitular geográfico, o Instituto possuía preocupações quanto à compreensão do espaço físico da pátria e acabava fornecendo subsídios documentais

¹⁵⁹ Sobre a influência do romantismo na idéia de nação, ver: Bernardo Ricupero, op. cit.

para a delimitação espacial da nação. Ainda na menção do supracitado autor, “o Império aferrou-se, com coerência e firmeza, à imagem do país configurada nesses documentos cartográficos e sustentada pela doutrina das fronteiras naturais” (MAGNOLI, 2003, p. 296).

Em outro trabalho, Demétrio Magnoli (1997, p. 110) afirma que os discursos históricos e geográficos desempenhavam os mesmos papéis, “a definição e a delimitação do território apareciam como condições essenciais para a construção da nação: assim como a tradição é a pátria no tempo, o território é a pátria no espaço”. Contrapõe-se o supracitado autor, contudo, a afirmação de que a produção geográfica apenas instrumentalizava a definição de fronteiras e limites político-administrativos. Os discursos geográficos estavam voltados para a produção de uma identidade nacional.

1.2. A presença do jovem imperador

Logo no ano de sua fundação, o IHGB estará vinculado ao imperador D. Pedro II, o qual foi convidado a se tornar protetor. D. Pedro II, ao longo de seu reinado será tido como um patrocinador da cultura letrada e estará envolto no interesse político de uma elite que investirá no poder simbólico de sua figura, fomentando a construção de uma identidade capaz de apaziguar e manter a ordem política.¹⁶⁰

Durante o Império brasileiro, a monarquia procurou transformar-se num símbolo de manutenção da unidade, especialmente no período da maioridade de D. Pedro II, em 1841, após o conturbado momento das rebeliões regenciais. Nos anos subseqüentes às rebeliões evidenciou-se o necessário fortalecimento da monarquia através de representações simbólicas, e como afirma Schwarcz (1998, p. 18), essas “representações simbólicas do poder imperial evocavam elementos de ‘longa duração’ que associavam o soberano à idéia de justiça, ordem, paz e equilíbrio”.

O período imperial teria sido fértil na produção de ícones nacionais – hinos, medalhas, emblemas, monumentos, dísticos e brasões – concentrando-se na construção da imagem do imperador, que parecia como símbolo da pátria, e na memória da nação. O rei adquiriu o status de objeto ritual, numa imagem evidente de poder.

As imagens que giravam em torno da realeza no Brasil, iniciadas com o desembarque da família real – 1808 – traduziam a riqueza de espetáculos e dramatizações. No

¹⁶⁰ Sobre a construção do poder simbólico da realeza, ver: Lilia Schwarcz, op. cit.; Iara Lis Souza, op. cit.; Ângela Miranda Cardoso. Ritual: princípio, meio e fim. Do sentido do estudo das cerimônias de entronização brasileiras. István Jancsó (org.), op. cit., p. 549-602.

entanto, essa imagem da realeza vai ganhando outros significados dentro de um contexto político, onde as elites locais queriam assegurar a unidade política e a ordem social, dando destaque aos símbolos que evidenciavam o poder do rei. A imagem simbólica do rei procurou congrega a tradição monárquica com a cultura local, embasada nas características elencadas como diferenciais ante o contexto externo.

Dentro do IHGB, a presença do imperador trazia grande prestígio para os sócios. A importância de sua aparição percebeu-se no discurso de um dos vice-presidentes na sessão de aniversário do Instituto. A sessão, marcada pelo próprio imperador em 27 de novembro de 1840, constitui-se de um largo elogio a sua presença naquela solenidade. O que se tornou mais enfático no discurso do vice-presidente foi o benefício que a proteção do monarca acarretava a associação. O efusivo agradecimento ao jovem D. Pedro foi o principal assunto das palavras do orador, o qual sugeria discursar em nome de toda a sociedade. Adiante, segue trecho do discurso:

É certamente essa *protecção*, esse poderoso adjutório, que animando esses gênios raros em suas árduas *emprezas* e sublimes meditações, levando-os a perscrutar os segredos mais recônditos da Natureza, e a descobrir verdades envoltas nas trevas da *ignorancia*, tem feito nascer para cada nação a sua idade de ouro, isto é, *aquella* em que maior *somma* de bens lhe tem provindo: assim é que a idade de ouro de cada nação *ha sido sempre aquella*, em que os seus grandes *Principes* mais tem protegido e animado as Letras e *Sciencias*: e assim é que os Grandes *Principes*, protegendo as Letras e *Sciencias*, e animando os sábios em seus estados, os tem feito florescer, e os tem engrandecido entre as demais nações, tornando-os respeitados, e fazendo-se *elles* mesmos mais poderosos e admirados pelos bens *reaes* que promoverão; seja destruindo erros *fataes* á humanidade, seja diminuindo males que lhe são *inherentes*, e *augmentando* pela civilização o bem estar da Sociedade.¹⁶¹

O vice-presidente expôs a presença e o protetorado da realeza como um grande benefício à nação. O progresso da civilização dependia dos conhecimentos adquiridos pelas “Letras e *Sciencias*”, o que acarretaria bens a toda humanidade. Além da importância dos sábios na transmissão desse conhecimento, o mesmo só era possível graças à proteção de “Grandes *Principes*”, o incentivo, a participação dos governantes na empreitada de promover benefícios para a sociedade. Esse incentivo refletiria benefícios também para os próprios governantes, pois se tornariam ainda mais respeitados e poderosos instrumentalizando o saber.

Aos membros do IHGB parecia, então, firmada a imagem de um monarca que incentivava o conhecimento desde sua tenra idade, mas que também receberia os benefícios desses conhecimentos acerca do país no principiar de seu governo. Um monarca, filiado as

¹⁶¹ Discurso do Presidente. Segunda Sessão Pública Aniversária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no dia 27 de novembro de 1840. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo II, 2ª ed. 1916. p. 576-577.

Letras e a Ciência, que provavelmente daria valor a instrução trazida por esses intelectuais sócios do IHGB e por outros brasileiros “ilustres”.¹⁶²

O conhecimento era necessário ao desenvolvimento da nação. Neste sentido, Antônio Baena compartilhava da mesma premissa. Ainda no prólogo de seu trabalho corográfico, ao reclamar a falta de dados sobre a população e dados exatos sobre a meteorologia, traduzia a situação da província quanto à ausência de conhecimentos científicos:

Porém o estado presente da massa dos conhecimentos científicos do Pará não habilita a prática destes e outros semelhantes trabalhos: é um Estado nascente aonde o horizonte das ciências se apresenta curto e ofuscado: ainda por ora não ilumina a Província em raio das luzes, com que as ciências e as boas letras já resplandecem no Norte do Continente da América em virtude de navegações mais fortunosas que as primitivas efetuadas pelos Europeus.¹⁶³

A província ainda apresentava um conhecimento científico incipiente para Baena, incapacitando-o para a realização de certos trabalhos, como já foi mencionado, sobre a população e o clima. Baena recorreu a noções do pensamento ilustrado para interpretar, ao seu modo, o mundo em que vivia e procurou descrever, explicar e até modificar, ao citar no *Ensaio Corográfico* a inserção de novas técnicas agrícolas, a situação da província. Para ele, ainda faltava o “raio das luzes”, que já despontava em outras regiões e que traria grandes benefícios e, principalmente riquezas.

Ao escrever sobre a importância de realizar o trabalho corográfico, Baena afirmava que o principal objetivo com o esboço da província era o de servir como fundamento à organização de “um Cadastro completo do Império do Brasil”. Entretanto, era objetivo de Baena, como foi verificado na sua obra corográfica, expor ao Império brasileiro os artigos descritivos, físicos e políticos; dar uma idéia geral das instituições políticas e religiosas; dos “interessantes” ramos da história natural, que integravam a província paraense.

Portanto, a obra estava endereçada ao Império brasileiro, para servi-lhe de fundamento e compor o grande quadro da nação. Desta forma, a obra insere-se num projeto de conhecer as particularidades a fim de completar o todo nacional, como já foi dito, convergindo os interesses do IHGB e do poder político.

¹⁶² Em 1838, na sessão pública da Academia Imperial de Medicina, foi recitado pelo Dr. Emilio Joaquim da Silva Maia, membro desta academia e sócio do Instituto, o Elogio Histórico de José Bonifácio de Andrada e Silva. Na presença do imperador, foi enfatizado que o mesmo iria reconhecer posteriormente o modelo que havia sido José Bonifácio em sua instrução. Cf. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo I, 2ª série. 1846. p. 116-140.

¹⁶³ Baena, 2004, p. 15.

A monarquia privilegiava a construção de uma memória que perdurasse a tradição de um gradual processo civilizatório, desenvolvido a partir da colonização portuguesa. Neste sentido, a produção historiográfica do IHGB não buscou uma ruptura com o passado colonial. Esta monarquia se inscreve numa perspectiva de construção da identidade nacional unificada, desejando algo que pudesse estabelecer elos fortes, difíceis de romperem-se frente às tentativas de fragmentação política e desmembramento territorial. Esse algo, talvez o elemento comum, a linguagem compreensível e irrefutável em todas as províncias, fosse o próprio passado colonial português e a herança cultural legada.

Portanto, era na figura do monarca que havia o investimento das elites locais para simbolizar a união entre as províncias na vastidão do território. Além do mais, a herança histórica e as próprias conformações espaciais do Brasil pareciam servir de elo para evitar a separação e as possibilidades de autonomia política das províncias, criando um sentido de pertencimento para a sociedade em um vasto e tão diverso território.

2. A Revista do IHGB e as publicações do sócio correspondente do Pará

Fonte importante para adentrar nas discussões ocorridas no IHGB, a Revista trimestral torna-se, portanto, imprescindível para investigação dos projetos que despertavam interesses no período analisado. Também chamada de *Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, a Revista teve seu primeiro volume editado em 1839, trazendo em seus subseqüentes volumes a reprodução de obras dos sócios; avaliações das mesmas, intituladas Juízos; manuscritos compilados; biografias; Memórias; correspondências lidas nas sessões realizadas; premiações de trabalhos; discursos.

As atividades regulares do Instituto ganharam as páginas da Revista logo em sua primeira edição. A primeira Revista trazia as características do Instituto recém inaugurado, contendo artigos sobre sua criação e seus estatutos, onde foi exposto um programa histórico intitulado *O Instituto Historico e Geographico Brasileiro é o representante das idéas de ilustração, que em diferentes épocas se manifestaram em o nosso continente*¹⁶⁴, escrito pelo Visconde de S. Leopoldo, então presidente da associação. Havia, portanto, uma preocupação em caracterizar a instituição, definir seu perfil e sua missão.

A Revista circulava no cenário nacional, mas percorria instituições fora do Brasil. O IHGB mantinha contatos com academias e sociedades européias como Instituto Histórico

¹⁶⁴ *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo I, 3ª ed. 1908.

de Paris, a Academia Real das Ciências de Lisboa, a Sociedade de Geografia de Paris, a Sociedade Real dos Antiquários do Norte, na Dinamarca, e nesses contatos e correspondências recíprocas, muitos documentos eram ofertados entre as associações e principalmente, exemplares da Revista, contendo, principalmente, as publicações nacionais, com temas diversos.

Manuel Guimarães (1988) destaca três grandes temas comumente abordados, a saber, a questão indígena; as viagens e explorações científicas e o debate em torno da história regional.¹⁶⁵ Quanto ao indígena, Francisco Adolfo Varnhagem, em 1841, propôs a criação de uma seção de etnografia, devido à necessidade de se estudar a língua indígena para, conforme suas palavras, “se conhecer bem o Brasil e a sua história”.¹⁶⁶ Somente em 1847 foi criada a seção de arqueologia e etnografia.

A publicação constante da Revista, através do IHGB, é uma rica fonte para inúmeros estudos acerca da produção intelectual do Brasil a partir do século XIX. Esse espaço de produção historiográfica e geográfica, portanto, é vastíssimo. Muitos sócios mantinham regular contato com o Instituto no início de suas atividades, como foi o caso do sócio correspondente do Pará Antônio Ladislau Monteiro Baena, considerado ativo membro por suas produções e contatos com a associação, como apontou o então secretário do Instituto.

Segundo o secretário Januário da Cunha Barbosa, Baena tinha dado provas de sua instrução na história e geografia da província paraense, enviando seus trabalhos ao Arquivo e a Biblioteca do Instituto. É no cenário do Império brasileiro que verificamos a produção de Antônio Baena, circulando entre muitos escritores, especialmente arrolado como um daqueles, entre Pero Vaz de Caminha, Pero de Magalhães Gandavo, Inácio Accioli de Cerqueira e Silva e Varnhagen, que “tem escrito sobre coisas do Brasil [...] abrilhantando em certos pontos com preciosos escritos, que honram assim a nossa pátria [...]”.¹⁶⁷ E, participar das publicações do IHGB era uma forma de reconhecimento social e pertencimento desses letrados ao meio acadêmico.

Após o *Ensaio Corográfico*, várias foram as produções elaboradas por Baena. No entanto, abordarei neste capítulo alguns de seus trabalhos que compuseram a Revista do IHGB e como se efetuava a relação desses escritos ante ao perfil da Instituição durante a primeira metade do XIX. Partindo de 1839, ano de primeira publicação e ano também em que Baena se torna sócio correspondente do Instituto, iniciando o envio de suas produções,

¹⁶⁵ Guimarães, op. cit.

¹⁶⁶ *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo III. 1841. p. 62.

¹⁶⁷ *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo II, 3ª ed. 1916. p. 584.

estendo a pesquisa até o período de 1850, quando de seu falecimento, onde esteve encaminhando sua última obra ainda em vida, ainda com desejo na instrução pública e nos debates dentro da instituição.

No período de 1839 a 1850, divido as produções de Baena, as quais serão abordadas adiante, partindo do ano de suas publicações na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro:

- | | |
|-----------------------------|----------------------------------|
| 1. Biografias..... | Anos de Publicação: 1840 e 1841; |
| 2. Monumento Público..... | Ano de Publicação: 1841 |
| 3. Memórias Publicadas..... | Ano de Publicação: 1841; |
| 4. <i>Observações</i> | Ano de Publicação: 1843; |
| 6. Estradas..... | Anos de Publicação: 1845 e 1848. |

2.1. Biografias

Ensinar para o futuro e servir a pátria eram motivações que aparecem nas obras de Antonio Baena. Sua preocupação com o território brasileiro, estendia-se também em tornar público a vida de ilustres homens que serviram ao bem da pátria, escrevendo-os nas páginas da história, para que por mais que os Impérios passassem, os monumentos desaparecessem, as proezas dos antigos heróis ficassem salvas na memória da nação.

É neste sentido que a seção intitulada *Biografia dos Brasileiros Ilustres pelas Ciências, Letras, Armas e Virtudes e Etc* trazia a cada volume a vida de personagens, considerados dignos de serem lembrados, perfilando as páginas da Revista, e aptos a alcançarem admiração da esfera pública através de seu exemplo. A biografia acabava assumindo um papel pedagógico.

O IHGB, portanto, selecionava e produzia a biografia dos considerados grandes vultos do Império brasileiro, os “brasileiros ilustres”, noção das academias iluministas. Segundo Armelle Enders (2003), a Europa no século XIX mostrava o interesse pelo culto aos chamados grandes homens, principalmente após o declínio da monarquia e o fortalecimento das nações. Enders (2003, p. 03), portanto, afirma que esse cidadão “ilustra a excelência do homem comum, ‘o indivíduo amável’, sábio ou legislador *doublé* de pai de família realizado”. A história almejada pelo Instituto estava veiculada a imagem dos vultos e grandes personagens, que deviam ser homenageados como verdadeiros heróis da pátria.

A importância desses indivíduos era justificada por terem honrado a nação e serem brasileiros, aqueles nascidos na pátria. A pátria, neste aspecto, aproxima-se da

definição de filhos da terra, significativa característica nacional. Alguns brasileiros recebiam suas vidas narradas através da Revista. No entanto, a Revista não era o único espaço de publicação das biografias. Várias obras ao longo do século XIX figuraram na perspectiva biográfica, defendendo a fuga do esquecimento e da ingratidão dos homens do presente quanto ao seu passado. Na tabela adiante podemos observar os biografados que tiveram seus nomes arrolados entre os “ilustres brasileiros”, ainda que não o fossem por nascimento, mas assim foram considerados pelo grande préstimo que tiveram para com a pátria.

Tabela 02: Seção de Biografias e Elogios Históricos

Ano	Biografias	Elogios Históricos
1839	<ul style="list-style-type: none"> - José Basílio da Gama (sem autor) - José da Silva Lisboa-Visconde de Cayru (através da Memória escrita pelo filho Bento da Silva Lisboa, sócio efetivo) - José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho (por Januário da Cunha Barbosa) - Monsenhor José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo (por Januário da Cunha Barbosa) 	<ul style="list-style-type: none"> - Marechal Raymundo José da Cunha Mattos (recitado pelo orador do Instituto Pedro de Alcântara Bellegarde) - Major Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde (pelo orador do Instituto Pedro de Alcântara Bellegarde, irmão)
1840	<ul style="list-style-type: none"> - João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho (por Januário da Cunha Barbosa) - Doutor padre Antonio Pereira de Souza Caldas (por Januário da Cunha Barbosa) - José Monteiro de Noronha (por Antônio Ladislau Monteiro Baena) - Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha (por Antônio Ladislau Monteiro Baena) - D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (por Francisco Adolpho Varnhagem) - Conselheiro Balthazar da Silva Lisboa (pelo sócio efetivo Bento da Silva Lisboa) - Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira (a partir de um 	<ul style="list-style-type: none"> - Conselheiro Balthazar da Silva Lisboa (pelo orador Pedro de Alcântara Bellegarde) - Padre Mestre Fr. José Marianno da Conceição Vellozo (pelo sócio Manoel Ferreira Lagos) - Dr. José Pinto de Azeredo (pelo Dr. Emilio Joaquim da Silva Maia)

	Elogio de Manuel José Maria de Costa e Sá, sócio, por Rodrigo de Sousa da Silva Pontes)	
1841	<ul style="list-style-type: none"> - Salvador Corrêa de Sá e Benevides (por F. A. Varnhagem, complementada no Tomo 5) - D. Rosa Maria de Siqueira (Por Joaquim Norberto de Souza Silva) - D. Maria Ursula de Abreu Lencastre (por Joaquim Norberto de Souza Silva) - Gregório de Mattos (por Januário da Cunha Barbosa) - Dr. Manoel Ignácio da Silva Alvarenga (por Januário da Cunha Barbosa) - D. Romualdo de Sousa Coelho (por Antônio Ladislau Monteiro Baena) - José Joaquim Carneiro de Campos (por Januário da Cunha Barbosa) 	- Membros do Instituto falecidos no 3º ano acadêmico (sete sócios falecidos, recitado pelo sócio efetivo Thomaz José Pinto de Serqueira)
1842	<ul style="list-style-type: none"> - Clemente Pereira de Azeredo Coutinho e Mello (por Januário da Cunha Barbosa) - José Eloy Pessoa (por Ignacio Accioly de Cerqueira e Silva) - <i>Ararigboba</i> - depois Martim Affonso (por Januário da Cunha Barbosa) - Domingos Caldas Barbosa (por Januário da Cunha Barbosa) - D. Joaquim Justiniano Mascarenhas Castello-branco (extraída das Memórias históricas de Monsenhor Pizarro) - Bernardo Vieira Ravasco (extrato da Biblioteca Lusitana do Abade Diogo Barboza Machado) - Dr. Manoel Ferreira da Camara Bitancourt e Sá (por J. F. Sigaud) 	- Francisco Agostinho Gomes (pelo orador Diogo Soares da Silva de Bivar)
1843	<ul style="list-style-type: none"> - Jorge de Albuquerque Coelho (Biblioteca Lusitana) - Fr. Francisco Xavier de Santa Thereza (por Diogo Barbosa) 	- Recordação memorável das pessoas ilustres que serviram a glória <i>d'este</i>

	<ul style="list-style-type: none"> - João Fernandes Vieira – o Castrioto Luzitano (Panorama) - Brigadeiro Ignácio de Andrade Souto Maior Rendon (por F. A. Varnhagem) - Martim Affonso de Sousa (por F. A. Varnhagem) - Dr. Francisco de Mello Franco (por José Martins da Cruz Jubim) - Dr. Gaspar Gonçalves de Araújo (por F. A. Varnhagem) - Pero Lopes de Souza (por F. A. Varnhagem) - Ten. Gen. José Arouche de Toledo Rendon (por Manoel Joaquim do Amaral Gurgei) - Cônego Gaspar Ribeiro Pereira (Memórias do Monsenhor Pizarro) - Pedro Álvares Cabral (bibliotecas) 	<p><i>paiz</i> até a época de 1710, feita pelo falecido Baltazar da Silva Lisboa.</p>
1844	<ul style="list-style-type: none"> - José de Sá Bitancourt Accioli (por Ignácio Accioly de Cerqueira e Silva) - Conselheiro Henrique de Walenstein (por Januário da Cunha Barbosa) - Pero Lopes de Sousa (por F. A. Varnhagem) - Epítome da vida do padre Antonio Vieira (Roquete) - Brig. Manoel Ferreira de Araújo Guimarães (por Antonio Joaquim Damazio) - Francisco de Brito Freire (por Diogo Barbosa Machado) - João Baptista Vieira Godinho (copiada da “Minerva”, n. 14) - Cônego José de Sousa Marmelo (copiada das Memórias do Monsenhor Pizarro) 	<p>- Elogio dos sócios finados do Instituto neste 6º ano acadêmico, recitado pelo sócio efetivo Manoel de Araújo Porto Alegre.</p>
1845	<ul style="list-style-type: none"> - Christóvão Colombo (por Theogène Page, oficial de marinha, traduzido pelo bispo do Pará D. José Affonso de Moraes Torres) - D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho (por 	

	<p>J. J. P. Lopes)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Diogo Arouche de Moraes Lara (por J. J. Machado de Oliveira) - Fr. Francisco de Santa Thereza de Jesus Sampaio (<i>Ostensor Brasileiro</i>) - Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio (Biblioteca do Porto) - Manoel da Nóbrega (por Ignácio Accioly de Cerqueira e Silva) - José de Anchieta (por Ignácio Accioly de Cerqueira e Silva) - José Borges de Barros (Biblioteca Lusitana) 	
1846	<ul style="list-style-type: none"> - José Bonifácio de Andrada e Silva (extraído do Elogio histórico do Dr. Emílio Joaquim da Silva Maia) - Fr. José de Santa Rita Durão (por F. A. Varnhagem) - Joaquim Francisco do Livramento (por Joaquim Gomes de Oliveira Paiva) - Eusébio de Mattos (por F. A. Varnhagem) 	
1847	<ul style="list-style-type: none"> - Antonio José da Silva (por F. A. Varnhagem) - Manoel Botelho de Oliveira (por F. A. Varnhagem) - Vicente Coelho de Seabra (por F. A. Varnhagem) - Márquez de Paranaguá (por Candido Baptista de Oliveira) - Visconde de Pelotas - Patrício José Corrêa da Camara (sem autoria) 	
1848	<ul style="list-style-type: none"> - João de Brito e Lima (por F. A. Varnhagem) - Fr. Manoel de Santa Maria Itaparica (a partir dos “Apontamentos biográficos sobre a vida de vários brasileiros ilustres feito por Balthazar da Silva Lisboa”) - Padre Francisco de Sousa (os mesmos “Apontamentos de Balthazar da Silva Lisboa”) - D. Clara Filippa Camarão (por Joaquim Norberto de Sousa Silva) 	

	- Fr. Francisco de São Carlos (por J. M. Pereira da Silva)	
1849	- Thomaz Antonio Gonzaga (sem autoria) - Sebastião da Rocha Pita (por J. M. Pereira da Silva) - Cláudio Manuel da Costa (por J. M. P. da Silva)	
1850	- Fr. Christovão da Madre de Deus Luz (Biblioteca Lusitana) - Fr. Ignácio Ramos (Biblioteca Lusitana) - Bento Teixeira Pinto (por Joaquim Norberto da Sousa e Silva) - Bento Teixeira Pinto (Artigo II) (Para explicação) - Thomaz Antonio Gonzaga (por F. A. Varnhagem) - Ignácio José de Alvarenga Peixoto (por F. A. Varnhagem) - Chefe índio <i>Quoniambebe</i> (redação)	

Fonte: *RIHGB*, Rio de Janeiro, 1839-1850.

Foram várias as biografias e Elogios históricos feitos pelos sócios do Instituto. O Elogio estava atrelado às reuniões de aniversário do Instituto, falando de sócios que haviam falecido no respectivo ano das atividades do IHGB. Pelas palavras de um de seus sócios, executava-se uma “homenagem à memória de varões ilustres”. Tinha como característica homenagear perante um auditório àqueles que serviram ao Instituto e a pátria. Já as biografias faziam parte de uma seção regular da Revista e foram encontradas em todos os anos pesquisados, inclusive no primeiro volume do periódico, conforme pode observar na tabela acima.¹⁶⁸

Ao observar as produções dos sócios, encontramos Baena em paridade com outros escritores. Entre as biografias que revelam seus autores, Varnhagem esteve em destaque, apresentando 15 biografados, seguido de 11 biografias de autoria de Januário da Cunha Barbosa. Depois deles, José Norberto da Silva e Ignácio Accioly Cerqueira e Silva apresentaram 04 biografados, cada um, e Antônio Baena e J. M. Pereira da Silva foram

¹⁶⁸ Em relação aos Elogios Históricos, eles foram freqüentes até 1844. Após esse ano, não foram mais publicados na Revista. O que teria ocasionado tal procedimento? Questão para melhor aprofundamento. Contudo, faz-se mister salientar, como aponta Bernardo Ricupero, que as sessões de aniversário do Instituto foram suspensas no período de 1847 a 1851, devido a febre amarela no Rio de Janeiro. Muitos Elogios eram recitados justamente nesse tipo de sessão. Cf. Bernardo Ricupero, op. cit., p. 113-151.

responsáveis por 03, cada um. Os demais sócios apresentaram autoria em duas ou uma biografia.

As biografias, portanto, eram de autoria dos sócios do Instituto, mas também extraídas de jornais, bibliotecas e de outras obras que chegavam até a Comissão de Redação da Revista para serem selecionadas. Em menor número, temos biografias publicadas sem a autoria dos biógrafos.

Cabia a Redação da Revista efetuar a seleção dos biografados. Em alguns casos, utilizava notas explicativas para justificar a escolha de um referido nome arrolado como “brasileiro ilustre” na seção. Vejamos a explicação dada pela Redação da Revista para a seleção do português João Fernandes Vieira, “o Castrioto Luzitano”:

O Instituto publicará também as biografias de varões ilustres que posto não sejam brasileiros por nascimento, todavia o são por *acções* gloriosas, e por haverem passado grande parte de sua vida *n'este paiz*. Os serviços por *elles* prestrados aqui *commendam* sua memória à veneração dos brasileiros.¹⁶⁹

A nota acima, logo na primeira página da biografia de João Fernandes Vieira, o redator explicou o que parecia uma contradição: um português na seção dedicada a brasileiros. Porém, mesmo não sendo brasileiro por nascimento, o mencionado português o era por “ações gloriosas” e pelo tempo de vida no país. Portanto, sua vida figurava como exemplo de instrução pública.

Em outra nota explicativa, o redator enfatizava a importância de biografias de mulheres que honraram a história, destacando-se por suas “ações gloriosas”, assim como o exemplo português. Portanto, esclareceu aos leitores:

Não será ingrato aos leitores em nossa Revista os nomes e feitos *d'algumas distinctas* Brasileiras, que honram as páginas da nossa historia. Pede a justiça que teremos a luz *acções* gloriosas, que levem ao conhecimento do mundo as senhoras que as praticaram: *ellas* devem *occupar* o mesmo *distincto* lugar que *occupam* os varões afamados por *letras*, armas e virtudes, etc.¹⁷⁰

Esta nota refere-se à biografia de D. Rosa Maria de Siqueira. Segundo seu biógrafo Joaquim Norberto de Souza Silva, ela lutou contra corsários argelinos na costa de Lisboa em 1714, conquistando a batalha contra os mouros e defendendo “a fé em Cristo”. Interessante, contudo, destacar que apesar da importância dessas “distintas brasileiras” explicitada pelo redator da Revista, do total das 75 biografias publicadas no período

¹⁶⁹ *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo V, 3ª ed. 1886. p. 88.

¹⁷⁰ *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo III. 1841. p. 222.

analisado, apenas 03 foram sobre a vida de uma mulher e todas elas sob a autoria do mesmo biógrafo, Joaquim Norberto da Souza Silva.

Ainda há muitas questões inquietas sobre as biografias expostas em todos os tomos da Revista. Seria interessante analisar detalhadamente o que constituía singular apreço para o Instituto a vida de cada um desses biografados. Por que escolhê-los como modelos de instrução pública? Posso ao menos sugerir que neles seus autores viam a vida e a pátria interligadas, reunindo diferentes épocas vividas de seus biografados a serviço da época presente dos próprios autores, sócios do Instituto.

Geraldo Mártires Coelho (1981) afirma que a biografia foi um gênero muito explorado pelo Instituto, sendo através dela concebida a história do Brasil a partir de figuras da classe dominante. Pessoas que exerciam atividades na vida econômica, política, religiosa e intelectual do país.¹⁷¹ Através desse tipo de produção, pretendia-se, assim, evidenciar o papel desses “ilustres” como aqueles que fizeram a história do país.

Antônio Baena foi o autor de dois “Elogios Históricos” sobre José Monteiro Noronha e Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, que posteriormente tornaram-se parte da seção dos “Brasileiros Ilustres” da Revista, sendo responsável pela biografia de D. Romualdo de Sousa Coelho também publicada na Revista. Além das publicações na Revista, Baena elaborou a biografia de seu filho João Sanches Monteiro Baena.¹⁷²

Na intitulada seção *Biographia dos brasileiros distintos por letras, armas, virtudes, etc.* de 1840, Baena ao escrever sobre de José Monteiro Noronha (1723 – 1794), este “prestante brasileiro”, nascido em Belém, destacou-o por seu “tão grande crédito literário”, cujas primeiras atuações foram em funções jurídicas. Após a morte de sua “respeitável” mulher, que assim foi enfatizada por Baena por ter instruído sabiamente as suas filhas com as virtudes e a inocência contra os “exemplos de estolida malignidade”, Noronha ingressou no mundo eclesiástico. Especialmente foi relatado que em função de seus “talentos e virtudes”, ele teria alcançado a carreira eclesiástica.

¹⁷¹ Neste sentido, ver: Geraldo Mártires Coelho. *História e Ideologia: o IHGB e a República (1889-1891)*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1981.

¹⁷² Baena acreditava no estilo biográfico como perpetuador da memória. Para não ficar sujeito ao esquecimento da sociedade paraense, Baena publicou os escritos de seu falecido filho João Sanches, juntamente com algumas notas acrescidas. Na introdução da biografia, Baena abordou a formação da mocidade paraense no século XVII. Neste sentido, ver: Magda Ricci. *Os dezesseis letrados do dezoito: os círculos intelectuais do Grão-Pará na segunda metade do século XVIII*, 2003. Sobre a biografia de João Sanches, ver: Antônio Ladislau Monteiro Baena. *Biographia de João Sanches Monteiro Baena, escrita por seu pai Antonio Ladislau Monteiro Baena*. Pará: Typografia de Santos Menor, 1848. A referida obra não será objeto do presente estudo.

Uma das virtudes acentuada por Baena em José Monteiro Noronha foi sua utilidade ao conhecimento da província paraense, através de um trabalho¹⁷³, resultado de suas viagens. A obra¹⁷⁴, organizada como um roteiro de navegações da cidade do Pará ao interior da província e que ainda não havia sido publicada, foi caracterizada por seu biógrafo como “a primeira, senão única obra, em que um Paraense dá noções da Geografia de tão vasta Província”, merecendo vir a “luz pública”.¹⁷⁵

Noronha foi considerado, portanto, zeloso no bem às almas, reformador de costumes, guia dos interesses da religião, mantenedor da decência dos templos e da santidade do culto, atuando entre os párocos com louvores àqueles que se mostravam zelosos e “pungindo a tibieza dos que menos cuidados deixavam [sic] perder-se a disciplina e devoção”.¹⁷⁶ Teria arriscado a própria vida nas visitas as povoações.

Após sua transferência da Vigaria Geral do Rio Negro para a do Pará, atuou em diversos cargos eclesiásticos até a função de Vigário Capitular, onde a elevação a certos cargos demonstrava as dignidades que eram conferidas, em vida, a José Monteiro Noronha. Seus sermões foram apontados por Baena, como dignos de instruir os povos, visto que edificava os ouvintes com as “doutrinas proficuas”. O lamentar de Baena foi, no entanto, a ausência desses sermões, os quais poderiam acrescidamente honrar o ilustre biografado.

Honra, contudo, que lhe era prestada por ter se aplicado ao estudo e ao trabalho na província paraense, constituindo um exemplo de brasileiro que dedicou à própria vida ao ensino da religião entre povoações distante e na própria cidade de Belém. Desta forma, para Baena, ele possuía características dignas para estar servindo como exemplo a muitos, ensinando com sua trajetória acerca das virtudes que devia ter todo aquele que quisesse ser um “brasileiro distinto”.

Outra biografia foi seguidamente apresentada na Revista, de autoria de Antônio Baena. Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha (1769 -1811), nascido em Barcelos, comarca do Rio Negro, recebeu das penas de Baena seus dias biografados. Sua ascendência foi considerada distinta e um das mais honestas. Para justificar essa afirmação, Baena apontou os cargos ocupados pelo pai e avó materno de Tenreiro Aranha no Pará.

¹⁷³ Sobre este trabalho ao qual Baena se remetia, ver: José Monteiro de Noronha. *Roteiro da viagem da cidade do Pará até as últimas Colônias dos Domínios Portuguezes em os Rios Amazonas e Negro*. Lisboa: Typ. da Academia Real das Sciencias, Tomo VI, 1856.

¹⁷⁴ Arthur Cezar Ferreira Reis considera que a geografia da província paraense encontrou verdadeiro cultor através desta obra de Noronha. Cf. Arthur Cezar Ferreira Reis. *O estudo da terra e o homem. A política de Portugal no Vale Amazônico*. Belém: SECULT, 2ª ed., 1993, p. 89.

¹⁷⁵ *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo II, 3ª ed. 1916. p. 261.

¹⁷⁶ *Ibidem*, p. 260.

Tenreiro Aranha dedicou-se ao estudo das Letras, após ter passado certo período na roça, local de solidão e de desperdício de seus talentos, de acordo com Baena. José Monteiro de Noronha, padrinho de Tenreiro Aranha, lhe “favoreceu” o desígnio de aplicar-se aos estudos no Convento de Santo Antônio. Ao casar-se, passou a viver numa fazenda, dedicando-se a vida rural e ao estudo das Letras. Esse “retiro” de Tenreiro Aranha não era útil à pátria e, em decorrência desta convicção, o governador e capitão general Martinho de Sousa e Albuquerque o nomeou Diretor da Vila de Oeiras.

Aplicado no exercício público, Tenreiro Aranha recebeu “honroso conceito”, porém foi vítima de maquinações e injustiças, regressando ao campo. Somente com a vinda de Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos, ele voltaria a atuar na vida pública, sendo desta forma “útil” e não desperdiçando seus talentos, o que para Baena constituía importante atuação.

Tornou-se importante para seu biógrafo anunciar os talentos que lhe granjearam o título de brasileiro distinto. Esses talentos giravam na órbita dos escritos produzidos. Uma *Ode Horaciana* a Martinho de Sousa e Albuquerque; uma *Oração* pelo nascimento de D. Maria Isabel, infanta de Portugal; poesias; sonetos; dramas; entre outros. A *Oração*, que foi recitada, demonstrava os “liberais sentimentos” de Tenreiro Aranha, onde “as vantagens das *monarchias* justas, fundadas na equidade e na razão, dirigidas por leis, e consagradas pela religião [...]”.¹⁷⁷

Para Baena, as obras de Tenreiro Aranha, entre elas poesias, cantatas, dramas, abordando diversos temas, mas principalmente a monarquia, manifestava o seu brilhante e sublime patriotismo. Consoante seu biógrafo, ainda que Tenreiro Aranha não tivesse vivido a Independência, parecia indicá-la em suas obras, preconizando o futuro da pátria. Era, portanto o envolvimento com a pátria, na carreira missionária e no exercício público, que conferia o *status* de ilustres indivíduos. Não só o fato de ter nascido no espaço físico chamado Brasil justificava uma biografia, porém um dos principais motivos era ter contribuído, especialmente, com suas produções, quer fossem sermões, obras geográficas, poesias. Era necessário, portanto, produções que fossem aceitas como verdadeiras composições da história e da geografia da pátria brasileira.

Na 66ª Sessão do Instituto, em 01 de julho de 1841, sob a presidência de José S. Rebello, foram lida as cartas de alguns sócios, entre eles, uma carta de Antônio Baena, onde ofertava um trabalho de sua autoria intitulado *Biographia de D. Romualdo de Sousa Coelho*,

¹⁷⁷ *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo II, 3ª ed. 1916. p. 265.

Bispo do Pará. O Instituto, em sessão, votou que se fizesse o agradecimento por esta oferta, sendo a biografia remetida a Comissão de História, na qual era avaliada se a produção do sócio seria ou não publicada. A decisão tomada foi pela publicação da biografia ainda no mesmo tomo da Revista.

Nascido em Vila Viçosa de Santa Cruz de Cameté, D. Romualdo de Sousa Coelho (1762-1841), tinha ascendência das mais “apreciáveis”, ditava assim Baena. A narração da vida de Romualdo de Sousa Coelho ocupou maior detalhamento por parte das penas do biógrafo. Narrando a educação eclesiástica recebida por Romualdo Coelho na sua tenra idade, Baena vai descrevendo sua faculdade intelectual, tanto por sua natural aptidão como pelo seu afincamento nos estudos, ornando-o de méritos.

Minuciosamente o biógrafo vai relatando as missas rezadas e os cargos exercidos, sem deixar de mencionar o contato do clérigo com a monarquia, condecorado por D. João VI, em 1817, com a insígnia da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, além de ressaltar a participação de Romualdo Coelho como um dos deputados do Pará na Corte portuguesa em 1822.

Mesmo em meio às convulsões sociais da província¹⁷⁸, Baena afirmou que o bispo manteve sempre suas virtudes sociais e cristãs, prestadas ao bem da religião e da pátria, sendo sua administração religiosa também motivo de louvor. A última missão do bispo pareceu não ter sido a mais fácil para o biógrafo. O bispo teria falado, portanto, aos:

[...] ferinos rebeldes, que *senhoravam* a cidade desde Agosto de 1835: na primeira rogou a esses embrutecidos, delirantes filhos de uma terra meiga, que a entregassem ao Presidente mandado pelo Governo Imperial, *promettendo* exorar *amnistia*: e na segunda implorou com um Crucifixo nas mãos e com assíduas lágrimas que abandonassem o intento de *abraçar* a cidade, e dessem assim termo aos *lugubres* clamores, que rompiam os *ceos*.¹⁷⁹

Neste trecho, Baena acaba expondo também o seu olhar sobre os participantes da movimentação cabana, adjetivando-os como “ferinos rebeldes”, “embrutecidos”, “delirantes filhos”. E é em meio a eles, que a última atuação de D. Romualdo de Sousa Coelho foi narrada por Baena, mencionando o ímpeto de dever e comoção - crucifixo e lágrimas – no derradeiro momento de vida do bispo.

De grande importância também eram as obras do bispo para a instrução pública, segundo seu biógrafo. Intitulada *Notícia das obras de D. Romualdo de Sousa Coelho, Bispo*

¹⁷⁸ Baena referia-se ao período da Cabanagem ocorrida na província paraense na primeira metade do século XIX.

¹⁷⁹ *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo III. 1841. p. 474.

do Pará, que viram a luz pública¹⁸⁰, a seção que seguiu após a biografia, trouxe algumas das obras do bispo, que teriam chegado ao conhecimento de Baena. Colocou, portanto, em evidência a vida de um religioso, que além de ensinar com a vida, ensinava com as palavras deixadas.

Os três biografados estavam associados ao mundo religioso e produziram obras. Ao estudar a historiografia do século XIX produzida por autores locais, como Baena, Aldrin Figueiredo (2000) enfoca a visão de Baena sobre a atuação jesuítica no Pará, porém na *Representação ao Conselho Geral da Província do Pará sobre a especial necessidade de um novo regulamento promotor da civilização dos índios da mesma província*, escrita em 1831, preocupava-se com um plano para civilizar os indígenas, considerando a religião católica como a fonte de civilização da Europa.

A religião católica presente na vida desses homens fornecia embasamento necessário para que eles transmitissem a “civilização”, em especial aos indígenas, nos mais variados locais em que estiveram. Conforme Baena apontou na *Representação ao Conselho Geral*, não eram as armas que iriam conduzir os homens a civilização, mas sim a religião católica. Catolicismo que estava ligado ao Império brasileiro.

Portanto, o empenho desses três homens do Grão-Pará no avançar da civilização estaria relacionado ao ensino, ao envolvimento com as Letras, a defesa dos valores religiosos que tiveram em vida e que estavam prestando após a morte. Características valorizadas por Antônio Baena que nos apontam não apenas para a trajetória dos biografados, e sim para o próprio biógrafo como defensor das “virtudes” narradas, buscando manter acessa a memória de vidas e valores sociais.

2.2. Monumento Público

Aquilo que deveria ser lembrado. Parece ser este o lema presente nas obras de Antônio Baena. Biografias exemplares a fim de fornecerem instruções públicas. Memórias foram publicadas com o intuito de serem perpétuas lições diplomáticas, como será detalhada adiante. Além delas, a tarefa de fazer lembrar por mais um caminho de concreta materialidade: o monumento.

O monumento é considerado um tipo de material da memória coletiva por Jacques Le Goff (1996), “herança do passado” e em sua designação latina *monumentum* remete à

¹⁸⁰ RIHGB, Rio de Janeiro, tomo III. 1841. p. 475-477.

memória. Tendo, portanto, a característica de estreita relação com o passado, porém, igualmente relação com o presente em que está materializado. A leitura do monumento é a partir do presente que pode se voltar ao passado. Uma leitura com interesses sociais nem sempre compartilhados, compactuados, mas repleto de significados.

De acordo com Alberto Manguel (2001, p. 273), “a memória torna-se concreta em pedras e cunhagem: algo que sirva como lembrete e advertência, e algo que sirva como ponto de partida para pensamento ou ação. Todos os monumentos trazem tacitamente a inscrição: ‘Lembre-se e pense’”. O ponto de partida do monumento é o presente questionador. Trata-se, portanto, de inquietos questionamentos que desdobram diferentes posicionamentos sociais, constituindo assim significados para os sujeitos sociais.

Em 1841, o sócio efetivo Rodrigo de Sousa da Silva Pontes produziu um artigo em que dissertava quais eram os meios para alcançar o maior número de documentos relativos à história e geografia do Brasil. Elaborando suas conclusões, deixou claro, entre outros aspectos, a importância dos monumentos históricos para o Brasil:

[...] Eu conheço que poucos são na verdade os monumentos históricos do Brasil: mas por serem poucos não deixam *elles* de ter importância aos olhos de quem ama a história do seu *paiz*: e qual de nós poderia ver, por exemplo, sem vivo sentimento de interesse o obelisco restaurado no Pará pelo nosso digno sócio o Sr. João Antonio de Miranda, [...].¹⁸¹

Como documentos, os monumentos falavam de épocas do Brasil. Infelizmente, segundo Pontes, para compor a história do país não havia muitos desses “documentos relativos à História”, mas os que existiam eram de grande valor histórico. Pinturas, edifícios, estátuas, eram, portanto, considerados atestados do passado, prontos para serem lidos e conferirem inteligibilidade à pátria.

O monumento, mencionado por Pontes em seu artigo, tratava-se de um obelisco que havia sido construído em 1782. Na sua obra *Compêndio das Eras*, Baena explicava o que teria motivado o estabelecimento daquele monumento, porém não expôs grandes detalhes sobre o assunto. Em memória de um caso envolvendo o Frei João Evangelista Pereira e o Juiz de Fora José Justiniano de Oliveira Peixoto, o governador José de Nápoles Tello de Menezes, no citado ano, mandou levantar um obelisco de pau sobre um pedestal de pedra branca torneado de três degraus, com inscrições em latim, localizado na estrada para Nazaré.

¹⁸¹ Rodrigo de Sousa da Silva Pontes, op. cit., p. 151.

Segundo afirmações de Ernesto Cruz (1945), em “Um Monumento do século XVIII - O obelisco da Memória”¹⁸², o obelisco construído no século XVIII foi o primeiro monumento de Belém. Ele foi erguido numa praça cujo terreno era de propriedade de João Baptista Tenreiro Aranha, sendo a razão de sua instauração a reconciliação entre o então governador e capitão general do Grão Pará e Rio Negro, José de Nápoles Telo de Menezes e o Juiz de Fora, José Justiniano de Oliveira Peixoto.

Com mais detalhes sobre o caso, Ernesto Cruz (1945) aponta que a chegada do então governador e capitão general trouxe uma grande agitação social na cidade, sendo um acontecimento de grande repercussão. Todavia, a euforia da festa durou o tempo em que o governador brigou com o Juiz de Fora, destituindo-o do cargo, sob protestos do mesmo juiz. O povo teria se dividido e a “desarmonia tomou foros de escândalo”. No entanto, foi acertada a reconciliação, com o juiz retomando o seu cargo. Essa reconciliação teria sido tão agradável ao governador que este “resolveu recordá-la permanentemente” (CRUZ, 1945, p. 07), construindo um monumento.

Na obra corográfica¹⁸³, Baena fez menção que o dito monumento encontrava-se situado em um local, chamado lugar da Memória, na estrada de Nazaré. O nome desta localidade era justamente uma referência ao obelisco de pau, construído em 1782, do qual, por volta de 1833, só restava o pedestal. Portanto, o monumento caracterizava o lugar, para que o lugar remetesse ao monumento. E, nesta associação, a memória fazia parte de determinados interesses sociais, que selecionavam e buscavam determinar aquilo que não deveria ser esquecido, o que havia de ser guardado e pensado.

Sujeito ao tempo e a ação humana, o referido monumento, de acordo com as afirmações do responsável por sua restauração, sofreu descuidos, estragos feitos por “pretos lenhadores” que afiavam seus machados e facões no pedestal do dito monumento, tendo as inscrições deturpadas. O que o fez, entre outros problemas, destruir certas partes, conservando a configuração inicial para erigir das ruínas do antigo um novo obelisco em cumprimento a ordem do então governador João Antônio de Miranda.

Encarregado da instauração do obelisco da estrada de Nazareth, o então tenente coronel Antônio Baena, antes de retirarem os panos para apreciação do monumento enfim restaurado, prestava a *Conta* ao presidente da província paraense com as modificações e construções efetuadas. Essa *Conta* foi enviada ao IHGB, sendo publicada no ano de 1841, um

¹⁸² Ernesto Cruz. *Monumentos de Belém*. Belém: Oficinas Gráficas da Revista da Veterinária, 1945, V.1, p. 05-07.

¹⁸³ Baena, 2004, p. 212-213.

ano após a restauração, parecendo corroborar com as afirmações do sócio Rodrigo de Sousa da Silva Pontes sobre a importância do citado monumento, haja vista que o seu artigo foi publicado no mesmo volume da Revista. Assim, o IHGB pronunciava:

A Comissão de História foi presente a inclusa Conta que deu da instauração, ou antes da restauração do obelisco da estrada de Nazareth, deu Exmo. Ex-presidente da Província do Pará e nosso digno sócio Sr. João Antonio de Miranda, o nosso igualmente digno sócio o Sr. Antonio Ladislau Monteiro Baena: e a Comissão é de parecer que a mencionada Conta seja enviada à Comissão da redação da Revista Trimensal de História e Geografia. ¹⁸⁴

Erguia-se, então, em 1840, o obelisco de pau de angelim com cinquenta palmos de largura; com altura de “quarenta e dois palmos duas *pollegadas* e seis linhas sobre a face do plano do sitio”; pintado com tinta da cor semelhante à cantaria, cuja cor escolhida justificava-se por sua aparência e pela durabilidade; com aplicações de verniz e óleo para minimizar os efeitos naturais; e com inscrições em latim gravadas em ouro. A preocupação em fazer durar, evitando a destruição daquilo que fazia lembrar.

Todavia, não importava apenas recuperar o monumento, mas a apreciação dele requeria que seu entorno fosse ampliado. Neste sentido, a preocupação de Baena acabou estendendo-se na área envolta do obelisco, organizando um “terreiro redondo de doze braças de raio”, arborizando-o com laranjeiras e entre elas posicionando bancos “com encosto de madeira” a fim de proporcionar maior deleite àqueles apreciadores da arte e da natureza.

Terminada a instauração do obelisco e de seu entorno em 1840, Baena testemunhava sua satisfação pela execução da obra e, especialmente, por ter o então presidente da província deliberado sobre o monumento. Obra essa com o intuito de transmitir “á posteridade o seu *desvello* [do presidente da província] e gosto nas obras deleitáveis ao povo”. ¹⁸⁵ A administração provincial havia conferido destaque aos “ramos da força pública”, não sendo indiferente quanto às obras e os planos que os antecessores governantes legaram a sociedade.

O presidente da província, o tenente coronel e o desembargador, todos sócios do IHGB, concordavam na importância do monumento para a sociedade. Retirado das ruínas, ressurgia como um elo com o passado. O monumento falava, portanto, do passado, remetia a ele, servindo para instrução e apreciação dos paraenses. Todavia, ao ser elaborado, construído, reformado, o monumento possuía um texto, uma codificação, a ser lido e compartilhado

¹⁸⁴ *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo III. 1841. p. 126.

¹⁸⁵ *Ibidem*, p. 207.

socialmente. Porém, sua leitura não acarretava uma única interpretação nem era partilhada com os mesmos interesses.

O monumento congregava em si valores e utilizações diferenciadas para os sujeitos sociais. Alguns afiavam seus machados, empilhando feixes de lenha sobre a superfície. Outros destruíaam as inscrições gravadas. E, ainda havia aqueles, com certo poder de definição acerca da utilidade do monumento, que compreendiam e defendiam outra funcionalidade para ele, instaurando-o novamente e recolocando-o no lugar da Memória, de uma memória.

Após sete anos de sua instauração, o obelisco causou admiração. Em 1847, Paul Marcoy, viajante francês, esteve em Belém e relatou sua visita.¹⁸⁶ Impressionado com as pessoas, as cores, o cheiro da cidade, Marcoy percorreu as ruas em direção a Nazaré, e num caminho mais solitário espantou-se com uma “pirâmide”. Entusiasmado com a descoberta do monumento, dirigiu-se ao obelisco a fim de confirmar o que já havia lido. Quatro a três anos antes de chegar a Belém, quando esteve na biblioteca de Lima leu “uma *História do Pará*”, na qual narrava sobre a construção do obelisco. Essa era a história do Pará narrada por Antônio Baena. Marcoy, provavelmente, estava se referindo ao *Compêndio das Eras*, no qual Baena narrou o acontecimento em torno do obelisco.

Segundo Ernesto Cruz (1945), outro monumento que poderia ter sido um dos mais antigos de Belém foi pensado na década de 20 do século XIX, no entanto, seu projeto fracassou e não foi erigido. Essa proposta teria vindo do general José Maria de Moura que sugeriu levantar um monumento comemorativo da adesão da província paraense à revolta constitucionalista portuguesa. Todavia, a campanha nacionalista no bojo da Independência agitava a cidade, culminando no fracasso do projeto absolutista de monumento do referido general.

Ernesto Cruz (1945), entretanto, não faz menção à instauração que houve em 1840, sob a responsabilidade de Antônio Baena. É interessante observar que 18 anos após esta restauração, houve o parecer do então presidente Ambrósio Leitão da Cunha, comunicando as “proporções mesquinhas” e o arruinado estado do obelisco. Dessas conclusões podemos levantar algumas inquietações.

Por que proporções mesquinhas? Dezoito anos após sua re-inauguração, como estaria ele em relação à cidade? Como estava inserido na malha urbana? Possivelmente, por ter sido destruído, quebrado ou riscado já apresentava proporções diminutas. Já não cabia

¹⁸⁶ Paul Marcoy. *Viagem pelo Rio Amazonas*. Manaus: Biblioteca Virtual do Amazonas, 2004.

aquele presidente manter aquela memória. Já não lhe interessava tanto frente a outras obras, decidindo não restaurá-lo. Demolido em 1858, o obelisco suscitou outra interpretação no referido contexto. Não havia mais a preocupação iminente, que inquietou Baena, em ligar o passado ao presente por meio daquele monumento, da construção da memória, tão significativa à sua época e tão valorizada pelo tenente-coronel, bem como por outros sócios do IHGB.

2.3. Memórias publicadas: questões de limites territoriais da Província do Pará

O tema da memória foi recorrente no principiar do século XIX. Longe de tratar-se uma exclusividade do período, a construção de uma memória oficial constituiu o desejo político dos monarcas e da elite ilustrada. No âmbito de tantas conceituações e debates em torno da memória, utilizo o termo *Memórias publicadas*, para distinguir e focalizar um tipo de documento narrado e transcrito, presente na Revista do IHGB, que advogava um caráter científico. As Memórias, com *M*, foram escritas no intuito de serem perpétuas e utilitárias à pátria, especialmente aquelas que correspondiam a questões territoriais do Império.

Partes integrantes das publicações do IHGB, as Memórias possuíam diversos significados para os seus sócios e seguiam os moldes da Academia de Ciências de Lisboa.¹⁸⁷ Na falta de documentos referentes ao passado, a Memória era valorizada como testemunho de um determinado fato, lugar ou pessoa. Ao descrever a localidade, os costumes, as pessoas, as Memórias constituíam-se de grande valor documental, como uma fonte na busca do passado do Brasil e de sua natureza.

Na 45ª Sessão do IHGB, ocorrida em 17 de agosto de 1840, leu-se a carta de Baena, acompanhada de uma Memória, escrita por ele, sobre a questão do Oiapoque com os franceses. Remetia juntamente com esta Memória uma série de 39 documentos para comprovar as afirmações contidas no referido trabalho.¹⁸⁸ A obra intitulava-se *Memória sobre a intrusão dos franceses de Cayena nas terras do Cabo Norte em 1836* e foi encarregada pelo próprio Instituto.¹⁸⁹

¹⁸⁷ Iara Souza, op. cit.

¹⁸⁸ *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo II, 3ª ed. 1916.

¹⁸⁹ Essa obra não chegou a ser publicada na Revista. Sua publicação data de 1846, ver: Antônio Ladislau Monteiro Baena. *Discurso ou memória sobre a intrusão dos franceses de Cayena nas terras do Cabo Norte em 1836: escrita para ser apresentada ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil por Antonio Ladislau Monteiro Baena*. Maranhão: Typografia da Temperança, 1846.

Endereçando essa Memória aos sócios do IHGB, Baena objetivava demonstrar de quão longa data era a tentativa francesa de ocupação no Cabo Norte, atual território do Amapá. Desde o século XVII, o autor datava a “ambição” francesa em ampliar a Guiana, narrando cronologicamente os feitos administrativos do Grão Pará para impedir a ocupação e expondo as delimitações acertadas em Tratados.

O rio Oiapoque era o cenário para as muitas querelas entre franceses e portugueses ainda durante o domínio político português no Brasil. Constituído como limite territorial entre as duas colônias, o rio, como afirmava Baena, não constituía uma barreira intransponível contra as pretensões do “potente e inquieto vizinho”. A obra, portanto, procurou demonstrar as imprecisões francesas acerca do limite com as terras do Brasil, onde o autor almejava expor a “verdade” sobre a posse da área historicamente brasileira.

Tomando como objeto de estudo a Guiana Francesa, Arthur Cezar Ferreira Reis (s/d) ¹⁹⁰ destaca o acirrado e tenso contato nas áreas limítrofes do Brasil quanto ao intento de ingleses, holandeses, e especialmente franceses desde o período colonial. Vencidos os primeiros, o combate às tentativas francesas que cobijavam expandirem-se em direção ao rio Amazonas foi extenso.

Em momentos de agitações políticas tanto na Europa como na província paraense, acirrava-se ainda mais a questão das fronteiras. Com a Revolução Francesa em curso na Europa e o temor de sua repercussão na colônia francesa, medidas foram postas pelo então governador do Pará D. Francisco de Sousa Coutinho para assegurar as conformações territoriais, conforme nos aponta Arthur Cezar (s/d), e igualmente se verifica na *Memória* de Baena. A preocupação direcionava-se em manter a integridade do território brasileiro e conter a fuga de índios e escravos africanos para Caiena, que abandonavam o Pará. ¹⁹¹

Em 1836, um ano após a eclosão do movimento cabano na província paraense, a questão fronteira com a Guiana voltava a ser alvo de tensão. Segundo Baena, os franceses teriam abrigado “agradavelmente” os escravos e os “*adherentes* de Eduardo Angelim, Cabeceira dos Rebeldes”, os quais se mobilizaram em direção àquelas paragens por estarem convictos de que seriam bem acolhidos. Parecia estar claro para Baena que a ligação da

¹⁹⁰ Arthur Cezar Ferreira Reis. *Portugueses e franceses na Guiana Francesa*, s/d.

¹⁹¹ Desde o início do Setecentos, na área fronteira do Grão-Pará com a Guiana Francesa havia constante movimentação de escravos fugidos e formação de quilombos. Neste sentido, ver: Flávio dos Santos Gomes. Nas fronteiras da liberdade: mocambos, fugitivos e protesto escravo na Amazônia colonial. *Anais do Arquivo Público do Pará*. Belém: Secretaria de Cultura, 2(1): 125-152, 1996; e do mesmo autor, Fronteiras e mocambos: o protesto negro na Guiana Brasileira. Flávio dos Santos Gomes (org.). *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)*. Belém: Editora Universitária/ UFPA, 1999, p. 225-318.

colônia francesa com a movimentação, que perturbava a ordem imperial, concedia indícios de que a relação fronteiriça não era as das mais profícuas.

Ao tomar ciência da Memória sobre os franceses no Cabo Norte, o ministro dos Estrangeiros e vice-presidente do IHGB Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho encaminhou um ofício ao Instituto, que foi lido em sessão:

[...] Li com *atenção* a Memória sobre os limites do Império com a *Guyana Franceza*, que V.S. me *remetteu*, e foi *offerecida* ao Instituto Histórico e Geographico Brasileiro pelo Tenente Coronel Antonio Ladislao Monteiro Baena, residente na cidade do Pará. Achei no contexto do dito *escripto* cousas dignas de *atenção*, e que podem ser úteis para as negociações pendentes entre o Império e a França sobre a demarcação de limites dos dois Estados e por isso mandei *extrahir* uma cópia e guardar no *Archivo* desta Repartição, parecendo-me porém conveniente que se *addie* para época oportuna a publicação deste *escripto*.¹⁹²

Segundo o ministro, a obra tinha importância diplomática ao tratar as questões de limites entre o Brasil e a Guiana Francesa na região do Cabo Norte. A pretensão dos franceses nas terras do Cabo Norte não cessou com a devolução de Caiena à Guiana Francesa pelo Pará. Com a movimentação do período regencial na província paraense, a Cabanagem, ocorreu a penetração francesa nas terras brasileiras e o estabelecimento militar no ano de 1836.¹⁹³ Baena, portanto, procurava expor a conturbada manutenção da parte setentrional do Brasil, destacando o quanto ela era ambicionada por pretensões estrangeiras.

Com um tom de denúncia ainda contra as tentativas estrangeiras de ocupação de territórios brasileiros, outra Memória escrita por Baena foi enviada ao IHGB. A *Memória sobre o intento que tem os inglezes de Demerary de usurpar as terras ao oeste do rio Repunuri adjacentes a face austral da Cordilheira do Rio Branco para amplificar a sua colônia* foi publicada através da Revista no ano de 1841.

Sobre esta obra, estava presente no Relatório do presidente da província Bernardo de Sousa Franco apontamentos abordando a questão de limites com a Coroa Britânica. Segundo o presidente, ele procurava esforçar-se para neutralizar a ação do missionário inglês que estava nas terras do Império brasileiro, o qual alegava serem possessões inglesas, e “sustentar os direitos da Religião, e do *Throno* do Senhor Dom Pedro Segundo”¹⁹⁴, apontando ainda que a província estava enfrentado o desrespeito de estrangeiros que viviam

¹⁹² RIHGB, Rio de Janeiro, tomo II, 3ª ed. 1916. p. 426.

¹⁹³ Arthur Cezar Ferreira Reis. Os franceses pretendem o Amapá. In *A Amazônia e a cobiça internacional*. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 3ª ed.. 1968, p. 104-116.

¹⁹⁴ *Discurso recitado pelo Exmo., Snr. Doutor Bernardo de Souza Franco, Presidente da Província do Pará quando abriu a Assembléia Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1839*. Pará: Typographia de Santos & Menor, 1839, p. 03.

nas regiões limítrofes, posto “a guerra civil” enfrentada em algumas áreas da província paraense.

Contudo, Baena procurou mostrar detalhadamente através da Memória que a questão fronteiriça entre o Brasil e a colônia de Demerari e da localização de uma missão na região de Pirarara não condizia com a afirmação do presidente Bernardo de Souza Franco. O erro do presidente teria residido no fato dele ter consultado uma carta geográfica da América Meridional de autoria inglesa e imperfeita. Por isso, Baena apontava que:

Papéis [sic] que encerram semelhantes *inexactidões damnam* o interesse nacional, e *occasionam* meios de chicana a estrangeiros ávidos, que de ordinário sabem tirar partido das mínimas *circumstancias accidentaes*, e a quem tudo serve para *entenebrece* a matéria, erguendo debates arriscados, em que se perde tempo sem proveito, e que põem o negocio na borda do precipício.¹⁹⁵

O assunto da referida Memória estava sendo posto em discussão. Havia algo que inquietava o autor da Memória quanto à ocupação de áreas: os princípios de um dos ministros de Luís XV, o marquês d’ Argenson, o qual defendeu que as vias de enriquecimento de uma nação eram através das conquistas. Baena questionava, enfim, se tal postura ainda era válida naquele momento, pois parecia não acreditar que ainda perdurasse a posse da terra pela ocupação. Para ele, era preciso valer os Tratados firmados.

Certas terras do Brasil chamavam a atenção dos estrangeiros e Baena queria que elas também chamassem a atenção dos brasileiros. Interessante observar o seu posicionamento quando o assunto pautou-se na configuração territorial. Segundo ele, houve desejos de conceder terras brasileiras do norte para adquirir áreas na parte meridional, no entanto, esbarraram em opiniões contrárias, com as quais Baena concordava, daqueles que procuraram argumentar “não ser justo adelgaçar a cabeça do continente brasílico para lhe engrossar a cauda”.¹⁹⁶ A autoria desses projetos de modificações territoriais, discutidas por Baena, não foram reveladas nas suas obras.

A questão fronteiriça do Brasil com a Venezuela também recebeu atenção especial da parte de Baena, haja vista ter sido encarregado pelo presidente da província paraense José Thomaz Henriques de fornecer subsídios a missão diplomática a fim de estipular um tratado de limites entre os dois países. Não se tratava de uma Memória, de fatos já ocorridos, mas de argumentações e possibilidades de negociações futuras. Era exigido de Baena que discorresse sobre três pontos: posse do terreno entre o forte de Marabitanas e o forte venezuelano de S.

¹⁹⁵ Antônio L. M. Baena. Memória sobre o intento dos inglezes... *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo III. 1841. p. 330.

¹⁹⁶ Quanto a estas opiniões, por não se tratar do objeto da Memória, Baena não aprofunda a questão. *Ibidem*, p. 332.

Carlos, ocupação de povoados na área do forte e opinião sobre linha de fronteira mais vantajosa para o Brasil. Elaboradas as respostas oficiais ao então presidente da província, Baena enviou cópias ao IHGB em 23 de março de 1845, onde ficava exposta a preocupação com os limites e o objetivo de torná-los público, no âmbito dos debates institucionais.¹⁹⁷

Esses documentos formulados por Baena serviriam de base para a negociação diplomática. Instigante perceber que o confronto num debate sobre questões de limites tem nos rios, montes, cumes e outros acidentes geográficos, a delimitação de fronteiras que parecem configurar-se naturalmente, mas que, no entanto trata-se de fronteiras construídas através do discurso político e social.

O serviço à pátria e a glória do Instituto eram as motivações que afirmava Baena mover a elaboração dos seus trabalhos, querendo que os mesmos servissem a futuros historiadores para tratarem cuidadosamente de um fato, digno de manter-se em perpétua recomendação. As Memórias, e alguns documentos oficiais, dirigidas ao Instituto discursavam sobre os direitos territoriais historicamente definidos do Império naquelas possessões. Trazia ao bojo das discussões a importância de áreas do Pará altamente visadas por outras nações, como França, Inglaterra e Venezuela, compondo argumentos políticos de domínio sobre determinadas áreas geográficas.

A província paraense fora descrita por Baena em sua conformação política e territorial. Sua preocupação além de ressaltar as riquezas e potencialidades existentes no Pará, voltava-se também para as questões fronteiriças, constante ameaça de desintegrar algumas áreas da província, acarretando perdas para o próprio Império brasileiro de uma possessão tão “considerável” para Antônio Baena.¹⁹⁸

2.4. Observações: a “verdade” sobre a obra do padre jesuíta João Daniel

Antônio Baena preocupou-se não apenas em escrever o Pará, mas do mesmo modo inquietou-se com outros escritos que versaram sobre a então província. Com a circulação de partes da obra *Tesouro Descoberto no Máximo Amazonas* de João Daniel, padre jesuíta presente no Grão-Pará no século XVIII, através da Revista do IHGB, Baena

¹⁹⁷ *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo VII, 3ª ed. 1931. p. 319-326. Juntamente com as respostas oficiais sobre questão de limites territoriais, encontra-se a resposta sobre a conveniência da abertura de uma estrada entre o Pará e o Mato Grosso.

¹⁹⁸ Outra Memória feita por Baena foi publicada postumamente no tomo 23 da Revista, intitulada *Memória sobre o tranzito do Igarapé-miri e a necessidade de um canal a bem do commercio interno da província do Pará, dada em 1820, ao Illmo. e Exmo. Snr. Conde de Palmella, ministro e secretário de Estado aos negócios estrangeiros e da guerra.*

acrescentou observações a certos parágrafos da supracitada obra para que ela pudesse conferir ao leitor a mais exata “verdade”.

Na 68ª sessão do Instituto Histórico e Geográfico, no dia 12 de agosto de 1841, foi exposta a notícia que o sócio correspondente Antônio Baena havia remetido à Comissão de Redação um trabalho seu intitulado *Observações ou notas ilustrativas dos primeiros três capítulos da parte segunda do Tesouro Descoberto no rio Amazonas*.¹⁹⁹ Ele almejava ver este seu manuscrito publicado na Revista e o estava submetendo a Redação.

O citado trabalho referia-se, portanto, a obra do padre João Daniel, da qual foram publicados três capítulos da Parte Segunda pelo Instituto em 1840. Baena, portanto, fazia considerações acerca desses capítulos, que se reportavam à “Notícia Geral dos Índios seus naturais, e de algumas nações em particular. Da sua fé, e das cousas mais notáveis de sua rusticidade”, sendo o primeiro capítulo intitulado: “Notícia geral dos índios e seus naturais”; o segundo: “Da sua criação e desprezo das riquezas”; e o terceiro: “Prossegue-se a mesma matéria dos seus costumes”. Nesses trechos da obra o assunto principal abordava a questão indígena. Como bem salientou Guimarães (1988), o tema indígena esteve presente nos assuntos debatidos e publicados pelos sócios do IHGB. E estava presente também nas pesquisas e divulgações de Baena.

Todavia, Baena não estava pesquisando somente a obra do padre jesuíta. Em uma carta, lida na sessão do dia 20 de junho de 1840, comunicava aos seus consócios que não tinha sido possível até aquele momento “obter notícias sobre o jesuíta João Daniel, que residiu 18 anos no Pará, onde foi missionário no rio Xingu”.²⁰⁰ Havia, contudo, buscado informações sobre a vida do padre, mas não conseguira obter maiores informações. Possivelmente continuaria vasculhando documentação, pois a impossibilidade havia sido até aquela data. No entanto, quanto ao desenrolar de sua pesquisa, só podemos conjecturar.

É somente dois anos após o envio de suas *Observações* a Comissão de Redação, em outubro de 1843, que se verificou a publicação sobre trechos da obra de João Daniel. Através das *Observações ou notas ilustrativas*, Baena buscava instruir a todos que lessem o *Tesouro Descoberto* de algumas incorreções de seu autor, o qual escreveu tamanha obra nos cárceres de Lisboa no século XVIII. Nessa situação tão adversa, e confiando apenas em sua memória, Baena considerava que estas circunstâncias poderiam ter levado o padre jesuíta a certos enganos, ou seja, “é provável que isto fosse a causa que o tivesse conduzido a misturar

¹⁹⁹ A obra só foi publicada em 1843, ver: *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo V, 3ª ed. 1886.

²⁰⁰ *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo II, 3ª ed. 1916. p. 283.

involuntariamente, em tantos e tão diversos *objectos* desta sua composição, as confusões da sua mal segura reminiscência”.²⁰¹

Encontrado por Baena na biblioteca pública do Rio de Janeiro e lido em 1820, o trabalho do jesuíta chamou sua atenção. Conforme o relato de Baena, ele teria se reportado ao encarregado da livraria, comunicando a necessidade de impressão do *Tesouro Descoberto*. No entanto, a impressão deveria seguir com as referidas observações, visto que o padre ao escrever sua obra encontrava-se aprisionado, confiando em sua própria memória para a esta elaboração, confundindo certos assuntos e não possuindo apontamentos seguros que pudesse fundamentar sua narrativa. Apontou, então, que:

[...] a impressão devia ser acompanhada de observações, que corrigissem algumas *incoreições*, em que o *auctor* havia resvalado acerca de certos *assumptos*, os *quaes*, sem as lembradas observações, constituíam uma lição *inexactamente* conforme à verdade.²⁰²

Foram, então, elaboradas vinte e duas notas de apontamentos, “corrigindo” algumas afirmações de João Daniel, e procurando demonstrar que o conhecimento da obra seria válido a partir do momento em que ela expusesse a “verdade”. A instrução trazida por esses escritos ao público não poderia confundir, mas deveriam expor certezas. Desta forma, o documento deveria ter o *status* de veracidade para ser validado, lido e aceito como contribuição intelectual a sociedade.

Os assuntos abordados nas *Notas* tratavam especialmente acerca dos indígenas. Neste sentido, pode-se conferir Baena discorrendo sobre as leis, religião, rituais, cor, comparações com europeus e brasileiros, mulheres, vestimentas, trabalho, caráter natural, sexualidade, apego material, canoas, utensílios, nome de bebida, minérios, sentimentos paternos e maternos, antropofagia, estratégias de defesa, sendo essas correções acerca das tribos indígenas. Além desses, confrontou as afirmações do padre também sobre a localização geográfica de uma missão, sobre os negros e a natureza.

O tema indígena é encontrado com recorrência nos artigos da Revista. No período analisado, podem-se verificar estudos ou manuscritos compilados, tratando diretamente da questão. Especialmente, trazendo *Programas*, escritos pelos sócios, que pretendessem explicações sobre o tema, conforme a tabela abaixo:

²⁰¹ *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo V, 3ª ed. 1886. p. 276.

²⁰² *Ibidem*, p. 275-276.

Tabela 03: Questão Indígena nos artigos da Revista do IHGB

Ano	Artigo
1839	História dos Índios Cavaleiros ou da nação Guaycuru, através de um manuscrito.
	Programa: Se a introdução de escravos africanos no Brasil embaraça a civilização dos nossos indígenas? Por Januário Cunha Barbosa.
	Programa: mesma matéria anterior, por José Silvestre Rebelo.
	Notícia sobre os Índios Tupinambás, seus costumes e etc., manuscrito da Biblioteca do Imperador.
1840	Programa: Qual seria hoje o melhor sistema de colonizar os Índios entranhados em nossos sertões? Por Januário Cunha Barbosa.
1841	Memória sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas do Brasil, por Francisco Adolpho de Varnhagem.
	Memória sobre as nações gentias que habitam o continente do Maranhão, escrita em 1819, por Francisco de Paula Ribeiro (major graduado).
	Continuação da Memória sobre as nações gentias que habitam o continente do Maranhão.
	Continuação da Memória sobre as nações gentias que habitam o continente do Maranhão.
1842	Programa: Qual era a condição do sexo feminino entre os indígenas do Brasil? Por José Joaquim Machado de Oliveira.
	Memória sobre as aldeias de índios da província de São Paulo segundo as observações feitas no ano de 1798 por José Arouche Toledo Rendon.
	A celebração da Paixão de Cristo entre os Guaranis por José Joaquim Machado de Oliveira.
1843	Memória da tomada dos sete povos de Missões da América Espanhola que hoje se acham anexos ao Domínio do Príncipe Regente de Portugal, escrita em Lisboa, no ano de 1806, por Gabriel Ribeiro de Almeida.
	Investigações sobre as povoações primitivas da América, etc., por Warden; traduzidas por Januário da Cunha Barbosa.
1844	Documento oferecido pelo sócio Gabriel Getulio Monteiro de Mendonça: número 6 - Regulamento interino para o aldeamento e civilização dos índios botocudos do Rio Doce da Província do Espírito Santo.
1845	Parecer sobre o aldeamento dos índios Uiacurús, e Guanás, com a descrição dos

	seus usos, religião, estabilidade e costumes.
	Resposta do general Caetano Pinto ao parecer supramencionado.
1846	Coleção de Etimologias brasílicas por Fr. Francisco dos Prazeres Maranhão.
	Notícia raciocinada sobre as aldeias de índios da província de São Paulo, desde seu começo até a atualidade, por José Joaquim Machado de Oliveira.
	Informação dos casamentos dos índios do Brasil pelo padre José de Anchieta. Manuscrito oferecido por Francisco A. Varnhagem.
	Cópia da carta que o alferes José Pinto da Fonseca escreveu ao Exmo. General de Goyases, dando-lhe conta do descobrimento de duas nações de índios, dirigida do sitio onde aportou. Por Ignácio Accioly Cerqueira e Silva.
	Os Orizes conquistados (...), por José Freire de Monterroyo Mascarenhas.
1847	Notícia sobre os Botocudos, acompanhada de um vocabulário de seu idioma e algumas observações, por Mr. Jomard.
	Criação da diretoria dos índios na província de Mato Grosso. Ofício.
1849	Dissertação histórica, etnográfica e política sobre as tribos aborígenes que habitavam a província da Bahia ao tempo que o Brasil foi descoberto: sobre suas matas, madeiras e animais que povoavam, etc. Por Ignácio Accioly de Cerqueira e Silva.
	Carta escrita pelo sócio sr. Francisco Adolpho Varnhagem, versando sobre etnografia indígena, línguas, emigrações e arqueologia, padrões de mármore dos primeiros descobridores.
1850	Continuação do parecer sobre os índios Uaicurús, Guanás, que se começou a publicar na Revista n. 26.
	Biografia do índio <i>Quoniambebe</i> (Cunhambebe).

Fonte: *RIHGB*, Rio de Janeiro, 1839-1850.

Diante desse interesse pela questão indígena, uma parte da obra do padre João Daniel foi selecionada para publicação, justamente a Parte Segunda que enfatizava a descrição sobre os indígenas. A valorização do tema indígena se inseria na discussão acerca do nacionalismo em debate na época. Presente na poesia e literatura românticas, o índio foi inserido como símbolo nacional.²⁰³ No entanto, ao considerarmos a discussão em prol da civilização em voga no IHGB, o conhecimento acerca do indígena não objetivava apenas sua

²⁰³ Ver: Schwarcz, op.cit.; Ricupero, op.cit. Mihriane Mendes de Abreu. O índio brasileiro e a concepção romântica da natureza. Gilmar Arruda et al. *Natureza na América Latina*. Londrina: Ed. UEL, 2001, p. 49-64.

utilização como símbolo da nação, mas buscavam-se métodos de “civilizá-los”, tornando-os integrantes da cultura herdada do Velho Mundo.

Uma desconstrução minuciosa. Assim procedeu Baena ao analisar algumas linhas escritas pelo padre João Daniel, questionando a narrativa que por vezes silenciava, devido a ausência de informações sobre determinado assunto, ou trazia explicações sem maiores fundamentos para Baena. Verifiquemos o confronto da escrita presente na Nota 7^a:

Sobre a pág. 331, linha 32, na qual se diz – que em algumas é a gente totalmente branca, e todos tão bem parecidos como os mais brancos *Inglezes* e mais bem talhados Europeus; e em tudo tão bem proporcionados como os mais homens, *excepto* nas cores e ainda estas passariam por brancas se o traje e libre dos brancos as cobrisse.²⁰⁴

A partir desta afirmação de João Daniel, Baena comentou:

Raras vezes se apresenta uma *contradição*, ou uma notável inconseqüência entre tão poucas linhas: nas primeiras *affirma-se* haver gente em algumas Cabildas tão branca e bem parecida como os mais brancos *Inglezes*, e nas últimas diz-se que a mesma gente é em tudo bem proporcionada como os mais homens, *excepto* nas cores, que com tudo se se vestisse ao modo dos brancos.²⁰⁵

Então, prosseguiu sua argumentação, opondo-se a afirmação do dito padre, apontando que mesmo que um índio viesse a se parecer com um branco europeu teria uma “brancura desagradável, defeituoso no órgão da vista, extraordinário nos *cabellos*, feio nas feições, em fim um monstro”.²⁰⁶ Seu posicionamento caracterizava o índio como um “homem serril dos matos”, concordando com as teorias do Conde de Maistre, como foi abordado no primeiro capítulo.

Quando o padre João Daniel afirmou que os alguns índios por vezes cobriam o membro viril com uma folha de árvore, Baena se posicionou:

Não se expressa qual é a cabilda que esconde ou não as partes que o pejo deve cobrir, e qual é a folha de arvore *n'isso* empregada. Todos os *Sylvicolas* deixam de pôr cobertas nos órgãos da copula menos os Pauxianas, Anicorés, Manjaronas, Comanis, Uaupés, Curutús, Cambebas, Juquis, Muras, Mundrucús, Maués, Mabiús, Pariquis, Passés, Mepuris. O *véo* ou coberta de que estes usam, não é folha de arvore, é feita de fio torcido de tona fibrosa e branca da arvore Tururi, ou da palmeira Tucum, ou da estopa de castanheira, ou da casca da arvore Uaissima, ou de *missanga* azul e alva comprada dos brancos [...].²⁰⁷

²⁰⁴ *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo V, 3^a ed. 1886. p. 291.

²⁰⁵ *Ibid.* loc. cit.

²⁰⁶ *Ibid.* loc. cit.

²⁰⁷ *Ibidem*, p. 298.

Baena expôs minuciosamente as tribos que utilizavam cobertas e procurava suprir a ausência das informações do padre, descrevendo quais tipos de árvores eram usadas para fabricar as ditas cobertas. A distinção entre a utilidade de certas árvores já havia sido alvo de estudos anteriores. Através do *Ensaio Corográfico*, detalhou algumas árvores com sua funcionalidade para os indígenas.

Contudo, a grande preocupação de Baena ao elaborar essas observações e de vê-las publicadas na Revista pautava-se, conforme sua defesa, em constituir acréscimos ao conhecimento científico, alicerçado na veracidade que o documento podia emitir, especialmente sobre a província paraense. Sua missão assemelhava as palavras do secretário Januário da Cunha Barbosa, no ano de sua fundação, onde o mesmo enfatizava a necessidade do Instituto de reparar erros escritos e preencher as lacunas da história:

Nós vamos salvar da indigna obscuridade, em que jaziam até hoje, muitas memórias da pátria, e os nomes de seus melhores filhos, nós vamos *assignalar*, com a possível *exactidão*, o assento de suas cidades e *villas* mais notáveis, a corrente de seus caudalosos rios, a área de seus campos, a *direcção* de suas serras, e a capacidade de seus *innumeráveis* portos.²⁰⁸

Além de defender os acréscimos, por meio das suas *Observações*, ao conhecimento científico para o público que estivesse tendo contato com a obra do mencionado padre jesuíta, Baena estava, de certa forma, discutindo através desses apontamentos uma questão nacional, posto que o indígena constituía-se como um símbolo nacional para alguns românticos brasileiros. Conhecedor das várias “cabildas” que integravam a província, e autor de um trabalho corográfico que as descrevia, Baena parecia, e talvez fosse este seu objetivo com as *Observações*, demonstrar seu conhecimento e posicionamento sobre a população indígena no Pará no limiar do século XIX.

2.5. Estradas: interligando as províncias

A conformação territorial do Brasil era uma preocupação no circuito intelectual e político. Os limites externos estavam em debate no século XIX. Diferentemente, no entanto, debatia-se acerca dos limites entre as províncias. Enquanto a demarcação com alguns países devia ser bem delimitada e salva de interpretações desvantajosas para o Império, às províncias cabia buscar a facilidade de circulação através das estradas e navegações. Neste sentido,

²⁰⁸ *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo I, 3ª ed. 1908. p. 10.

Antônio Baena também se fazia presente, enviando ao IHGB, notícias sobre estradas entre o Pará e o Mato Grosso.

Muitos artigos publicados pela Revista do Instituto estavam relacionados a notícias históricas e geográficas acerca das províncias, capitanias, vilas, aldeias, missões, do Brasil em períodos diferenciados, intituladas como descrições geográficas, memórias históricas, cartas, relações, levantamentos. O conhecimento histórico e geográfico das povoações, assim como rotas que as interligassem estava sendo posto em evidência pelos sócios do IHGB.

Em especial, atentemos para alguns dos artigos que versavam sobre as vias de comunicação entre as províncias no período:

Tabela 04: Artigos sobre Estradas e Navegação publicados na Revista do IHGB

Ano	Artigos sobre Estradas
1841	Roteiro sobre o melhor caminho do Maranhão para o Rio de Janeiro.
1843	Projeto de uma estrada da Bahia ao Rio de Janeiro.
1844	Sobre a estrada que seguia da cachoeira do rio Santa Maria, termo da vila de Vistoria, ao interior de outras localidades.
	Documento oficial que relatava sobre esta estrada.
1845	Viagem por terra da Bahia ao Rio de Janeiro, por ordem do príncipe regente que fez o desembargador Luiz de Thomaz de Navarro em 1808.
	Plano econômico sobre o estabelecimento do correio da Corte para a Bahia.
	Relação da viagem de São Paulo para a vila de Cuiabá em 1751.
	Projeto de uma estrada da cidade do Desterro às missões do Uruguai e de outras províncias para servir de ensaio ao melhoramento da província de Santa Catarina.
	Comunicação entre a cidade da Bahia e a vila de Joazeiro pelo engenheiro André Przewodowski.
Ano	Artigos sobre Navegação
1839	Manuscrito acerca do Rio Doce.
	Viagem pelo rio Paraná.
1840	Descrição do rio Paraná.
	Rotas de navegação entre Goiás e São Paulo.
	Informação sobre o modo de navegação do Pará para o Mato Grosso.
1842	Notícias sobre a distância de lugares do Pará até Vila Bela, no Mato-Grosso.

1844	Sobre o vapor de guerra que subiu o rio Amazonas, feita pelo tenente da armada nacional e imperial, José Maria Nogueira.
1846	Relatório da exposição dos rios Mucury e todos os Santos.
	Viagem às vilas de Caravellas, Viçosa, Porto Alegre, de Mucury e aos rios Mucury e Peruhipe, por Hermenegildo Antonio Barboza d'Almeida.
	Roteiro das capitânicas do Pará e Maranhão, Piauí, Pernambuco e Bahia, pelos seus caminhos e rios centrais, por Manoel José de Oliveira Bastos.
1847	Navegação do rio Tapajós para o Pará pelo tenente coronel Ricardo Franco de Almeida Serra, escrita em 1799.
1849	Diário roteiro do arraial do Pesqueiro d'Araguari até o rio Ouyapoko, pelo capitão Manoel Joaquim de Abreu.

Fonte: *RIHGB*, Rio de Janeiro, 1839-1850.

Esses artigos tratavam sobre as estradas, rotas de navegação, trajetórias possíveis de se chegar a determinadas localidades, como veias de comunicação e contato comercial, político e social na importante ligação dessas particularidades provinciais. Baena, em especial, ao expor ao presidente da província José Thomaz Henriques suas considerações sobre a abertura da estrada do Pará ao Mato Grosso, enfatizava que:

[...] em geral a conveniência da abertura de estradas em muitos *locaes* de qualquer *paiz* é assaz conhecida, porque *ellas* dão aos povos *comunicação* mútua, que, originando a *civilização*, conseqüentemente promove o giro do *commercio*, o *augmento* da indústria, o aperfeiçoamento das artes, a *diffusão* dos conhecimentos *scientificos*, o estreitamento dos laços da sociedade, e a consolidação do corpo político.²⁰⁹

A importância das estradas coadunava com os interesses defendidos por Baena acerca do incentivo à agricultura e ao comércio. A atenção dada as rotas de comunicação entre as províncias do Império brasileiro elevariam os benefícios depreendidos com estes dois “ramos da força pública”, pontos salientados no *Ensaio Corográfico*. O comércio interno do Pará, conforme Baena, era facilitado pelos rios e igarapés, o que constituía, como foi dito, um “comércio de magna importância” (BAENA, 2004, p. 169). Entre as províncias do Brasil, tal atividade deveria ser favorecida pela execução de estradas que as interligassem. Assim como havia escrito acerca dos problemas de fragmentação nas fronteiras do Império, Baena escrevia

²⁰⁹ *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo VII, 3ª ed. 1931. p. 327.

também sobre a integração do corpo político por meio de estradas que ligassem as províncias e favorecessem as atividades comerciais.

Após elencar os benefícios da abertura de estradas, citou várias outras no documento oficial que foram abertas no Brasil, de acordo com os mesmos “princípios” de utilidade política e econômica. Baena ainda ficou encarregado de explicitar sobre a possibilidade de abrir a dita estrada, as despesas, os obstáculos e como superá-los, o tempo a ser gasto e as vantagens. Além disso, discorreu sobre as matas do Pará, especialmente, informando sobre os “lugares mais fartos de árvores de construção náutica”. Essas respostas oficiais foram enviadas ao IHGB pelo sócio correspondente do Pará e publicadas na Revista.

Outra Resposta oficial de Baena foi publicada na Revista. Intitulada *Resposta dada ao Illm. e Exmo. sr, Herculano Ferreira Pena, Presidente da Província do Pará, sobre a comunicação mercantil entre a dita província e a de Goyaz: dada pelo Sr. Tenente-coronel Antonio Ladislau Monteiro Baena, membro correspondente do Instituto*²¹⁰, o documento, composto de ofícios entre os presidentes da província de Goiás e da província do Pará e Antônio Baena, expôs o objetivo de navegação e comércio pelo rio Araguaia entre as duas referidas províncias em 1847. A Baena foi solicitado pelo presidente do Pará que indicasse os obstáculos e vantagens que a dita navegação pudesse acarretar aos dois governos.

Os documentos oficiais respondidos por Baena, que tratavam das vias de comunicação entre províncias, comporta sua efetiva participação em projetos provinciais de abrangência nacional, procurando romper com obstáculos naturais para o estabelecimento de um corpo político, ainda que enfatizasse a predominância da província paraense em alguns aspectos comerciais e de roteiros de viagens pelo rio Araguaia.

Não é objetivo do estudo aqui empreendido enveredar por todos os apontamentos de Baena acerca da questão posta, visto que a análise poderia se estender demasiadamente. No entanto, podemos perceber as solicitações oficiais feitas para que ele integrasse comissões e concedesse seu parecer sobre assuntos da província paraense. Ele atuava, conforme seus escritos, embasado em documentações, mas também através da vivência de pessoas ao seu redor com maior experiência nos assuntos abordados. O interesse pelas rotas que interligavam as províncias no Império eram interesses do governo provincial e imperial, dos sócios do Instituto e também de Antônio Baena.

Essas obras estavam atreladas às atividades que eram confiadas a Antônio Baena pelos presidentes da província e, portanto, versavam sobre a época recente e não somente ao

²¹⁰ *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo X, 2ª ed. 1870.

período colonial, como muitos artigos e manuscritos na Revista do Instituto. A produção sobre o momento presente foi assunto da fala do imperador em 1849²¹¹, quando enfatizou aos sócios do Instituto, numa sessão solene, a importância de dirigir os trabalhos a geração presente.²¹² Seja utilizando o passado ou o presente, sua produção não pode ser dissociada de sua intensa atividade na província do Pará e de seus pressupostos teóricos e objetivos políticos.

2.6. As últimas notícias sobre o sr. Tenente-Coronel

As obras aqui analisadas compuseram parte da Revista Trimensal do IHGB. No entanto, algumas obras não foram publicadas, porém acabaram sendo divulgadas entre os sócios. A Revista expõe também em seu conteúdo o resumo de cada sessão, que ocorriam quando da reunião dos sócios do Instituto. Eram nas sessões que se explicitavam as cartas recebidas, informando sobre pesquisas, encomendas de trabalhos, ofertas de obras a serem avaliadas pelas comissões de História e Geografia. Mantendo, assim, a divulgação da produção nacional e também estrangeira.

Através das reuniões, as quais inicialmente ocorriam na sede da Sociedade Industrial e, em 1840, passaram a realizar-se no Paço Imperial no Rio de Janeiro, discutiam-se assuntos, levantavam-se propostas, estabeleciam prioridades, encaminhava, enfim, o funcionamento e a produção da Instituição.

É entre as várias correspondências registradas na Revista do IHGB que podemos perceber a intensa participação de Antônio Baena nos círculos do Instituto nos seus primeiros anos de exercício. Suas cartas foram lidas e seus trabalhos avaliados pelos seus congêneres. Essa rede de relações sociais entre os sócios, como já foi apontado, era característica da Instituição, num intenso contato entre membros de diferentes províncias e nações, onde as notícias das produções eram constantes.

Ao enviar suas próprias obras ao IHGB, as quais eram avaliadas e recebiam pareceres das comissões, Baena utilizava-se também de cartas para justificá-las quando eram ressaltados pontos discordantes. É assim que na sessão de 05 de dezembro de 1840,

²¹¹ *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo XII, 2ª ed. 1874. p. 551-552.

²¹² Segundo Geraldo Mártires Coelho, nos primeiros cem anos de existência do Instituto, cerca de 60% das publicações era tocante ao período colonial da história brasileira. Ver: Geraldo Mártires Coelho, 1981. No entanto, a preocupação com a história do tempo presente, expressada na fala do imperador, é alvo de estudo. Neste sentido, ver: Temístocles Cezar. Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da História no Brasil oitocentista. Sandra Jatahy Pesavento (org.). *Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultural*. Bauru, SP: EDUSC, 2004, p. 43-80.

juntamente com seu trabalho sobre a inauguração do obelisco da estrada de Nazaré, ele enviou justificações sobre os defeitos que foram apontados pela Comissão de História em seu *Compêndio da Era*, mas que não foram publicadas.

Como foi observado no decorrer deste capítulo, Baena esteve atuando com suas produções sobre a província do Pará na abordagem de alguns temas de interesse para o Instituto e comunicando-se por meio de correspondências com os sócios. A partir de seu ingresso no IHGB, em 1839, a última obra, um drama intitulado *A sorte de Francisco Caldeira Castelo Branco na sua fundação da capital do Grão-Pará*, foi enviada por Baena no ano de sua morte em 1850.

Na sessão do Instituto de 20 de julho de 1850, foi informado aos demais sócios a remessa de um exemplar do mencionado drama e juntamente foi lida a carta, datada no mês de março do correspondente ano, do sócio correspondente José Joaquim da Gama e Silva que informava ao secretário Manoel Ferreira Lagos o falecimento de Antônio Baena:

Ilmo. Sr. – É com extremo *pezar* que participo a V. S., para fazer constar ao Instituto Histórico e Geográfico, ser *fallecido* no dia 28 do corrente *mez* o sócio correspondente do mesmo Instituto, tenente-coronel Antonio Ladislau Monteiro Baena, *victima* da febre epidêmica que assola mais que nunca esta capital. Na primeira *occasio* favorável, enviarei a V. S. a necrologia do mesmo digno tenente-coronel que fiz publicar convenientemente.²¹³

Vítima da epidemia que atingia Belém, Baena antes de sua morte remeteu sua última produção ao IHGB. Um drama que não chegou a ser publicado na Revista foi, no entanto, noticiado entre os sócios, bem como o recebimento de um exemplar que havia sido publicado no Pará no mesmo ano. Outras obras de Baena foram publicadas na província e que não figuraram no periódico do Instituto. Todavia, mesmo após a morte de Baena a Revista chegou a publicar um trabalho seu intitulado *Memória sobre o tranzito do Igarapé-miri e a necessidade de um canal a bem do commercio interno da província do Pará, dada em 1820, ao Illmo. E Exmo. Snr. Conde de Palmella, ministro e secretário de Estado aos negócios estrangeiros e da guerra.*²¹⁴

Baena, enquanto presente na Instituição histórica e geográfica do Império brasileiro, preencheu as páginas das Revistas com obras que tinham cunho oficial, ou seja, foram escritos sob encomenda do governo provincial. Neste sentido, podemos destacar em

²¹³ *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo XIII, 2ª ed. 1872. p. 409.

²¹⁴ *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo 23. Como o objetivo desta Dissertação era a análise das produções de Antônio Baena publicadas e noticiadas na Revista durante sua atuação na província, não foram analisadas as publicações após a sua morte. Doravante, constituam um amplo campo de pesquisa.

1840, a Conta dada ao presidente João Antonio de Miranda; em 1845, as respostas dadas ao presidente José Thomaz Henriques e em 1848, Resposta ao presidente Herculano Ferreira Penna, além do próprio *Ensaio Corográfico*, resultado de seu cargo na Comissão de reorganização e composição estatística da província, para qual foi convocado em 1832.

Considerações finais

Estudar as corografias, em especial as obras que se referiam ao Pará na primeira metade do século XIX, fez sobressaltar muito além das “riquezas naturais” escritas pelos seus corógrafos, amplificou as possibilidades de produções intelectuais acerca da província do Pará, rica em temas de pesquisa, de aprofundamento de análises e novos estudos históricos. As corografias já existiam bem antes do século XIX e continuaram a ser escritas no século XX, fornecendo interessantes enfoques de pesquisa.

As corografias permitiram construir uma imagem da província no período inicial do Império brasileiro, que no século XIX ainda não se descrevia como Amazônia, mas constituía o extenso Grão-Pará. A partir de corografias, como a de Antônio Baena, são fornecidos elementos para pensar a natureza, a população, a administração, entre outros elementos, que até então foram alvos de pesquisas pontuais, mas que, no entanto, merecem atenção acerca de seus objetivos e utilizações. A ausência de estudos acerca das corografias no Império, lança desafios à compreensão da estrutura narrativa deste gênero descritivo, elaborado pelas províncias do Brasil ainda no século XIX.

Assim como muitos estudos voltam-se para produções de viajantes como leituras de interpretação da terra e do povo, as corografias constituíam estudos por parte daqueles que desenvolviam serviços na própria localidade, como foi o caso de Baena, alguém que dedicou grande parte da vida a escrever o Pará. Ademais, a própria historiografia brasileira se condensou também na produção dos residentes que pensavam agora uma nação a ser corporificada num novo e contínuo regime político.

Antônio Baena tinha preocupações presentes ao elaborar obras que pudessem ser utilizadas pela ordem vigente. Suas produções revelam, muito além do conteúdo descrito, sua participação ativa em comissões, expedições, e são resultados de trabalhos que lhe foram confiados. Seu *Ensaio Corográfico*, atividade que foi além sua função de secretário da Comissão, por mais que objetivasse fornecer um “esboço do quadro”, tornou-se grande fonte de consulta para estudiosos que após ele almejavam compreender o Pará do século XIX.

Encarregado como era de algumas expedições de combate, Baena estudava os caminhos terrestres e marítimos para desembarques, ataques, vigilância. Conhecendo os gêneros que facilitariam o controle e o combate de doenças, tendo em vista que estudar e conhecer a natureza era parte integrante da estratégia militar.

Baena vivenciou conturbadas relações políticas na província nas primeiras décadas do Oitocentos. Conflitos militares e pessoais noticiados pela imprensa local. Sua disposição no serviço imperial foi questionada por sua relação, não tão explícita na documentação investigada, com o monarca D. João VI e por seu possível anseio na manutenção dos laços da província paraense com Portugal no cerne da Independência do Brasil. Em meio aos debates enfrentados enquanto atuava no Pará, impondo incertezas quanto a sua asserção de servir realmente aos interesses do Império brasileiro, Baena parecia demonstrar por meio de suas produções no IHGB seu então posicionamento político, ciente que escrevia para ser lido em seu próprio presente, bem como em tempos vindouros.

Não meramente com a intenção de conhecer a atuação de um militar português no momento de significativas mudanças políticas no Brasil e no Pará nas primeiras décadas do século XIX, ou de investigar uma obra de relevante apreço historiográfico, estudar Antônio Ladislau Monteiro Baena e suas produções no contexto imperial faz-nos revisitarmos a sociedade paraense de outrora pelas “*pennas*” e também sob os olhares de alguém que a viveu e a escreveu, executando ordens, comandando projetos, aspirando novos rumos. Debruçar-me em seus escritos, engajados sempre com seu posicionamento social, por vezes confuso, faz-nos deparar também com as preocupações de seu tempo.

No século XIX, portanto, vão sendo formuladas interpretações sobre o Brasil, buscando compreender amplamente o país a partir de seu passado, de sua diversidade natural, através da composição de suas províncias. A nação está em debate, com os elementos que a caracterizam sendo constituídos, através de interpretação e da elaboração escrita, especialmente dentro de uma Instituição, como o IHGB, que se voltava para ela.

É, portanto, inscrito em um projeto institucionalizado, que vários trabalhos estabeleciam não só o conteúdo de cunho histórico e/ou geográfico, porém estavam prestando um serviço. Servir parecia ser o verbo de ordem. No entanto, servir a quem? A Pátria era a resposta. A fundação do IHGB, seu protetorado, sua missão, seus sócios, os trabalhos selecionados, as publicações e sua organização, os pareceres e juízos, nos vão fornecendo indícios de como a busca pela narrativa histórica e a compreensão geográfica caminhavam com projetos políticos. A intelectualidade institucional coadunando com interesses políticos.

Especialmente para Antônio Baena, parecia que a carreira militar não bastava no serviço à pátria, suas obras também estavam engajadas nesse momento com o novo Império, que objetivava, além de outros interesses, a manutenção da ordem política que se procurava firmar. Baena, ao que nos sugere, compartilhava desse serviço, e confirmava, por meio de suas obras, ser integrante e participante dele.

Os sócios do IHGB ao embasar-se no corpo documental para escrever e conseqüentemente tornar pública a história de uma nação, legaram um corpo documental do seu próprio tempo como também o que almejavam ver guardado para um tempo a posteriori. Muito do que é lido acerca do século XVI, XVII ou XVIII é a partir do século XIX, a partir das compilações que elencaram para transcrição, das Memórias e obras que foram publicadas, entre outros documentos que se propuseram a coligir.

É importante, portanto, compreender o papel daqueles que procuravam discutir os elementos que constituíam a nação partindo de suas províncias, o que ela possuía e o que estava externo a ela – suas fronteiras. A intelectualidade desejava entender e explicar o Brasil, defendendo a unidade composta de particularidades. Essas explicações históricas, geográficas, sociais; narrativas; compilações documentais foram, até certo ponto, a base sobre a qual posteriores estudiosos formularam mais pesquisas, sob novas interpretações ou corroborando as antigas.

O documento, de grande importância para os sócios do IHGB, tornava-se um registro para o futuro, sobre o qual procuravam imprimir as marcas do presente. Além do mais, era através dele que se formulavam as instruções, o ensino para as novas gerações. Era o conhecimento quem propiciaria o desenvolvimento da civilização, contribuindo com a nação por compreendê-la, defini-la e estabelecer os elos num vasto território de pluralidade.

Utilizando os documentos que lhe foram acessíveis, Baena através da produção histórica e geográfica inseria a província paraense no cenário imperial, e em especial, no cerne do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro logo nos primeiros anos de sua fundação. Sua produção escrevia também seu posicionamento, defendia suas premissas, engajava-se politicamente. A espada do militar e a pena do escritor projetavam-se, enfim, para os interesses do Império. E, nos interesses do Império projetava a província paraense na composição nacional. Contudo, presente em um momento singular de formação política e conformação territorial do Brasil, o militar português Antônio Baena escrevia uma série de dados, resultados de seus serviços no Pará, que ajudaram a compor a ligação das várias províncias, especificamente as do norte com as do sul do Império.

REFERÊNCIAS

- **Relação de Fontes Pesquisadas:**

1) Revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB):

Ano 1839:

RIHGB, Rio de Janeiro, tomo I, 3ª ed. 1908.

Ano 1840:

RIHGB, Rio de Janeiro, tomo II, 3ª ed. 1916.

Ano 1841:

RIHGB, Rio de Janeiro, tomo III, 1841.

Ano 1842:

RIHGB, Rio de Janeiro, tomo IV, 2ª ed. 1863.

Ano 1843:

RIHGB, Rio de Janeiro, tomo V, 3ª ed. 1886.

Ano 1844:

RIHGB, Rio de Janeiro, tomo VI, 2ª ed. 1865.

Ano 1845:

RIHGB, Rio de Janeiro, tomo VII, 3ª ed. 1931.

Ano 1846:

RIHGB, Rio de Janeiro, tomo I, 2ª série. 1846.

Ano 1847:

RIHGB, Rio de Janeiro, tomo IX, 2ª ed. 1869.

Ano 1848:

RIHGB, Rio de Janeiro, tomo X, 2ª ed. 1870.

Ano 1849:

RIHGB, Rio de Janeiro, tomo XII, 2ª ed. 1874.

Ano 1850:

RIHGB, Rio de Janeiro, tomo XIII, 2ª ed. 1872.

2) Obras de Antônio Baena:

Biographia dos brasileiros distintos por letras, armas, virtudes, etc: José Monteiro de Noronha; Bento de Figueredo Tenreiro Aranha. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo II, Rio de Janeiro, 3ª ed. 1916. p. 259-266.

Biographia dos brasileiros distintos por letras, armas, virtudes, etc: Romualdo de Sousa Coelho, Bispo do Pará”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo III, Rio de Janeiro. 1841. p. 469-474.

Compêndio das Eras da Província do Pará. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969, 395p.

Conta que deu da instauração da estrada de Nazareth, ao Illm. E Exm. Sr. Doutor João Antonio Miranda, Presidente da Província do Pará, o Tenente Coronel de Artilharia Antonio Ladislau Monteiro Baena, no dia 29 de Setembro de 1840 às 5 horas e meia da tarde, antes de serem tirados os pahnos que encobriam o dito obelisco”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo III, Rio de Janeiro. 1841. p. 204-208.

Correspondência do sócio o Sr. Tenente Coronel Antonio L. M. Baena, acompanhando três documentos officiaes sobre a Província do Pará. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo VII, Rio de Janeiro, 3ª ed. 1931. p. 319-338.

Defesa que ao Conselho de Guerra apresentou em 5 de fevereiro de 1827 o sargento mor Antonio Ladislau Monteiro Baenna. *Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará*. Pará: Typ. e Encadernação do Instituto Lauro Sodré, tomo 8, 1913, p. 159-210.

Discurso dirigido ao Instituto e Histórico e Geográfico do Brasil. Sobre o Juízo, que deo ao mesmo Instituto o sócio effectivo José Joaquim Machado de Oliveira na sessão de 3 de fevereiro de 1842 à cerca da Corografia Paraense escripta por Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva, e do Ensaio Corográfico sobre a província do Pará pelo sobredito Baena Maranhão: Typografia Maranhense, 1844, 150 p.

Discurso ou Memória sobre a intrusão dos francezes de Cayena nas terras do Cabo Norte em 1836: escrita para ser apresentada ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil por Antônio Ladislau Monteiro Baena. Maranhão: Typ. da Temperança, 1846, 26p.

Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004, 432p.

Memória sobre o intento que tem os Inglezes de Demerari de usurpar as terras ao Oeste do rio Repunuri adjacentes à face austral da cordilheira do Rio Branco para amplificar a sua colônia, escripta por Antonio Ladislau Monteiro Baena, Tenente - Coronel de artilharia, e membro do Instituto Histórico e Geographico do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo III, Rio de Janeiro. 1841. p. 322-332.

Observações ou notas ilustrativas dos primeiros três capítulos da parte segunda do Thesouro Descoberto no Rio Amazonas (escriptas e efferecidas ao Instituto pelo seu Sócio o Sr. Tenente Coronel Antonio Ladislau Monteiro Baena). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo V, Rio de Janeiro, 3ª ed. 1886. p. 275-311.

Resposta dada ao Illm. e Exmo. Sr. Herculano Ferreira Pena, Presidente da Província do Pará, sobre a communição mercantil entre a dita província e a de Goyaz: dada pelo Sr. Tenente-Coronel Antonio Ladislau Monteiro Baena, membro correspondente do Instituto. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo X, 2ª ed. 1870. p. 80-107.

3) Outras Fontes:

A Província do Pará. *As Juntas Governativas e a Independência*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Conselho Federal de Cultura, 1973, p. 03-56.

CASAL, Manuel Aires de. *Corografia brasílica ou relação histórica - geográfica do Reino do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1976, 342p.

Discurso recitado pelo Exmo., Snr. Doutor Bernardo de Souza Franco, Prezidente da Província do Pará quando abrio a Assembléia Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1839. Pará: Typographia de Santos & Menor, 1839.

LAGO, Antônio Bernardino Pereira do. *Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2001, 123p.

OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. *Juízo sobre as obra as obras intitulas Corographia Paraense, ou descripção physica, histórica e política do Grão-Pará, por Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva e Ensaio Corographico sobre a Província do Pará, por*

Antonio Ladislau Monteiro Baena. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de F. de P. Brito, 1843, 91p.

SILVA, Ignácio Accioli Cerqueira e. *Corografia Paraense, ou descrição física, histórica e política da Província do Gram-Pará*. Bahia: Typografia do Diário, 1833, 347p.

• Bibliografia

ABREU, Mirhiane Mendes de. O índio brasileiro e a concepção romântica da natureza. ARRUDA, Gilmar et. al. *Natureza na América Latina: apropriações e representações*. Londrina: Ed. UEL, 2001, p. 49-64.

ARRUDA, Gilmar. A memória social. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru, SP: EDUSC, 2000, p. 41-62.

BARATA, Manoel. *Formação Histórica do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.

BETHELL, Leslie. Primeiros passos rumo à abolição. *A abolição do comércio brasileiro de escravos*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002, p. 21-47.

BLAKE, Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, I Vol., 1883.

BLOCH, Marc. Os regimes agrários. *A Terra e seus homens. Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII*. Bauru/ SP: EDUSC, 2001, p. 128-171.

BRAUDEL, Fernand. Características de Conjunto. *A identidade da França: os Homens e as Coisas*. São Paulo: Globo, 1989, p. 21-62.

_____. O clima e a história. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995, p. 257-305.

CEZAR, Temístocles. Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da História no Brasil oitocentista. PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultural*. Bauru, SP: EDUSC, 2004, p. 43-80.

COELHO, Geraldo Mártires. *Anarquistas, demagogos e dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822*. Belém: CEJUP, 1993.

COELHO, Mauro Cezar. *A Diligência do Saber – uma viagem ilustrada pelo Brasil no século XVIII*. 1996. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – UFF, Rio de Janeiro, 1996.

_____. As viagens filosóficas de Charles-Marie de La Condamine e Alexandre Rodrigues Ferreira – ensaio comparativo. GOMES, Flávio dos Santos (org.) *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)*. Belém: Editora Universitária/ UFPA, 1999, p. 97-128.

COIMBRA, Oswaldo. *Engenheiros-militares em Belém, nos anos de 1799 a 1819 – A Aula Militar do historiador Antônio Baena*. Belém: Ed. Imprensa Oficial do Estado, 2003.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 39-126.

DRUMMOND, José Augusto. “Consciência ambiental” começa em casa... *Devastação e preservação ambiental: os parques nacionais do estado do Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1997, p. 09-22.

Enciclopédia Brasileira Mérito. São Paulo: Gráfica Editora Brasileira Ltda., vol. 2, 1959.

ENDERS, Armelle. O Plutarco Brasileiro: a produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado. *Estudos Históricos*, n. 25, 2001/1. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm>>. Acesso em 27/05/2005.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura. Teias da memória: A Companhia de Jesus e a historiografia da Amazônia no século XIX. *VARIA HISTÓRIA*. Belo Horizonte: Depto. de História da Fafich-UFMG, n. 23, Jun/00, p. 77-96.

GAY, Peter. *O estilo na História*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

GOMES, Flávio dos Santos. Fronteiras e mocambos: o protesto negro na Guiana Brasileira. Flávio dos Santos Gomes (org.). *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)*. Belém: Editora Universitária/ UFPA, 1999, p. 225-318.

_____. Nas fronteiras da liberdade: mocambos, fugitivos e protesto escravo na Amazônia colonial. *Anais do Arquivo Público do Pará*. Belém: Secretaria de Cultura, 2(1): 125-152, 1996.

GONDIN, Neide. *A Invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994;

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Lisboa: Editorial Enciclopédia Limitada, vol. I, [19...].

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n.1, 1988, p. 05-27.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Persistência da lavoura de tipo predatório. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 66-70.

_____. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 5ª ed., 1992.

JANCSÓ, István (org.) *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. O Clima. GOFF, Jacques Le; NORA, Pierre. *História: Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1996, p. 11-32.

LE GOFF, Jacques. Documento/ Monumento. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996, p. 535-553.

LEÃO, Regina Machado. *A Floresta e o homem*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais, 2000.

LIMA, Luiz Costa. Clio em Questão: a narrativa na escrita da História. RIEDEL, Dirce (org.). *Narrativa, Ficção e História*. Rio de Janeiro: Imago, 1988, p. 65-111.

LISBOA, Karen Macknow. *A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Editora Hucitec – FAPESP, 1997.

LOURENÇO, Fernando Antonio. *Agricultura ilustrada: liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira*. Campinas: UNICAMP, 2001.

MAGNOLI, Demétrio. O Estado em busca do seu território. JANCSÓ, István (org.) *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003. p. 285-296.

_____. *O Corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808- 1912)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Moderna, 1997.

MAISTRE, Joseph Marie de. *Study on Sovereignty*. Book I. Disponível em: <<http://maistre.ath.cx:8000/sovereignty>>. Acesso em: 18/01/2006.

MANGUEL, Alberto. Peter Eisenman: a imagem como memória. *Lendo imagens: uma história de amor e ódio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 267-286.

MARCOY, Paul. *Viagem pelo Rio Amazonas*. Manaus: Biblioteca Virtual do Amazonas, 2004.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. O Liberalismo num outro Ocidente: política colonial, idéias fisiocratas e reformismo mercantilista. GUIMARÃES, Lúcia Maria Bastos P.; PRADO, Maria Emilia (org.). *O Liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001, p. 31-72.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

NEVES, Lucia Maria Bastos P. Liberalismo político no Brasil: idéias, representações e práticas (1820-1823). GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emilia (org.). *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001, p. 73-101.

NUNES, Benedito e FIGUEIREDO, Aldrin Moura Figueiredo. Luzes e Sombras do Iluminismo Paraense. BEZERRA NETO, José Maia; GUZMÁN, Décio de Alencar (org.). *Terra matura: historiografia e história social na Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2002, p. 19-28.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

PRATT, Mary Louise. Humboldt e a reinvenção da América. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 151-165.

RAIOL, Domingos Antônio. *Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Belém: Universidade Federal do Pará, vol. I, 1970.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. O estudo da terra e o homem. *A Política de Portugal no Vale Amazônico*. Belém: SECULT, 2ª ed., 1993, p. 81-90

_____. Os franceses pretendem o Amapá. *A Amazônia e a cobiça internacional*. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 3ª ed., 1968, p. 104-116.

_____. *Portugueses e brasileiros na Guiana Francesa*. Os Cadernos de Cultura, Ministério da Educação e Saúde, s/d.

RICCI, Magda. O fim do Grão-Pará e o nascimento do Brasil: movimentos sociais, levantes e deserções no alvorecer do novo império (1808-1840). DEL PRIORE, Mary; SANTOS, Flávio dos (org.). *Os senhores dos rios: Amazônia, margens e história*. Rio de Janeiro: Elsevier; Campus, 2003, p. 165-193.

_____. Os dezesseis letrados do dezoito: os círculos intelectuais do Grão-Pará na segunda metade do século XVIII. *Seminário Landi e o século XVIII na Amazônia*. Belém, 2003. Disponível em: <<http://www.landi.inf.br/anais>>. Acesso em: 02/12/2005.

RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, CECULT, 2000.

SAMPAIO, Patrícia Melo. *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdades na colônia*. 2001. Tese. (Doutoramento) – UFF, Niterói, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador – D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Ana Rosa Cloquet da. *Construção da nação e escravidão no pensamento de José Bonifácio: 1783-1823*. Campinas, SP: Editora da Unicamp - Centro de Memória, 1999.

SILVA, Antônio Moraes. *Diccionario da língua Portuguesa recopilado dos vocabulários impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado, e muito accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro offerecido ao muito alto, e muito poderoso Príncipe Regente N. Senhor*. Lisboa: Typographia Lacerdina, tomo I, 1813.

SILVA, Inocêncio Francisco da; ARANHA, Brito. *Diccionario bibliographico portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 23 vol., 1858-1923.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. A necessidade de uma academia de agricultura no Brasil. CALDEIRA, Jorge (org.) *José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo. Ed. 34, 2002, p. 66-82.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Das mudanças pombalinas à chegada da Corte. *Ser nobre na Colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 2005, p. 175-259.

SOUZA JÚNIOR, José Alves. *Constituição ou Revolução: Projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a política de Fillipe Patroni (1820-1823)*. 1997. Dissertação. (Mestrado em História) – Unicamp, Campinas 1997.

SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. *Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação as plantas e aos animais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

UGARTE, Auxiliomar Silva. *Margens míticas: a Amazônia no imaginário europeu do século XVI*. DEL PRIORE, Mary; SANTOS, Flávio dos (org.). *Os senhores dos rios: Amazônia, margens e história*. Rio de Janeiro: Elsevier; Campus, 2003, p. 03-31.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ANEXO

Anexo 01: Índice dos assuntos do *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*

População.....	19
Clima físico.....	29
Produções naturais do Pará.....	32
Minerais.....	33
Vegetais.....	38
Usos mais conhecidos que se fazem de algumas plantas.....	63
Plantas usadas com o intuito de expulsar as enfermidades.....	68
Estado atual da agricultura.....	70
Animais quadrúpedes.....	77
Aves.....	80
Peixe.....	90
Maneiras de pescar.....	94
Mariscos.....	96
Répteis.....	96
Sapos.....	99
Crustáceos.....	100
Insetos.....	102
Moluscos.....	106
Animais úteis aos trabalhos, transporte e subsistência do homem.....	106
Aparência, capacidade e caráter moral os naturais do Pará.....	107
Forma antiga da administração econômica e civil.....	111
Alfândega.....	122
Intendência da Marinha.....	124
Armazéns.....	125
Arsenal naval.....	126
Hospital militar.....	127
Secretaria do governo.....	129
Correio geral.....	130
Trem de artilharia.....	130
Corpo militar.....	131
Forma atual da administração econômica e civil.....	136
Repartições da administração econômica.....	142
Correio geral.....	143
Arsenal de guerra.....	143
Arsenal naval.....	145
Pagadoria das tropas.....	146
Hospital regimental.....	147
Secretaria do governo da província.....	149
Corpo militar.....	149
Sucinto bosquejo histórico do corpo militar do Pará.....	151
Especificação das instituições gerentes dos cabedais da província.....	156
Instituições que formam a receita suplementar	

temporária do cofre da província.....	158
Ramos da força pública sustentados pela administração econômica.....	159
- na repartição do ministério do Império.....	159
- na repartição do ministério da Justiça.....	160
- na repartição do ministério da Marinha.....	160
- na repartição do ministério da Guerra.....	161
- na repartição do ministério da Fazenda.....	161
Reflexões sobre a receita e despesa.....	162
Gêneros e efeitos que são objetos de exportação.....	165
Quadro da importância da exportação.....	166
Gêneros e efeitos que são objetos de importação.....	166
Quadro de custo de importação.....	168
Comércio interior.....	169
Comércio exterior.....	170
Paralelo do valor da exportação com o da importação.....	174
Divisão eclesiástica da província e sua hierarquia clerical.....	175
Comarca de Belém: breve noção de sua topografia.....	178
Cabeça da comarca de Belém.....	183
Escolas de primeiras letras.....	204
- na comarca de Belém do Pará.....	204
- na comarca do Marajó.....	205
- na comarca do Rio Negro.....	205
Escola de língua latina.....	205
Escola de retórica.....	205
Escolar de filosofia racional e moral.....	206
Escolas de língua francesa.....	206
Escolas de geometria.....	206
Primeiras letras.....	206
Ensino simultâneo.....	206
Ensino separado.....	206
Gramática Latina.....	206
Retórica.....	207
Filosofia racional e moral.....	207
Lista da classificação dos estudantes da cidade do Pará no ano de 1832.....	208
Sítio suburbanos.....	211
Contorno marítimo no rosto da cidade.....	214
Alistamento geral dos habitantes das duas freguesias da cidade no ano de 1832.....	217
Vilas e lugares da comarca de Belém.....	218
Tábua recapitulativa da população da Comarca de Belém do Pará.....	260
Tábua das distâncias da cidade às povoações.....	268
Comarca do Marajó.....	271
- Cabeça da comarca.....	276
- Vilas e lugares da comarca do Marajó.....	276
- Tabuada recapitulativa da população da comarca de Marajó.....	282
- Tábua das distâncias da cidade do Pará.....	284
Comarca de São José do Rio Negro.....	284
- Breve noção de sua topografia.....	284
- Cabeça da comarca.....	289

- Vilas e lugares da comarca.....	293
- Tábua recapitulativa da população.....	342
- Recapitulação numérica das povoações.....	349
- Tábua das distâncias.....	350
Tábuas das distâncias da capital da Província às suas fortalezas e registros.....	352
Listas hidrográficas dos rios da província do Pará que têm maior número de defluentes.....	352
Lista hidrográfica I – Rio Tocantins.....	353
Lista hidrográfica II – Rio Amazonas.....	361
Lista hidrográfica III – Rio Xingu.....	375
Lista hidrográfica IV – Rio Tapajós.....	377
Lista hidrográfica V – Rio Madeira.....	379
Lista hidrográfica VI – Rio Negro.....	388
Lista hidrográfica VII – Rio Branco.....	397
Lista hidrográfica VIII – Rio Uaupés.....	403
Lista hidrográfica XIX – Rio Japurá.....	404
Lista hidrográfica X – Rio Ica.....	409
Catálogo dos homens que exercitaram o governo do Pará.....	411
Aditamento - Divisão das comarcas e termos da província do Pará feita em cumprimento do Artigo 3º do Código do processo criminal pelo governo em Conselho nas Sessões Ordinárias de 10 a 17 de maio de 1833.....	422
Divisão Jurisdicional das povoações da província do Pará.....	427
Povoações da jurisdição das vilas da comarca do Pará.....	428